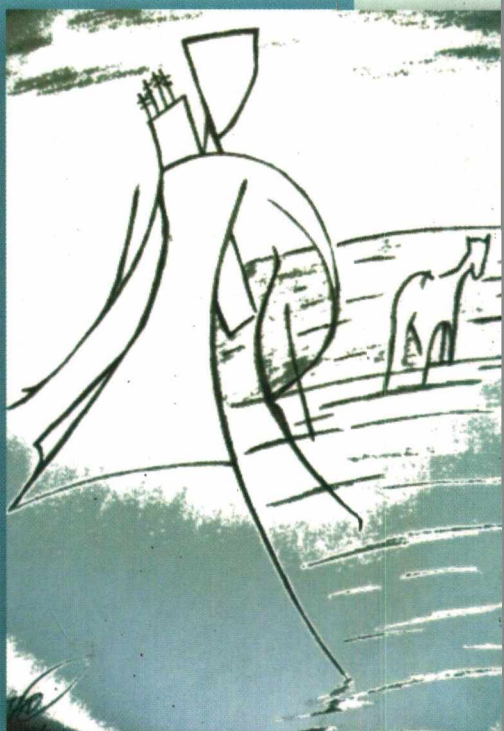


Regina Coelli Gomes Nascimento
Rozeane Albuquerque Lima
(Organizadoras)

**ARTES DE
VER, FAZER E
ESCREVER
HISTÓRIAS**

**Construindo saberes na pesquisa, ensino e
extensão – experiências no PET História UFCG**



“O desenho de escrita deste livro é uma arquitetura de sensibilidades. São vozes autorais que partem de lugares diversos. Lugares de gênero e geração. Lugares temáticos, espaciais, teóricos, metodológicos, existenciais. Lugares de fala que estabelecem diálogos entre as formas de ler, de prescrever e de endereçar os discursos a determinadas comunidades de leitores brasileiros, moradores de Campina Grande, de Porto Velho, de Iguatu, dos sertões produzidos e pensados pelos literatos.”

Iranilson Burit



ISBN 978-85-8001-131-9



9 788580 011319

Os artigos que compõem este livro foram produzidos a partir da orientação dos professores da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande em parceria com as organizadoras. A proposta busca contribuir para a condição autoral dos discentes integrantes do grupo, estimulando o protagonismo e a construção de uma postura acadêmica engajada, ética e compromissada com a formação do cidadão.

As organizadoras

“Os textos elaborados pelos alunos e demais integrantes do PET-História da UFCG, supervisionados por Regina Coelli Nascimento e Rozeane Lima, relacionam-se com os seus múltiplos contextos de produção, circulação e recepção, se constituindo, portanto, em artefatos fundamentais para a reconstrução e leitura dos eventos e contextos, no seio dos quais foram (e serão) elaborados, difundidos, (re)apropriados e (re)utilizados. São as condições sensíveis que marcam as formas de ver e de crer contidas nessas narrativas. São artes de ver, escrever e contar histórias.”

Iranilson Buriti

**ARTES DE VER, FAZER
E ESCREVER HISTÓRIAS**

Construindo saberes na pesquisa, ensino
e extensão – experiências no PET História UFCG

**EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
editora@ufcg.edu.br**

Prof. Dr José Edílson Amorim
Reitor

Prof. Vicemário Simões
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Elson da Silva Pereira Brasil
Editoração Eletrônica/ Capa

CONSELHO EDITORIAL

Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa (CFP)

Benedito Antônio Luciano (CEEI)

Consuelo Padilha Vilar (CCBS)

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)

Janiro da Costa Rego (CTRN)

Leonardo Cavalcanti de Araújo (CES)

Marcelo Bezerra Grilo (CCT)

Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)

Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)

Rogério Humberto Zeferino (CH)

Valéria Andrade (CDSA)

Regina Coelli Gomes Nascimento
Rozeane Albuquerque Lima
(Organizadoras)

ARTES DE VER, FAZER E ESCREVER HISTÓRIAS

Construindo saberes na pesquisa, ensino e
extensão – experiências no PET História UFCG

EDUFCG
João Pessoa
2014

Todos os direitos reservados aos organizadores. A responsabilidade sobre textos e imagens são dos respectivos autores.

Editoração/Capa
Magno Nicolau

Revisão
Os autores

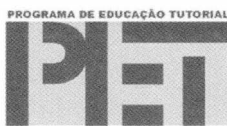
A627 Artes de ver, fazer e escrever histórias: construindo saberes na Pesquisa, ensino e extensão - experiências do PET história UFCG / Regina Coelli Gomes Nascimento, Rozeane Albuquerque de Lima (organizadoras). - Campina Grande: EDUFCG, 2014.
253 p.

ISBN 978-85-8001-131-9

1. PET - História. 2. Ensino Superior. 3. Construção de Saberes. I. Nascimento, Regina Coelli Gomes. II. Lima, Rozeane Albuquerque de. III. Título.

CDU 930:378

“Esta publicação recebeu apoio financeiro do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)”



 **EDUFCG**
editora@ufcg.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 9

PREFÁCIO, 11

ARTES DE VER A HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

MÓDULOS DIDÁTICOS: NOVAS SENSIBILIDADES
PARA PENSAR O ENSINO DE HISTÓRIA, 17

Regina Coelli Gomes Nascimento

Rozeane Albuquerque Lima

SENSIBILIDADES MODERNAS NA HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO EM CAMPINA GRANDE: O EXEMPLO
DO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE, 29

Alexandro dos Santos

DISCURSOS SOBRE A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
EM CAMPINA GRANDE-PB (1928-1932), 43

Elson da Silva Pereira Brasil

REMEMORAR É PRECISO: A HOMENAGEM FÚNEBRE
AO UM "MORTO ILUSTRE" NA CIDADE CAMPINA
GRANDE-PB, 59

Ronyone de Araújo Jeronimo

“O JUIZADO PRECISA AGIR”: NOTAS SOBRE UMA
INFÂNCIA DESAMPARADA E DELINQUENTE EM
CAMPINA GRANDE (1930-1960), 67

José dos Santos Costa Júnior

ARTES DE FAZER HISTÓRIA E LITERATURA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E A
BRASILIDADE SERTANEJA EM OS SERTÕES, 83**

Janaína Leandro Ferreira

Marinalva Vilar de Lima

**O SERTÃO ESCRITO: AS PARTICULARIDADES DA
CULTURA SERTANEJA EM CÂMARA CASCUDO, 95**

Raquel Silva Maciel

**A REPRESENTAÇÃO DE D.SEBASTIÃO NO
PERSONAGEM SINÉSIO NO ROMANCE D’ PEDRA DO
REINO E O PRÍNCIPE DO SANGUE DO VAI-E-VOLTA,
NAS NARRATIVAS DE QUADERNA, 107**

Emanoela de Lima Maracajá

Marinalva Vilar de Lima

ARTES DE ESCREVER HISTÓRIA DA RELIGIÃO

**AS PRÁTICAS DAS CRISTÃS-NOVAS DENUNCIADAS E
CONFESSADAS NO LIVRO DAS DENUNCIÇÕES E
CONFISSÕES DE PERNAMBUCO, 121**

Priscila Gusmão Andrade

EUSÉBIO DE CESARÉIA; UM APOLOGISTA EM
DEFESA DA FÉ E DOS VALORES CRISTÃOS, 135
Silvanio de Souza Batista

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA, 145
Jaqueline Leandro Ferreira

ARTES DE VER HISTÓRIAS DAS CIDADES

“MINHA MALVINAS QUERIDA, RELEMBRO A SUA
INVASÃO”: OCUPAÇÃO DO BAIRRO DAS MALVINAS –
CAMPINA GRANDE – MARÇO DE 1983, 161
Paula Sonály Nascimento Lima

O MÃO BRANCA E A TENTATIVA DE UMA
HIGIENIZAÇÃO SOCIAL E MORAL NA PARAÍBA
EM 1980, 175
Jonathan Vilar dos Santos Leite

O PERIÓDICO COMO FONTE NA PESQUISA HISTÓRICA:
O PRIMEIRO CONTATO COM O DIÁRIO DA
BORBOREMA NA PESQUISA SOBRE O TRABALHO EM
CAMPINA GRANDE, 185
Danilo Rodrigues Souza

IGUATU NOS ANOS 1970: PEDRO LIMAVERDE
E O CINEMA,, 197
Naiara Leonardo Araújo

OUTRAS ARTES DE ESCREVER HISTÓRIAS

LUGAR DE MULHER É NA HISTÓRIA: O USO
DO APRENDIZADO DA OFICINA "IMAGENS E
SUBJETIVIDADES NA ESCRITA DA HISTÓRIA"
NO ESTUDO SOBRE O FEMININO, 211

Janáína dos Santos Maia

O QUE OCORRE QUANDO UM HOMOSSEXUAL
SE SUICIDA? SENSIBILIDADES NOS ESTUDOS
DE GÊNERO, 219

Paulo R. Souto Maior Júnior

AS REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO A PARTIR DE
LEITURAS DA HISTÓRIA CULTURAL AMERICANA, 231

Paulo Montini de Assis Souza Júnior

Valber Nunes da Silva Mendes

MICRO-HISTÓRIA: PERSPECTIVAS PARA A
APLICAÇÃO NA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA
DE PORTO VELHO, 243

Ana Carolina Monteiro Paiva

APRESENTAÇÃO

O Programa de Educação Tutorial do Curso de História da UFCG foi aprovado pelo MEC/SESU no ano de 2009. A proposta do grupo está direcionada para aperfeiçoar a formação científico-acadêmica de estudantes do curso de História do Centro de Humanidades/UFCG a partir do desenvolvimento articulado de atividades de ensino, pesquisa e extensão referendados nos princípios formativos que embasam o projeto pedagógico do curso através da relação teoria e prática, tanto em seu processo de produção quanto de difusão do saber histórico.

O grupo, a partir dos trabalhos desenvolvidos, busca estimular, no curso, uma prática comprometida com a produção do conhecimento através da articulação da pesquisa, ensino e extensão. E, nessa perspectiva, estimula a realização de pesquisas individuais que resultem na elaboração e publicação de artigos em eventos, monografias e estudos em nível de pós-graduação, estimulando a produção de gêneros necessários à formação do futuro pesquisador.

Os artigos que compõem este livro foram produzidos a partir da orientação dos professores da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande em parceria com as organizadoras. A proposta busca contribuir para a condição autoral dos discentes integrantes do grupo, estimulando o protagonismo e a construção de uma postura acadêmica engajada, ética e compromissada com a formação do cidadão.

Assim, é com grande prazer que compartilhamos o resultado do trabalho realizado pelo PET História UFCG e se-

remos gratificados se os propósitos originais, iniciados aqui, timidamente, repercutirem positivamente no trabalho de todos aqueles interessados em pesquisar e escrever histórias, buscando um ensino de História de qualidade, capaz de contribuir com a formação do cidadão.

As organizadoras.

PREFÁCIO

**POR UMA ESTÉTICA TEXTUAL:
A CONDIÇÃO SENSÍVEL
DE PRODUÇÃO HISTÓRICA**

Iranilson Buriti

O desenho de escrita deste livro é uma arquitetura de sensibilidades. São vozes autorais que partem de lugares diversos. Lugares de gênero e geração. Lugares temáticos, espaciais, teóricos, metodológicos, existenciais. Lugares de fala que estabelecem diálogos entre as formas de ler, de prescrever e de endereçar os discursos a determinadas comunidades de leitores brasileiros, moradores de Campina Grande, de Porto Velho, de Iguatu, dos sertões produzidos e pensados pelos literatos. Lugares fabricados pelos fios narrativos do cinema, da literatura, dos processos-crime, dos periódicos que circularam em diferentes momentos históricos; dos moradores que resolveram ocupar as casas do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio, a famigerada Malvinas (Campina Grande); de homens, mulheres, crianças e adolescentes em diferentes situações de existência. Espaços de polissemia.

Dessa forma, os autores arquitetam histórias a partir de documentos diversos (revistas, entrevistas, jornais, processos-crime, cinema, literatura), destacando em suas narrativas temas como feminização do magistério, feminismo, honra, infância, homossexualismo, família, gênero, geração, cinema, escolarização, cotidiano sertanejo, religiosidades, violências, dentre outros. Temas que transitam entre os corpos instituci-

onais (escola, polícia, grupos de extermínio, família, bairro, salas de projeção fílmica, casas de correção para menores) e os corpos individuais (Iago, Pedro Limaverde, Ariano Suassuna, Ercília Nogueira, Zé Cacau, Clementino Procópio, Almeida Barreto, Alfredo Dantas, Hortênsio Ribeiro, dentre outros).

Ao escrever os textos, ao lançar uma campanha educativa, médicos, professores, juristas, jornalistas, literatos, cinefilos e políticos receitam formas e modos de viver para os sujeitos, prescrevem normatividades, prospectam suas artes de ver e de dizer a si e ao outro, colocando em circulação discursos que formarão novas paisagens, novos espaços para os sujeitos. Sujeitos que emergem histórica e culturalmente para escriturarem novos territórios de educar, de infantilizar o outro, de proteger-se contra a violência urbana, de rotular os corpos transgressores de crianças e adolescentes, de circunscrever a diferença religiosa como perigosa às identidades de lugar.

Sujeitos que cintilam nos céus da poesia, a exemplo de Clementino Procópio, a “estrela brilhante e formosa” que escritura paisagens educativas para Campina Grande; Pedro Limaverde, a “estrela nua” de Iguatu, que desenha cenários cinematográficos para os sertões do Ceará; Mão-Branca, o grupo de extermínio que dizimava as “estrelas ocultas” da bandidagem; D. Sebastião, um homem que se tornou estrela no discurso religioso português; os cristãos-novos, homens e mulheres obrigados a esconderem as suas estrelas-de-davi por causa das perseguições do Tribunal da Inquisição; Ariano Suassuna, o literato que criou Sinésio, a “estrela alumi-osa” do romance *A Pedra do Reino*; Ercília Nogueira, a feminista que desejava tornar as mulheres “estrelas” além do forno e fogão, incandescentes como a luminosidade do sabonete *Pears*; Percival Farquhar, o empresário que desejava transformar a locomotiva na principal estrela do Norte do Brasil;

Iago, que aos 14 anos, diante das insensibilidades dos outros, decidiu ser uma estrela em outro plano.

Escriturações. Vozes, como Paulo Souto Maior Jr., que viaja nos mundos da homossexualidade para problematizar as relações entre vida e morte. Escritura que, ao lado do texto de Janaina Maia, chama atenção para um importante aspecto, a saber: a igualdade de gêneros requer a definição de novos paradigmas que, diferentemente dos modelos atuais de masculinidade, feminilidade e homossexualidade, não estejam predispostos a desigualdades e contribuam para um projeto mais amplo, o de eliminar a masculinidade hegemônica como o núcleo inquestionável.

Enunciações. Textos como o de Jonathan Vilar e de José dos Santos Costa Júnior que, de modo sensível, narram as práticas de violência urbana em Campina Grande em distintos períodos e sujeitos, seja contra a “infância delinquente”, seja contra os bandidos que assustavam as famílias campinenses nos anos 80 do século passado.

Territorializações. Narrativas que elaboram os lugares de memória, a exemplo do texto de Paula Sonaly sobre a ocupação das Malvinas (Campina Grande); acerca do contexto de vivência dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (Porto Velho), narrado por Ana Carolina Paiva; da produção de um cenário educativo campinense na escrita de Alexandre dos Santos, Regina Coelli Gomes Nascimento, Rozeane Albuquerque Lima, Elson da Silva Pereira Brasil e Ronyone de Araújo Jeronimo; da elaboração de identidades de lugar, produzidas pelos autores Janaína Leandro Ferreira, Marinalva Vilar de Lima, Raquel Silva Maciel e Emanoela de Lima Maracajá.

Espacializações. Defesa de fé, de espaços de crer e de desenvolver vivências afetivo-religiosas desenhadas pelas escrituras de Priscila Gusmão Andrade, Silvanio de Souza Batista e Jaqueline Leandro Ferreira. São modos de pensar os

espaços a partir de olhares muito particulares, como bem o faz Naiara Leonardo Araújo em seu texto sobre o cinema em Iguatu, Danilo Rodrigues de Souza, problematizando os periódicos como espaços de pesquisa para o historiador e de Paulo Montini de Assis Souza Júnior e Valber Nunes da Silva Mendes, abordando a recepção das perspectivas antropológicas pelos historiadores da Nova História Cultural.

Os textos elaborados pelos alunos e demais integrantes do PET-História da UFCG, supervisionados por Regina Coelli Nascimento e Rozeane Lima, relacionam-se com os seus múltiplos contextos de produção, circulação e recepção, se constituindo, portanto, em artefatos fundamentais para a reconstrução e leitura dos eventos e contextos, no seio dos quais foram (e serão) elaborados, difundidos, (re)apropriados e (re)utilizados. São as condições sensíveis que marcam as formas de ver e de crer contidas nessas narrativas. São artes de ver, escrever e contar histórias.

**ARTES DE VER A HISTÓRIA
E A EDUCAÇÃO**

MÓDULOS DIDÁTICOS: NOVAS SENSIBILIDADES PARA PENSAR O ENSINO DE HISTÓRIA

*Regina Coelli Gomes Nascimento¹
Rozeane Albuquerque Lima²*

A partir de 2004 o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) passa a ser utilizado como critério de seleção de estudantes para concorrerem a uma bolsa do ProUni (Programa Universidade para Todos). No ano de 2010 o MEC (Ministério da Educação) proporcionou uma nova formulação para o processo seletivo das Instituições Federais de Ensino Superior. Segundo esta proposta o processo seletivo seria unificado, paulatinamente, para o estudante adentrar nas Universidades Federais.

Atualmente, o ENEM continua a ser utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino

¹ Doutora em História pela UFPE. Tutora do Programa Tutorial do Curso de História da UFCG (financiado pela SESu/MEC) reginacgn@gmail.com Professora da Unidade Acadêmica de História e Geografia, Universidade Federal de Campina Grande.

² Mestre em História pela UFCG, rozeanelima@gmail.com Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campina Grande.

superior, seja complementando ou substituindo o vestibular. O ENEM tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

Em 2010 a UFCG definiu no Edital N° 053/2010 da Pró Reitoria de Ensino que as provas do Vestibular 2011 seriam as provas do ENEM 2010, aplicadas pelo consórcio contratado pelo INEP.³ Depois da divulgação do edital passamos a observar a angústia de alguns estudantes das escolas públicas, onde acompanhamos alunos da graduação no estágio supervisionado, sobre o formato da prova que seria adotada a partir de então pela instituição. Observando essas inquietações, o grupo PET História da UFCG⁴, iniciou uma oficina com a finalidade de analisar a prova do ENEM para a área de “Ciências Humanas e suas Tecnologias”.

A oficina foi criada para ser oferecida aos estudantes que se submeterão ao ENEM e resulta da articulação das atividades de pesquisa e ensino realizadas pelo grupo. Sua relevância encontra-se, sobretudo, por ser direcionada para estudantes de escolas públicas que não têm, em geral, aulas de preparação voltadas para o acesso à universidade.

³COMPROV - EDITAL PRE N° 053/2010 (VESTIBULAR 2011). http://www.comprov.ufcg.edu.br/files/Vestibulares/2011/Edital_053-2010-Vestibular2011-Aber.pdf Acesso em 10.06.2013.

⁴ Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos estudantes participantes, sob a orientação de um tutor(a), a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica e atendam às necessidades dos cursos de graduação. O grupo PET História da UFCG foi criado em 2009 com a finalidade de realizar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão.

A oficina ENEM “Ciências Humanas e suas Tecnologias”

A atividade visa contribuir para formação acadêmica dos petianos através da produção de materiais didáticos, habilidade não trabalhada no curso de História, porém, indispensável à função do educador. Visa também oferecer aos participantes da Oficina “ENEM - CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS: NOVAS SENSIBILIDADES PARA PENSAR O ENSINO DE HISTÓRIA” um material didático que facilite a reflexão sobre a área de História, melhorando o desempenho dos participantes em seus estudos dentro e fora da oficina.

Na época, umas das dificuldades encontradas para realização da oficina foi a falta de pesquisas relacionadas ao ENEM, principalmente na área de Ciências Humanas e Suas Tecnologias, com ênfase na área de História. A oficina, para além de beneficiar a comunidade, é uma atividade importante para a formação dos alunos do PET, haja vista que os bolsistas são chamados a realizar leituras direcionadas para o ENEM, mobilizando, com isso, saberes adquiridos nas disciplinas cursadas na graduação.

No ano de 2013, optamos por elaborar um módulo didático para subsidiar as atividades que seriam realizadas na oficina, principalmente por percebemos a carência de recursos didáticos que permitissem refletir sobre as competências e habilidades apresentadas na Matriz de Referência do ENEM para as Ciências Humanas e suas Tecnologias. Devemos ressaltar que todas as atividades realizadas, ao longo desse processo, são de caráter experimental, haja vista que o processo tem sido construído e reconstruído cotidianamente através das pesquisas, leituras e reflexões realizadas pelo grupo.

É neste sentido que procuramos perceber de que forma a proposta do ENEM, pensando a prova referente a Ciências Humanas e suas Tecnologias (saberes que envolvem Filosofia, Geografia, História e Sociologia), pode contribuir para uma mudança no ensino de História - e do próprio sentido do termo - permitindo uma abordagem que interaja com as novas possibilidades historiográficas discutidas e as produções voltadas para discussões de mentalidades, cotidiano, e outros pormenores temáticos que os olhares da *nova história* nos possibilitam.

As competências e habilidades propostas no ENEM buscam despertar no estudante o aprender fazer fazendo, relacionando, analisando situações-problemas, correlacionando informações. Neste ponto as competências trariam uma nova visão do conhecimento histórico, entendido como um saber em permanente construção, produzido coletivamente e individualmente.

De acordo com Lino de Macedo em seu trabalho "Competências e Habilidades: Elementos para uma reflexão pedagógica", competência seria a capacidade de resolver problemas "não basta ser muito entendido em uma matéria, não basta possuir objetos potentes e adequados, pois o importante aqui é 'como esses fatores interagem'" (MACEDO, 2005, p.18). Para solucionar um problema proposto, o estudante deverá apropriar-se de novas sensibilidades, tais como a capacidade de invenção, criatividade e astúcia para resolver situações inesperadas. A habilidade seria o que é requerido, para a solução do problema. Ou seja, para Lino Macedo, "a competência é uma habilidade de ordem geral, enquanto a habilidade é uma competência de ordem particular" (idem, p.20).

Podemos, assim, entender que muitas habilidades são necessárias para se chegar à solução de uma questão, mas não são suficientes, sem uma perspectiva relacional, que se-

ria a competência. Nessa perspectiva, o novo ENEM busca, em longo prazo, uma mudança na forma de transmitir o ensino de História e das demais áreas dos saberes que compõem a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. A esse respeito, Raul Borges Guimarães aponta possibilidades concretas de levar para a sala de aula as vivências dos estudantes, transformando suas experiências em conteúdos de estudo nas áreas de Ciências Humanas, ampliando de forma criativa:

- a consciência de si mesmos e dos desafios que a natureza e a humanidade, em seus diferentes níveis de escala espaço-temporais, lhes outorga;
- o posicionamento crítico diante das responsabilidades sociais de cada um e da atuação do cidadão;
- uma maior flexibilidade de pontos de vista, no ato de olhar para o mundo ao seu redor, encontrando alternativas para a intervenção na realidade (BORGES, 2005, p. 64).

Assinala, ainda, que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) segue nessa direção ao propor manter-se ligado ao repertório dos jovens do ensino médio. Entretanto, é importante ressaltar alguns problemas observados nas escolas⁵ onde realizamos as oficinas, para efetivação desta proposta, dentre os quais podemos destacar:

1. a falta de preparação de alguns professores(as), que, devido à sobrecarga de trabalho, não dispõem de tempo suficiente para realizar os estudos necessários e, assim, compreender as mudanças pelas quais o ensino médio está passando;
2. a competição no mercado- algumas escolas, por exemplo, expõem os resultados obtidos pelos estu-

⁵ Realizamos oficinas com 20 horas de carga horária nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio: Dom Luiz Gonzaga Fernandes e Raul Córdula, em Campina Grande- PB.

dantes em jornais, *outdoors*, etc. Este tipo de prática cria uma hierarquia entre escolas e estudantes ao privilegiar resultados mensuráveis em uma prova, sem levar em consideração as subjetividades dos estudantes envolvidos no processo. A publicação dos resultados causa um mal estar entre os estudantes das escolas públicas que não se sentem capazes de competir com os estudantes das escolas particulares. É o que percebemos nos depoimentos informais de alguns participantes das oficinas.

3. a democratização do ensino não acontece devido às fragilidades da formação no ensino básico, principalmente nas escolas públicas. As mudanças acontecem quando se percebem alterações no nível da escolaridade e não apenas com a realização de uma prova.

Assim, entendermos que o ENEM é uma prova que está em um processo de construção e, apesar dos problemas apresentados, o Exame se configura como uma das mais importantes provas do Brasil para acesso ao ensino superior e certificação do ensino médio. Em nossas análises observamos alguns pontos positivos da prova, tais como:

1. apresenta-se com um parâmetro nacional em contraponto ao modelo anterior, em que cada instituição realizava seu vestibular isoladamente, com propostas diversificadas que dificultavam a preparação dos estudantes.
2. evita-se que o estudante se submeta a uma maratona de provas que provocavam desconforto e incertezas sobre o que estudar e como estudar.
3. rejeitam-se questões conteudísticas e busca-se centrar nas habilidades cognitivas do estudante.

Para além das críticas ao formato da prova, em nossas reflexões, entendemos a necessidade de refletir, incessantemente, sobre as mudanças vivenciadas pela educação na contemporaneidade. Certamente, não temos respostas prontas e acabadas, mas o desejo de continuar pesquisando, analisando, buscando alternativas para tornar o ensino de História prazeroso e fundamentado nos valores da democracia, da ética, da cidadania e do respeito ao meio ambiente, como dimensões da vida acadêmica e da sociedade.

Módulos didáticos: novas sensibilidades para pensar o ensino de História

Nesta proposta, entendemos módulos didáticos enquanto componentes curriculares que servem de apoio aos professores e possibilitam aos estudantes uma melhor construção da aprendizagem. A função do módulo é facilitar o estudo através de um material básico, que apresente os temas/conteúdos essenciais, mas sem a pretensão de esgotá-lo. Assim, foram estabelecidos os eixos de ordenação e as diretrizes e metodologia de ensino a serem operacionalizadas, direcionadas para:

1. Levar o estudante a conceber a História, não como um saber pronto, a ser absorvido e, sim, como um processo a ser construído a partir de diferentes fontes e interpretações.
2. Problematizar a proposta do ENEM para a área de CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS. Para tanto, buscamos romper com o excesso de conteúdos, construindo instrumentos para situar o estudante em seu tempo, para melhor entender o passado em sua historicidade.

3. Produzir um material que permita assegurar aos participantes a interpretação de fontes históricas.

Após a pesquisa, revisão bibliográfica e análise do material coletado, preparamos o módulo com informações que consideramos relevantes para a compreensão, pelo menos em parte, da prova, como também das questões avaliativas, como, por exemplo, o TRI (Teoria de Resposta ao Item), organizamos o módulo em seis capítulos⁶ com os seguintes tópicos:

- **Um texto base** – para começar a história... Os textos selecionados visam garantir o desenvolvimento de conteúdo básico, proporcionando oportunidades para o processo de reflexão-ação-reflexão.
- **Reflexão** – Através de um processo dialógico, busca-se exercitar a leitura e interpretação de textos, permitindo ao estudante construir seu conhecimento sobre o tema em foco. São apresentados questionamentos que permitam o protagonismo dos sujeitos no processo de construção de conhecimento.
- **Texto de apoio – Para saber mais...** São apresentados textos complementares para aprofundar as discussões dos conteúdos propostos. (fragmentos de

⁶ Para **cada uma das competências foi elaborado um tópico** C1 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades; C 2 – Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder; C 3 – Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais; C 4 – Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social; C 5 – Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade; C 6 – Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

livros, revistas, jornais ou *sites* relacionados com a competência analisada).

- **Atividades – Aprenda fazendo...** Espaço para apresentação de exercícios que permitam refletir sobre as questões analisadas.
- **“Dicas” comentadas – Saiba mais...** Para estabelecer uma conexão com os diversos momentos e fases da história, remetendo a acontecimentos passados e presentes facilitando e mediando a aprendizagem (Livros, Sites, Filmes/documentários, etc.).

O módulo foi elaborado coletivamente. Por isso, foram recorrentes, no processo, dúvidas e até divergências sobre o formato, como equilibrar imagens e textos, escolhas de autores, indicações de livros e filmes etc. Em alguns momentos, foi preciso ponderar sobre o caráter experimental do módulo, senão não concluiríamos no tempo previsto para ser utilizado na Oficina. Esse momento foi importante para compreendermos que o processo de produção é coletivo e suas limitações poderão ser observadas quando passarmos a utilizá-lo. E, aí sim, teremos um momento de análises e de novas reescritas.

A educação passa a ser encarada como um compartilhamento de conhecimentos, no qual educador e educando, juntos, formulam os saberes dinamizando-os a partir das práticas cotidianas na sala de aula. Desta forma, as novas propostas visam uma reforma que não deverá acontecer de forma imediata, mas, como a nota do ENEM servirá de critério para a entrada nas instituições federais de ensino superior, entendemos que, desta forma, se conduzirá uma reflexão sobre educação nas escolas, especialmente, sobre como cada campo do saber educacional irá se comportar diante das

mudanças que estão sendo implementadas na educação brasileira.

Em nossas análises, percebemos que para minimizar as diferenças entre os estudantes que frequentam as escolas públicas e privadas, serão necessárias não apenas a realização de um exame, mas de políticas que levem em consideração espaço, tempo, condições sociais, históricas e culturais dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

Da experiência de acompanhar todo o processo de fabricação dos módulos, visualizamos, inserido nele (no processo principal), vários processos secundários, dentre eles, três são de maior importância: a oportunidade de os estudantes se depararem com uma proposta nova de avaliação, pautada nas competências e que induz os candidatos, que se submeterão ao ENEM a uma reflexão crítica do mundo que os cerca, da sociedade, das construções culturais e identitárias em sua volta; o aprendizado a partir do fazer-fazendo o material didático, utilizando, para a confecção, os aportes teóricos, as leituras do curso de graduação, fazendo uma conexão importante entre o conhecimento acadêmico e a prática profissional que se deseja; e, por fim o amadurecimento na escrita e na articulação de ideias possibilitado pelas várias revisões que incorporem as sugestões de leituras.

Esta experiência tem vários aspectos positivos: a elaboração do próprio material didático, que os “petianos” usarão na oficina, possibilita uma análise mais crítica dos textos propostos. O processo de fabricação destes módulos permite aos “petianos” apreciarem e repensarem a sua própria narrativa, as fundamentações teóricas, os equívocos, a linguagem, o conjunto de seus textos. O fato de ser uma proposta em grupo autoriza um aprendizado de limites, de lidar com outros olhares sobre o mesmo tema, de tentar capturar um ponto comum nestes olhares e decodificá-lo em palavras inteligí-

veis ao leitor e que cumpram o papel de auxiliar os candidatos no ENEM.

A experiência traz, por fim, a tentativa de uma dupla contribuição ao ensino de História: o ensinar a ensinar História para os “petianos”: a fabricar material didático, a utilizá-lo como recurso, a repensá-lo a partir da prática da oficina, e auxiliar os candidatos de escolas públicas a compreenderem a proposta do ENEM bem como reduzir a ansiedade e a insegurança dos que se submetem a tal avaliação.

Em um mundo no qual os conceitos e as práticas ligadas ao ensino estão sendo constantemente repensados, ensinar, educar, instruir, disciplinar ganham novos significados e os que palmilham os caminhos das licenciaturas só conseguem entendê-los nas práticas e vivências profissionais cotidianas. A experiência de ensinar transforma não apenas o educando, mas também o educador, que se constrói, se desconstrói e se reinventa a cada novo aluno, a cada nova aula, a cada novo texto elaborado ou lido, a cada nova interação com os seres humanos e com os objetos, a cada novo contato com o mundo, decodificado nas várias nuances temporais e espaciais do seu cotidiano (do educador).

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** vol.19 no.70, Rio de Janeiro, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, Matrizes de Referências para o ENEM 2011. <http://www.ceps.ufpa.br/daves/PS%202012/PS%202012%20ENEM.pdf> Acesso: 24/10/2011 hora: 13:00

CERRI, Luis Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.213-231. 2004.

GUIMARÃES, Raul Borges. O Enem, as Ciências Humanas e suas Tecnologias. In. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundamentação teórico-metodológica** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: O Instituto, 2005.

MACEDO, Lino. Competências e habilidades: Elementos para uma reflexão pedagógica. In. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundamentação teórico-metodológica** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. - Brasília: O Instituto, 2005.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. In. **Revista Tempo**. V 11. N 21a 05. indd 49. 27/6/2007.

NEVES, Joana. O ofício do Historiador: entre as fontes, a narrativa e o quadro de giz, in: FLORES, E. C.; BEHAR, Regina (org.). **A formação do historiador**. João Pessoa: Universitária, 2004. p.17 - 28.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** 4.ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SENSIBILIDADES MODERNAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CAMPINA GRANDE: O EXEMPLO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE

Alexandro dos Santos¹

O presente trabalho é fruto de pesquisas realizadas sobre a história da educação na cidade de Campina Grande, no início do século XX. De acordo com Vago (2002), no período mencionado anteriormente, emergiu uma nova “cultura escolar” nas escolas brasileiras, na qual as crianças tornam-se alvo de uma permanente tentativa de controle de seus movimentos nos espaços e tempos escolares. Por parte dos responsáveis pela administração escolar foram inúmeras as tentativas de encontrar o modelo ideal de disciplina² para crianças. Desse modo a “cultura escolar” passa a representar a cultura dos corpos.

Ao pesquisar aspectos relacionados à história da educação em Campina Grande nesse recorte temporal, percebe-

O autor é discente do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - PB. Participou como discente bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET, da Universidade Federal de Campina Grande - PB do curso de História. Atualmente é Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ/CAPs, membro do projeto de pesquisa “Conselho higiênico”: sensibilidades e saberes escolares em Campina Grande-PB (1920-1940).

² Segundo o filósofo francês Michel Foucault, a disciplina se constitui em “uma técnica de produção de corpos dóceis”.

se que a cidade passou por dois marcos (NASCIMENTO, 2013, p.1). O primeiro, localizado no final do século XIX e início do século XX, tendo por foco o surgimento de espaços destinados à educação na cidade. E o segundo, em que se percebe a história da educação, aconteceu entre as décadas de 1920 e de 1930, período em que se evidenciam modificações no modelo de educação, a partir da inauguração de colégios que adotam novos paradigmas de instrução.

No primeiro momento, verifica-se a criação do Grêmio de Instrução, que expressou preocupação em preparar os jovens da cidade para o ingresso na Faculdade de Direito de Recife (ALMEIDA, 1978, p.323-332), e o Colégio 15 de Novembro, em 1905, pelo professor Severino Correia. Em 1913 é fundado o Gabinete de Leitura pelo professor Dr. José Coelho, entretanto a ideia partira do pernambucano Lino Fernandes de Azevedo. Nesta instituição de ensino, durante vários anos, ficou concentrada a vida intelectual da cidade de Campina Grande, mantendo biblioteca com acesso ao público leitor, jornal, revista, escola gratuita, promoção de festas cívicas e literárias, concursos de beleza, as “horas literárias”, “conferencias”, e “jornais falados”; deixando de funcionar no ano de 1935, o que causou a insatisfação dos intelectuais locais (GAUDÊNCIO, 2008, p.4).

Na década de 1910, alguns colégios foram inaugurados como, por exemplo, o Colégio - Instituto Spencer, que funcionou entre os anos de 1915 e 1917, sob a responsabilidade do professor José Otávio de Barros e o Instituto Pedagógico Campinense, criado no ano de 1919 pelo Tenente Alfredo Dantas Correa de Góis (que se destacava por adotar práticas pedagógicas similares às de regime militar) e o Instituto São Sebastião, de 1920, obra do professor e poeta Anézio Leão (CÂMARA, 1947, p. 89-93).

Gaudêncio afirma que o uso da palmatória ou régua, a separação por sexos, os ditados e exercícios decorados como

a tabuada, ou as atividades de paleógrafo ou leitura manuscrita, podem se distinguir como sendo as principais características do processo educativo da época (GAUDÊNCIO, 2008, p.6).

O segundo marco é o período em que “a instrução de Campina Grande começa a passar por uma intensa transformação” (GAUDÊNCIO, 2008, p. 7). Seguindo a mesma tendência educativa do Instituto Pedagógico Campinense, foi fundado o Colégio Paroquial da Imaculada Conceição, que se manteve ativo entre os anos de 1920 e 1923, na responsabilidade do professor Jorge Muniz. No ano de 1921 foi inaugurado o Instituto Olavo Bilac, na Rua da Floresta, pelo professor e poeta Mauro Luna, e o Collège Condorcet, de Hortêncio Ribeiro. Em 1924 ocorre a inauguração do Grupo Escolar Sólton de Lucena, obra do Governo do Estado, o primeiro grupo estadual de Campina Grande (GAUDÊNCIO, 2008, p. 7).

Na década de 1930, a educação da cidade continua vivenciando significativas transformações. Foi, neste momento, que ocorreu a inauguração dos colégios particulares ligados a ordens religiosas. O uso da palmatória, até então bastante comum e utilizado na educação da mocidade campinense começou aos poucos a ser extinto; os novos colégios adotaram métodos educativos “mais modernos”, passando a exigir um único professor para cada disciplina.

O primeiro colégio a ser fundado sobre as ordens religiosas foi o *Colégio Imaculada Conceição*, em março de 1931 (conhecido por *Colégio das Damas* com o Ensino exclusivo para o sexo feminino em seus primeiros anos de funcionamento); em abril do mesmo ano foi inaugurado, por iniciativa do vigário José Delgado, o *Colégio Diocesano Pio XI*, na Igreja Matriz, hoje a Catedral da cidade. No ano de 1932, esse educandário foi transferido para a rua João Pessoa (CÂMARA, 1947, p. 87-93). De acordo com Gaudêncio:

Estes dois colégios (Damas e PIO XI) juntamente com o Alfredo Dantas foram os modelos de educandários para a cidade de Campina Grande no ensino das elites. O crescimento da qualidade de ensino com a incorporação de novas tendências pedagógicas e formas didáticas, acrescido da parceria dos governos estaduais e municipais na construção de cursos técnicos, vão fazer que antigas escolas de ensino primário acabem chegando ao fim quase instantaneamente. Foram os casos dos colégios: São José, do professor Clementino Procópio, e o Instituto Olavo Bilac, de Mauro Luna. Os dois fecharam suas portas no ano de 1932 (GAUDÊNCIO, 2008, P.8-9).

A criação do Instituto Pedagógico Campinense, enquanto instituição particular trazia em sua estrutura física os ideais de modernidade. Localizado na rua Barão do Abiaí, Centro de Campina Grande, ofertando ensino destinado para o primário e secundário, tinha educadores de ambos os sexos e era composto de duas cadeiras oferecidas por seus fundadores, o Tenente Alfredo Dantas Correa de Góis e sua enteada, a professora normalista Ester de Azevedo.

Atualmente, perto de completar cem anos de história, se notabiliza por ser a mais antiga escola da cidade. “Em maio de 1924, foi o educandário transferido para um novo prédio edificado, previamente, pelo mesmo educador, adaptado às condições higiênicas e pedagógicas, situado à mesma rua, n. 327, hoje, “Internato” do referido Instituto” (Revista Evolução, 1931, n.1, p.7). Suas instalações são ampliadas e se tem a fundação das “Escolas Anexas”, passando a funcionar a Escola de Instrução Militar General Pamplona (incorporada ao Tiro de Guerra Nacional), conhecida como Escola de Tiro 243, e o Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores, “tornando-se o primeiro Estabelecimento Secundário que conferiu títulos técnicos profissionais no interior da Paraíba” (ANDRADE, 2012, p. 4). Em 1943, com a criação do curso ginásial, mudou de nome, passando a se chamar Ginásio Al-

fredo Dantas, e em 1950, passa a ser conhecido pelo atual nome *Colégio Alfredo Dantas – CAD*. A nova sede se adequava as modernas exigências higiênicas e pedagógicas e o novo nome foi uma homenagem ao seu criador, o Tenente Alfredo Dantas (SANTOS, 2012, p. 4).

Em Decreto de Nº 1615, de 9 de Dezembro de 1929, o Governo do Estado da Paraíba, integrou o Instituto Pedagógico Campinense às prerrogativas de *Escola Normal* oficial (Revista Evolução, 1931, n.1, p.8). Este passou a disponibilizar aos discentes os cursos: “Grupo Modelo”, com três cadeiras primárias para o ensino de “Didática” e as aulas do curso “Normal”, regidas por professoras normalistas; o “Tecno – Comercial”, a de “Instrução Militar”, incorporada ao “Tiro de Guerra Nacional”, com o número 243” (SANTOS, 2011, p. 4). Nas palavras do historiador Josemir Camilo de Melo:

No começo dos anos de 1930, o Instituto Pedagógico deixava de ser uma mera escola local para o ensino do que hoje chamamos de fundamental básico (o curso “primário”, de então) para se estender ao ensino médio (curso ginásial) da população campinense e ser reconhecido de utilidade educacional em nível nacional. Era uma proposta moderna (MELO, 2011, p.3).

Com as mudanças pelas quais vinha passando, o Instituto buscava se adequar às exigências de uma cidade moderna, atendendo às necessidades dos cidadãos que queriam ver seus filhos (as), bem instruídos (as). Na edição do *Jornal Brasil Novo* de 1931 encontramos uma passagem referente às modernas práticas pedagógicas do Instituto Pedagógico Campinense:

Dos poucos estabelecimentos de ensino que temos no interior do Estado, é o “Instituto Pedagógico” o melhor conceito e que cumpre rigorosamente os métodos de ensino mais modernos. Fundado em 1919, vem em constante progresso,

quer no melhoramento de seu prédio e mobiliário, quer no aperfeiçoamento da instrução. Mantem os seguintes cursos; Normal, Commercial, Gymnasial, Militar, Primário e Infantil. Além dos citados cursos, mantem ainda as aulas de pianos, costura, bordado, pintura, musica, flores e gymnastica, todas sob a direção de competentes profissionais. O internato funciona na própria residência do diretor, gosando assim os internos de assistência familiar. O externato remodelado a capricho e com todos os requisitos da hygiene escolar, oferece aos alunos e professores, todo conforto necessário. Seus vastos salões em número de dez, são bem arejados, iluminados e suficientemente mobiliados. Entre os pavilhões que compõem o prédio existe um grande pateo destinado ao recreio e aulas de instrução physica. Nelle estão localizados os campos de Volleyball, Basket-ball e peteca, caixão de pulo, barra fixa e outros aparelhos de gymnastica. O Volleyball é treinado com entusiasmo pelas normalistas e alunos de outros cursos. O curso militar, destinado a preparar os jovens para a defesa da Pátria, muito útil tem sido aos campinenses, pois, centenas de moços têm obtido a caderneta militar de reservista, ficando aptos para exercerem empregos federaes e isentos do sorteio militar (JORNAL BRASIL NOVO, 1931, p.6).

O Instituto alcançava o progresso com modernas técnicas de ensino. O prédio e o mobiliário podiam ser comparados a outras instituições de ensino de destaque nacionalmente. Matinha em funcionamento os cursos de Normal, Comercial, Ginásial, Primário, Militar e Infantil. Aulas de piano, costura, bordado, pintura, música, flores e gymnastica todas essas eram destinadas a uma melhor formação da juventude campinense. As aulas de educação gymnastica eram dedicadas aos sexos masculino e feminino, fazendo parte de um programa chamado de medicalização dos corpos, que passou a integral a formação intelectual das crianças brasileiras a partir do final do século XIX e se estendeu pelas primeiras décadas do século XX. O prédio do Instituto buscava se ade-

quar às práticas de moderna higiene. A higiene do corpo e do espaço escolar era fundamental para uma instituição do porte do Instituto que buscava alcançar as modernas práticas pedagógicas. Por isso os professores (as) e alunos (as) tinham que ter à sua disposição o máximo de conforto possível.

O Instituto possuía dez salões, arejados, iluminados e mobiliados de acordo com as exigências da quantidade de alunos (as) que frequentavam o espaço da instituição. Além do salão espaçoso o Instituto também possuía um grande pátio, destinado ao recreio e às aulas de educação "*physica*". Pátio, os alunos (as) praticavam esportes como "*Volleyball*" e "*Basket-ball*", e exercício de peteca, caixão de pulo, barra fixa e de gymnastica. Uma característica do Instituto era o caráter militar em sua formação pedagógica. Ofertava aos jovens do sexo masculino, filhos de Campina Grande "a caderneta militar de reservista" (JORNAL BRASIL NOVO, 1931, p.6).

Percebemos, em edições do Jornal Brasil Novo, propagandas do Instituto, a qual notamos a intenção de tornar públicos, diante dos cidadãos campinenses, os cursos oferecidos na instituição de Ensino, considerada a mais moderna do interior do Estado. Ao adentrar no prédio os discentes podiam ter contato com aparelhos e práticas que facilitavam a prática de esportes e também de gymnastica. O Instituto Pedagógico Campinense "era muito bem conceituado no Estado". Teve sua imagem construída com a ajuda de diversos meios de comunicação de âmbito local e estadual.

A imagem do Instituto se construiu em torno de reportagens divulgadas em diferentes meios de comunicação. O Tenente Alfredo Dantas era membro do '*Jornal O Comércio*' (1932), e dos periódicos *Revista Evolução* (1931-1932) e do *Evolução Jornal* (1934), do qual era financiador; periódicos de responsabilidade do próprio Instituto Pedagógico Campinense. O *Evolução Jornal* era um periódico independente e noticioso, com assinatura anual. Já a *Revista Evolução* era um periódico

produzido pelos docentes e discentes do Instituto, editada para ser um espaço pedagógico de circulação de ideias (ANDRADE, 2013, p.10).

A *Revista Evolução*, junto a outros meios de comunicação torna-se, para a população da cidade, um dos principais veículos de comunicação; e os diretores do Instituto a consideravam como uma forma de divulgar os cursos oferecidos na instituição de Ensino. “Em 1931, portanto, brindava a cidade com mais um serviço de comunicação e sociabilidade, a *Revista Evolução*, cujo primeiro número saiu em setembro daquele ano” (MELO, 2011, p.3). Na passagem acima, o historiador Josemir Camilo de Melo destaca a importância da *Revista Evolução* para a sociedade campinense por discutir inúmeros temas sociais, políticos e culturais de destaque na cena nacional e estadual. Outra característica da *Revista* é a forma como homenageia, em suas capas, as pessoas consideradas ilustres da cena estadual como, por exemplo, o criador do Instituto Pedagógico Campinense, o Tenente Alfredo Dantas³ (SANTOS, 2012, p.3). No ano de 1932, a *Revista* deixa de circular, cedendo espaço para o *Evolução Jornal*, publicado na “Sala Quinta - Instituto Pedagógico - Campina Grande - Estado da Paraíba”⁴.

³ Nas capas da *Revista Evolução* também se fazia o homenagem a Antenor Navarro, João Pessoa ex-governador do Estado, o professor Clementino Procópio, o prefeito Lafaete Cavalcante, Dr. Arlindo Correia até então diretor do posto de higiene municipal, Heronides Mathias de Oliveira professora normalista da “Escola Normal João Pessoa” anexada ao Instituto Pedagógico e o professor José Batista de Melo diretor de ensino primário da Paraíba.

⁴ Possuindo como “redator - chefe: Olavo Bilac Cruz; Secretário: Orlando Santos; Tezouzeiro; Eliese de Araújo; Gerente: Beatriz Saldanha; redatores: Porphyrio Catão, Iracema Marinho, Lourdes Melo, Javan Fialho, Euterpe Gusmão, Selma Suassuna, Lourdes Tavares, José Brasil, Milton Coura, Itamar Cavalcante e Fleury Soares” (*Evolução-Jornal*, Nº1, p.2, 1934).

O ano de 1945 representou o fim da administração do Tenente Alfredo Dantas, personagem importante na configuração educacional naquela época, marcando assim uma nova etapa nas páginas da História da Educação em Campina Grande (SILVA, 2010, p. 8). Pensando nos aspectos relacionados à modernidade da educação em Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX, o Instituto Pedagógico Campinense “se constitui como um bom marco cronológico, porque a criação do educandário justifica-se na necessidade da modernização da educação para Campina se sentir moderna” (SILVA, 2010, p.8).

Campina Grande, durante esse momento histórico, presenciou, em seu cotidiano, inúmeras inovações em equipamentos urbanos, transportes e comunicações. Presentes na existência do sistema telégrafo, telefônico, ferroviário, etc.; na adoção de equipamentos de higiene, como os sistemas de água encanada e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada; e a construção de prédios e logradouros públicos destinados ao lazer como parques, praças e passeios públicos, esses representavam os símbolos da modernidade presentes no cotidiano da cidade nesse período (ARANHA, 2005, p.67).

A historiadora Maria Raquel Silva, em sua dissertação de mestrado “*Civilizando os filhos da ‘Rainha’, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945)*”, comenta que a cidade de Campina Grande, localizada no planalto da Borborema, agreste paraibano, cresceu com o comércio realizado na feira de cereais e de gado, mas principalmente por ter sido o segundo maior pólo de escoamento da produção algodoeira para o exterior nas primeiras décadas do século XX. “Sua localização e sua ligação por meio da via férrea com Recife possibilitaram à cidade um crescimento em ritmo diferenciado com relação a outras cidades paraibanas” (SILVA, 2011, p.26). Ainda segundo Silva, religiosos,

comerciantes, imprensa nacional e estadual elaboraram uma cidade atraente, com um próspero 'futuro', pensamentos justificados pelas condições em que se encontrava a cidade e graças à sua localização geográfica, o que possibilitava o contato com outras cidades, tornando-a influente no compartimento da Borborema e referência no interior do Estado. (*Idem*, p. 28). Portanto a cidade estava entre as cidades mais desenvolvidas do Nordeste, e na época o principal centro exportador de algodão do Brasil. Segundo Epaminondas Câmara, em Campina Grande:

O comércio consolidou-se com o advento do automóvel. Os caminhões substituíram não somente a carroça de boi, mas também as tropas de burros, que centenas, entravam diariamente na cidade. Desenvolveu-se o mercado por atacado que, aos poucos, foi se localizando na Rua da Areia. A indústria local também tomou incremento com o fabrico de camas de ferro, malas, sabão, móveis, facas de pontas, redes, etc. e com as usinas hidráulicas de prensamento de algodão (CÂMARA, 1998, p.122).

Automóveis e fábricas constituíam nesse momento novos símbolos da modernidade que, ao lado das tropas de burros e das demais formas artesanais de produção, apresentavam-se como "novo" (ARAÚJO, 2010, p.26).

Em torno do desenvolvimento que vinha acontecendo, a cidade "apresentava sensível modificação na sua arquitetura, na qual evidenciou-se a presença de hotéis, lojas e sobrados azulejados ornamentados, com fachadas altas, janelas e portas altas decoradas com vidros e detalhes" (NASCIMENTO, 1997, p.69). Junto a todas essas transformações Campina Grande vivenciava significativas mudanças em seu cotidiano, principalmente nos assuntos relacionados à economia e à política. Com isso, se torna uma das mais importantes cidades do Estado, chegando a produzir e comercializar seu

principal produto agrícola: o algodão, para os grandes centros de comércio da Europa. A cidade se situa em importante ponto estratégico, situada entre o litoral e o sertão, de onde vinham os principais produtores de algodão do Estado. Para Nascimento:

Nesse período Campina Grande destacava-se das demais cidades paraibanas como espaço propício para centralizar o comércio do interior, condições que haviam sido construídas ao longo do seu surgimento e desenvolvimento. Provavelmente em função de sua posição geográfica, localizada entre litoral e o sertão, transformando-se em ponto de encontro entre tropeiros e boiazeiros que se deslocavam do interior para o litoral, surgindo desses encontros a feira, que projetou a cidade a nível regional. (NASCIMENTO, 1997, p.4)

As mudanças, que a cidade vivenciava, implicaram na maneira dos pais educarem seus filhos. Era urgente a implantação de novas práticas pedagógicas que tirassem dos futuros representantes da região hábitos tidos como anti-civilizados, atrasados, arcaicos, sujos, anti-higiênicos, os quais não caíam bem para moradores de uma cidade que buscava a identificação diante dos grandes centros civilizados do Brasil, a exemplo da capital da República, o Rio de Janeiro, tida como moderna e civilizada, aberta às novas demandas de um mundo em constante transformação. O Instituto Pedagógico Campinense faz-se para a população de Campina Grande um exemplo de instituição de Ensino tida como adequada às novas exigências propostas pelos padrões modernos que os moradores locais faziam questão de vivenciar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2ªed. João Pessoa, Editora Universitária / UFPB, 1978. 424p. (Coleção Documento Paraibanos, 8).
- ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In. Idem et al. **A Paraíba no Império e na República**. 3ª Ed. Campina Grande. EDUCG, p. 67-112, 2003.
- ANDRADE, Vivian Galdino de. A compreensão de uma modernidade pedagógica através do Instituto Pedagógico Campinense (1919 – 1950). **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas ‘História, Sociedade e Educação no Brasil’**. Anais Eletrônicos, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- ANDRADE, Vivian Galdino de; CURY, Cláudia Engler. “Construir a Cidade e erguer a escola”: o caso do Instituto Pedagógico em Campina Grande (1919-1942). In: **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras / PB. V.3.n.7, p.150-163. Edição Especial. Dez. 2013. ISSN 2237.1451. Disponível em / <http://periodicos.ufpb.br/0152/index.php./rie>.
- ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.
- CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988.
- DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Editora União, v.2, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2010.
- GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. Imagens literárias da educação em Campina Grande (1907-1957). In. **Revista Eletrônica Publicada pela EDUEP - UEPB**. V. 02, Nº 01, 2008. Disponível em: <<http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/v2n1.html>> Acesso em: 14/03/2011.
- MELO, Josemir Camilo de. “Evolução”. Revista pedagógica e magazine na Paraíba dos anos 30. **II Seminário nacional fontes documentais e pesquisa histórica: sociedade e cultura** DE 07 a 10 de novembro de 2011. UFCG, Campina Grande-PB, 2011.
- NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX**. 1997. Dissertação

tação (Mestrado em História apresentado ao PPGH da UFPE)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

_____. Sensibilidades e Práticas Escolares em Campina Grande - PB. **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal - RN de 22 a 26 de Julho de 2013 - ANPUH - Brasil.

SANTOS, A. NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. Educação "Gymnastica" e Física no Instituto Pedagógico: um olhar a partir da Revista Evolução. In: **II Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades**, 2012. Caicó - RN. Anais - II Colóquio Nacional História e Sensibilidades, 2012. Disponível em: <<http://coloquioufrnii.Webnode.Com/anais-do-evento/>>. Acesso em: 19/09/2013.

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da "Rainha", Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, Paloma Porto. **(DES) Alinhando Alguns Fios da Modernidade Pedagógica: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande - PB (1919 - 1945)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura Escolar, Cultura de Corpos**. São Paulo: USF, 2002.

DISCURSOS SOBRE A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO EM CAMPINA GRANDE-PB (1928-1932)¹

Elson da Silva Pereira Brasil
(PET História UFCG)

Em uma quinta feira, 1º de dezembro de 1932, o Jornal a *União*², um dos mais importantes do estado da Paraíba, noticiou que no próximo final de semana, às 11 horas aconteceria em Campina Grande, no cinema Apolo, localizado à Rua Maciel Pinheiro, a solenidade de colação de grau da primeira turma de normalistas formadas nesta cidade. Uma turma composta por oito mulheres iria receber o diploma de pro-

¹ O presente trabalho é uma compilação de partes de minha monografia de conclusão de curso. Esta foi resultado da pesquisa “Polindo espírito, formando professoras: a feminização do magistério em Campina Grande-PB 1928-1932”.

² “Fundado em 2 de fevereiro de 1893, no governo de Álvaro Lopes Machado, A União é o terceiro jornal mais antigo em circulação no Brasil. É um referencial histórico que, ao longo desses anos, ficou conhecido como “a escola do jornalismo paraibano”. No passado, escreveram em suas páginas nomes como Augusto dos Anjos, Orris Soares, Gama e Melo, José Lins do Rego e José Américo. Inúmeros jornalistas que passaram por sua redação ocuparam ou ocupam redações de outros jornais da Paraíba e do Brasil (Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/37281/jornal-a-uniao-comemora-119-anos-com-exposicao-e-livro.html>, acesso em 16/08/2014).

fessoras das mãos Argemiro de Figueiredo³ e Gratuliano de Brito⁴, dizia a notícia.

Segundo os periódicos analisados, a colação de grau das normalistas seria a coroação de uma trajetória de cinco anos das alunas da Escola Normal “João Pessoa”, que, desde 1928⁵, se dedicavam a um curso Normal com a expectativa de receber seu diploma de normalista.

Depois de formadas, poderiam escolher entre ir para a sala de aula e servir a pátria ou escolher um bom marido. Esse ato seria considerado um serviço à humanidade. Só não poderiam optar pelas duas coisas. Segundo Louro há uma produção da incompatibilidade da mulher casada com o magistério. Nesse processo, a mulher professora é pensada como a que deveria ter sua sexualidade negada. “A incompatibilidade do trabalho com o casamento e a maternidade tinha mais uma justificativa: a condição de casadas poderia resultar numa fonte de indagação das crianças e jovens sobre a vida afetiva e sexual da professora” (LOURO, 2006, p.468).

Nos cinco anos que passaram na escola Normal de Campina Grande, as alunas aprenderam os conteúdos propedêuticos exigidos pelo currículo oficial do Estado e prática de ensino e pedagogia, conteúdos exigidos também pelo currículo. A revista *Evolução* era usada para lhes ensinar sobre assuntos referentes ao cuidado com o lar, como por exemplo,

³Nasceu em Campina Grande em 1901 e faleceu na mesma cidade em 1982. Na época era interventor interino do Estado da Paraíba. Assume como governador do Estado em 1935. Ver mais em: <http://blogdomendesemendes.blogspot.com.br/2012/03/argemiro-de-figueiredo.html>, acesso em 01/08/2014.

⁴ Gratuliano da Costa Brito (1905-1982) interventor do Estado de 1932, após a morte de Antenor Navarro, até dezembro de 1934.

⁵ Embora a Escola Normal tenha sido reconhecida pelo Governo Estadual e equiparada a oficial do Estado em 1929 as fontes nos dizem que a mesma começou a funcionar em 1928.

que água quente é um ótimo remédio para dormir bem e superar, quem sabe, a ansiedade da festa de formatura que se aproximava. Caso alguma tivesse um gato ou cachorro em casa e esses tivessem sujado seu vestido de seda podiam as normalistas tirar os pelos que pregassem na roupa passando um pano molhado, com isso “os pelos saem como por encanto”. Mas não esqueçam as moças que uma das *coisas úteis* é saber fazer um bolo caipira para, quem sabe, comer na manhã ou tarde do domingo seguinte ao baile de formatura⁶.

Era assim que a revista buscava criar um discurso sobre o que é ser uma boa dona de casa, uma boa filha, uma boa professora. De acordo com tais discursos, a mulher tinha que saber cuidar dos filhos, da casa e da escola.

Ainda na notícia de 03 de dezembro, uma semana antes da festa, *A União* tornava público o nome das futuras normalistas. Caso o leitor esteja curioso, saiba que “É a seguinte a nova turma: senhoritas Carmem Eloy, Euná Paiva, Herotides de Oliveira, Noemi Carlos, Maria de Lourdes Andrade e Isaura Galvão” (*A União*, Ano XLI, João Pessoa, (Paraíba) – Sábado, 03 de dezembro de 1932). Nair Gusmão, Adelia Araújo, completavam o número das oito normalistas campinenses⁷.

Essas moças passaram os cinco anos do curso sendo, como afirmou a revista *Evolução*, polidas para se tornarem boas professoras. Quanto ao IPC, este esteve, nos últimos meses, dedicando seus esforços a expor para os leitores de seus periódicos (*Revista Evolução* e o *Jornal Comércio de Campina*) como é que tinha sido o processo de formação da primeira turma de professoras formadas em Campina Grande.

⁶ Narrativa construída com base no texto *Coisas úteis* (*Evolução*, Nº 7, 1932, p. 17).

⁷ Na chamada do jornal *A União* não foi mencionado o nome dessas duas últimas alunas.

O Instituto fazia questão de expor as alunas como resultado de uma ação sua. Nesses últimos meses de 1932, os periódicos vinham criando uma imagem de professoras para as alunas da escola normal. A revista e o jornal se encarregaram de criar, para a cidade, uma representação para a professora.

Nesse trabalho objetivamos problematizar como o discurso jornalístico e o regulamento⁸ para a Escola Normal representaram o magistério e as alunas normalistas. Pensamos representação a partir do que afirmou Louro (2010, p. 99) “não cabe perguntar se uma representação “corresponde” ou não ao “real”, mas, ao invés disso, como as representações produzem sentidos, quais seus efeitos sobre os sujeitos, como elas constroem o real.” Consideramos os discursos produzidos sobre o magistério, na imprensa, como produtores de um lugar para a professora, uma construção discursiva da professora⁹.

Em Campina professor ranzinza não tem mais vez

A Escola Normal “João Pessoa” estava, desde 1928, em pleno funcionamento. Sua primeira turma era formada apenas por mulheres. Percebemos a elaboração, nos discurso da *Evolução*, de professoras compreensivas que fossem capazes de ouvir muitas perguntas de seus alunos e lhe respondessem com a calma de uma mãe que ensina seu filho a andar.

Os discursos sobre os homens professores afirmavam que o homem, ranzinza, grosso, era inadequado para ensinar

⁸ Os periódicos produzidos pelo IPC e o jornal *A União* foram um dos suportes principais na construção desse diálogo.

⁹ Aqui dialogamos com a ideia de que a identidade dos sujeitos é construída historicamente. Logo, ser professor, sentir-se professor é algo que ganha sentidos diferentes em diferentes épocas. Esses sentidos são produzidos pela linguagem.

a crianças. A linguagem da revista usava de textos e imagens para compor uma representação para as professoras. Novas identidades iam se configurando nas suas páginas por meio dessas linguagens. Segundo Louro (2010, p. 65) “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas os veicula, mas produz e pretende fixar diferenças”.

A revista *Evolução*, adepta do método da Escola Nova, produziu, em suas páginas alguns textos sobre a sua aplicabilidade. Em *Escola Nova: método ativo*, no sétimo número da revista, temos um texto em que a professora traçou um diálogo com seus alunos sobre o estado físico dos corpos. No texto a professora é representada como solícita com seus alunos, que a encham de perguntas do tipo: o que é sólido? O que é gasoso? Como se forma o gelo? O que é vapor? A todas as perguntas a professora ia respondendo com calma. E, no final, a professora repreendeu a aluna Zelia, com quem mais conversara na aula, “Bem, vocês são bons alunos e inteligentes e você D. Zelia deve ser menos peralta.” (*Evolução*, Nº 7, 1932, p. 9). A professora, personagem, dona Anália, logo poderia ser identificada com outras professoras ou aspirantes a essa profissão.

Professora – ó menino, chame Antonia para fechar essas janelas, que o frio está incomodo e a neve está entrando na sala...

Zelia – d. Anália é a neve que está chovendo!...

Professora – A neve não chove!...

É que à proporção que o sol vem surgindo, ela se desmancha e cai em gotas como se fosse uma chuva bem fina.

Zelia – Pois eu pensava que a neve fosse a chuva suspensa nos ares!

Professora – Não, a neve é composta de grãos extremamente pequenos, que os sábios chamam moléculas, às quais se agrupam umas as outras sem poderem, no entanto, tocar...

Zelia – e como é isso!...

Professora – estão separadas por espaços que elas não ocupam e chama-se póros (Evolução, Nº 7, 1932, p. 8).

Zelia pode ser muitas meninas que tinham suas ações podadas em sala de aula. Para ser considerada bem comportada, uma boa menina tinha de conter seus gestos e palavras. Não podia ser peralta, tinha de ser virtuosa, “Primeiro que tudo honrar os seus queridos pais; amar os seus mestres; cumprir bem os seus deveres escolares; comportar-se bem em qualquer departamento onde resida. Só assim poderá honrar a sua querida Pátria!”, e ainda tinha que zelar a pátria e não podia mentir, pois “aquele que mente não é digno de confiança, nem, pode engrandecer sua pátria!” (Evolução, Nº 2, 1931, p. 19). Essas meninas integravam um projeto de disciplinar o país para o progresso. Era preciso criar nelas um amor à pátria para que desejassem ir para a sala de aula como professoras que contribuía para o desenvolvimento da nação com seu amor e dedicação.

Se a professora, dona Anália, era atenta aos seus alunos, respondia suas dúvidas, o mesmo não ocorria com as descrições feitas sobre o professor. Era o homem o ranzinza, o que não desenvolvia afeto pelos seus alunos, o que fazia com que o aluno perdesse o trem, o que abandonava o aluno sem nenhum ressentimento¹⁰. A mulher era o afeto, ouvia os alunos que não sabiam do assunto, que interagia, amava maternalmente e reprendia a menina peralta. O homem professor não desenvolvia esse tipo de relação com seu aluno.

Um professor ranzinza, irado com o aluno que não soubera a lição:

-- Você quer ser um burro grande ou pequeno?

O aluno respondeu, ingenuamente:

¹⁰ Na coluna quer rir, uma anedota baseia-se no fato de um professor não acordar ao aluno, fazendo-o perder o trem (Evolução, Nº 7, 1932, p. 9).

-- Quero ser do seu tamanho professor
(Evolução, N° 7, 1932, p. 9).

Podemos tomar esses dois textos, o da aula da professora Anália e essa anedota da revista, como exemplo do quadro discursivo que se desenhava da professora nas primeiras décadas do século XX. Desde fins do século XIX esta área de atuação era desenhada como lugar da mulher, do amor à vocação. Esse amor era pelo bem da Pátria,

a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrario, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele incorriam aquele que tivessem vocação (LOURO, 2006, p. 450).

Quanto ao amor carnal, a própria revista tratava de considera-lo “um micróbio” que não fazia bem, “uma doença física e mental” a qual as alunas que desejassem seguir o magistério não podiam se dedicar. Assim como a escola, a casa, o lar, o amor também deveria ser medicado diz a revista: “Devia submeter-se o amor à inspeção de um Conselheiro de Saúde, dotado de amplas atribuições e de autoridade absoluta, porque o amor não passa de ser uma doença. É fora de dúvida que o amor é ocasionado por um veneno, por um germen” (Evolução, N° 8/9, 1932, p. 18). As moças deviam tomar muito cuidado com o amor. Afinal, ele transformava moças racionais em moças apaixonadas, que saem pelas ruas à procura do belo rapaz de olhos sedutores. Também deveriam ter cuidado com os músicos “especialmente os de maior talento, isto é, os que usam cabelo muito crescido, produzem, com frequência, uma fascinação particular bastante forte sobre muitas mulheres” (Evolução, N° 8/9, 1932, p. 39).

Esses discursos buscavam normatizar o corpo e as emoções das moças, futuras professoras. Outro dispositivo nor-

matizador que emergiu para disciplinar as alunas da escola normal são os currículos, nos quais passaram a integrar disciplinas destinadas apenas às mulheres.

Reflexões sobre currículo e regulamento para a escola normal

Para receber seu diploma, as aspirantes a normalistas tinham de passar cinco anos no curso normal¹¹. Nos primeiros anos recebiam uma formação que era quase a mesma dos alunos de cursos comuns. Segundo Kulesza (2006, p. 3763) “A formação de professores no Brasil está marcada por uma característica típica herdada das corporações de ofício, nas quais o aprendiz procura imitar o mestre”, nos quatro primeiros anos, o estudante da escola normal tinha aulas parecidas com as que iria ministrar posteriormente a seus alunos.

A Escola Normal de Campina Grande, anexo ao IPC, quando inicia suas aulas, em 1928 (antes de ser reconhecida pelo governo estadual), estava submetida ao regulamento para a Escola Normal do ano de 1925¹². Quando recebe o reconhecimento, em dezembro do ano seguinte, já estava em vigor o regulamento publicado em dezembro deste ano. Segundo Kulesza (2006) o regulamento de 1929¹³ trazia o se-

¹¹ As normalistas de Campina estudaram de 1928 até 1932.

¹² De acordo com esse regulamento as alunas tinham, ao longo de seu curso, que ter “Três Português; Duas Francês; Uma Arithimetica; Uma álgebra; Uma geometria; Uma Physica e Chimica; Três Geografia e Chorographia; Duas de História da Civilização e do Brasil; Uma História natural; Uma Hygiene; Uma de Desenho Lincar e caligraphia; Duas de desenho a mão livre e Pintura aquarela; Duas Musica; Uma prenda domestica e costura; Duas de trabalhos manuais; Duas de Pedagoga e Pedologia” (Parahyba, Decreto No 1346 de 2 de fevereiro de 1925, Art. 4º).

¹³ Em nossas pesquisas não conseguimos localizar este regulamento. Por este motivo não dedicamos um capítulo especial discutindo a questão do

guinte grupo de disciplinas para o primeiro ano: *Português, Francês, Aritmética, Geografia e Desenho*. Para o segundo: *Português, Francês, Aritmética, Noções de Geometria e Álgebra, Geografia e Corografia, e Desenho*. Para o terceiro ano: *Português, Noções de Física, Química e História Natural, História da Civilização, Trabalhos manuais, Prendas domésticas, Música e canto coral*. Para o quarto ano: *Português, Higiene especialmente escolar, História da civilização (Brasil e Paraíba), Pedagogia e noções e Pedologia, Trabalhos manuais, Prendas domesticas, Música e canto*. E no quinto ano: *Pedagogia e Pedologia e Didática de ensino*. De acordo com esse regulamento era apenas no último ano do curso normal que as alunas iam para a sala de aula e estudavam pedagogia e pedologia.

A pedologia era a disciplina que lhes ensinaria a observar os alunos, a perceber seu perfil físico e psicológico. Essa “A ciência experimental da criança sob seus diferentes aspectos” (Vasconcellos, s/d, p. 17). Consistia em observar os alunos e alunas, fazendo um relatório sobre os mesmos para, assim, tentar sanar o que fosse considerado anormal, o que não condizia com um bom cidadão. Segundo a *Evolução*, “O professor tem o dever de investigar e estudar as condições físicas e psicológicas dos seus alunos; mas para que estes conhecimentos sejam completos, é preciso que os pais forneçam os elementos esclarecedores precisos ao mestre” (*Evolução*, N° 1, 1931, p. 17). As futuras professoras eram educadas para observar seus alunos. Observar para posteriormente interditar o que fugisse à norma moral ou científica. O regulamento de 1931 indica que:

currículo. Esperamos, em pesquisas futuras, poder entrar em contato com o mesmo para, assim, fazer as devidas problematizações. Porém, acreditamos ser necessário, ao refletir sobre a formação das normalistas, problematizar algumas questões sobre o currículo e sua importância na formação de professoras.

Art. 20- O lente de Pedologia, no segundo semestre do ano, designará a cada um dos alunos dessa disciplina a observação psicológica de um dos alunos do grupo escolar Modelo, a fim de acompanhar o seu desenvolvimento mental, tendências vocacionais, defeitos sensoriais, processos. (Paraíba, Decreto N° 75, de 14 de março de 1931).

Para esse discurso, era essa observação que geraria um conhecimento do professor, da escola sobre o aluno, e, assim, seria possível uma intervenção no corpo e/ou na mente desse. Segundo Foucault “O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de disciplinas militares e escolares” (FOUCAULT, 2012, p. 148-149).

Os pais também eram chamados a auxiliar os professores, ou aspirantes a professores. A eles cabia compartilhar, com os mestres, o que observassem de estranho no comportamento dos filhos. Pais e professores juntos regulavam o corpo e comportamento de alunos e alunas. O saber instituído na escola adquiria o poder de intervir na mente e comportamento de alunos e alunas. O professor “deve incutir nas mentes de seus alunos, ainda em formação que, a honradez, o trabalho a fidelidade, a proteção aos fracos e desamparados, a justiça, a defesa da honra e da dignidade, são condições indispensáveis na formação do bom cidadão” (Evolução, N° 1, 1931, p. 17).

Além da pedologia, outras disciplinas estudadas pelas normalistas durante esses cinco anos objetivavam formar seus corpos e mentes dentro de uma norma, em especial de gênero. As aulas de *prendas domésticas*, destinadas apenas às

meninas, são um exemplo dessa produção de identidades das professoras¹⁴.

Nessas aulas se ensinava às alunas trabalhos em agulha, bordado, corte e costura, “arranjo e conforto de uma casa” (Paraíba, Decreto Nº 75, de 14 de março de 1931). Elas aprendiam atividades tidas como femininas, ligadas ao lar. A presença de tal disciplina aparece como mais uma característica da feminização das escolas normais e do magistério primário.

Quanto aos trabalhos feitos nas aulas de *prendas domésticas e trabalhos manuais* das alunas da Escola Normal João Pessoa, o IPC realizou uma exposição em 1931 em que premiou os melhores trabalhos. A revista *Evolução* traz uma referência a esse acontecimento:

Escola Normal -: Diversas foram as alunas que concorreram para abrilhantar a exposição de trabalhos e prendas domésticas.

Merecem ser elogiadas, não só, pelos inúmeros apresentados, mas ainda, pela perfeição, gosto nas combinações de cores diversas, aplicação e assiduidade na sua confecção (*Evolução*, Nº 3, 1932, p. 14).

Além dessas disciplinas apontadas pelo regulamento de 1929, as alunas da Escola Normal praticavam educação física, prevista pelo regulamento de 1931. O artigo 44 deste, no item que versa sobre a disciplina nas escolas normais, regulava o modo como as alunas, tanto da escola normal quanto do grupo modelo, deviam se vestir em excursões e formaturas. O artigo não descrevia como seriam esses uniformes especiais, apenas diz que os mesmo devem ser aprovados pelo di-

¹⁴ As fontes analisadas até o momento não nos permitem problematizar os processos de burlas e subjetivação dessas professoras durante seus estudos na Escola Normal João Pessoa.

retor da escola. Nas aulas de exercícios físicos, as alunas não podiam estar com qualquer roupa. Era necessário o uso de roupas específicas. O uso obrigatório de uniformes e calções “apropriados” demonstrava a preocupação em preservar uma honra feminina, e também, de interditar a aluna normanda, a mulher a instruir-se, das demais moças de sua idade. As aulas de cultura física ou ginástica passam a ser a nova forma de dizer e praticar a disciplina sobre o corpo feminino.

Em 1931, a revista *Evolução* traz uma imagem das alunas da Escola Normal “João Pessoa” praticando educação física.

Simetricamente organizadas, com calções até os joelhos, blusas brancas e um tipo de touca na cabeça, as alunas estão praticando seus exercícios sob o olhar vigilante do sargento Moisés Araújo. Ginástica, trabalhos manuais e prendas domésticas eram modos de preparar o corpo e os sentidos das alunas para rotina que lhes esperava depois de formadas.

A educação dos sentidos foi disciplinada através da ginástica e dos trabalhos manuais, que deveriam ser lições diárias, desenvolvendo o corpo e a inteligência, os hábitos e a ordem, a moral e a economia. Era papel dos professores repassarem as lições de educação física nas escolas, dos pais em casa e dos esportistas e militares nas ruas. (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 169).

Em Campina Grande houve um certo estranhamento de alguns pais e leitores da revista com relação à prática de exercícios físicos pelas alunas do IPC e da Escola Normal “João Pessoa”. Em 1931, a professora Francisquinha Amorim direcionava para a família campinense o seu artigo *Cultura física*. Nele a professora defende o ensino da ginástica no IPC e critica o fato de algumas praticantes desses esportes serem chamadas loucas.

Nossa gente tem ojeriza a tudo que se relaciona a esta instrução, para o sexo feminino. É tachada de leviana, de fútil, e, até de louca, a jovem adepta dos esportes. Há quem censure a educação do “Instituto Pedagógico”, porque neste estabelecimento a ginástica (um dos fatores da saúde humana) e outros exercícios físicos fazem parte integrantes de seus programas de ensino (EVOLUÇÃO, Nº 3, 1931, P. 26).

Compreendemos, assim, que as alunas da Escola Normal “João Pessoa” passaram esses cinco anos tendo sua identidade como professoras gestadas, produzidas, por uma rotina e um currículo que geria o cotidiano da escola,

o currículo pode ser visto como uma prática de significação. Também o currículo pode ser visto com um texto, como uma trama de significados, pode ser analisado como um discurso e ser visto como uma prática discursiva. E como prática de significação, o currículo, tal como a cultura, é sobretudo, uma prática produtiva (SILVA, 2001, p. 19).

O currículo está no centro da produção de identidade, assim como da produção cultural. Ao tempo que o currículo é produzido em dada sociedade ou cultura ele passa a (re)produzir os saberes nele imbricados. Era pela rotina da Escola Normal, pelo cumprimento do currículo, que o IPC¹⁵, disciplinava o corpo de seus alunos e alunas. Ao acrescentar disciplinas como prendas domésticas destinadas apenas a mulheres, o currículo vai se feminizando e feminizando o magistério.

¹⁵ No Instituto Pedagógico funcionavam: Escola Normal “João Pessoa”, Curso Comercial, Tiro de Guerra (oferecendo a caderneta militar), cursos secundários e o Grupo Modelo.

Considerações

São as diferentes formas de linguagem presentes em nosso dia a dia que podem formar os sujeitos “Dentre os múltiplos espaços e as múltiplas instâncias onde se pode observar a instituição das instituições e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e perspicaz...” (LOURO, 2010, p. 65).

Podemos considerar que, dentre as formas de feminizar o magistério na década de 1930, inclui-se: criar discursos que fortaleciam uma imagem/perfil de professora dócil e ‘feminina’ que ensinava os saberes científicos e educava a criança como se fosse sua mãe. Para tal deveria se seguir um currículo com disciplinas apenas para as meninas, como é o caso das prendas domésticas. Os discursos presentes nos dois impressos aqui estudados nos fazem pensar que a imprensa e as instituições escolares tiveram uma influência forte na criação de uma identidade para o magistério em Campina Grande-PB.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo”- uma história do gênero masculino (1920-1940)**, 2ª ed., São Paulo: Entre-
meios, 2013.
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2. Ed. João Pessoa: Edufpb, 1998.
- CAVALCANTI, Silêde Leila. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes - Campina Grande 1930-1950**. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao PPGH-UFPE, Recife: 2000.
- CHAMON, Magda. **Trajetória da feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. IN: **Cadernos de pesquisa**, n. 114, p. 197-223, novembro/2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. Roberto Machado (Org. e trad.) 30ª ed Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 38ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HÄHNLER, June Edith. Escolas mistas, Escolas Normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2), mai/ago. 2011. P. 467-474.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A Institucionalização da Escola Normal no Brasil (1879-1910). In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p.63-71, set/dez. 1998.

_____. O currículo da Escola Normal: feito e tendências. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. **Anais**. Uberlândia: Ed. da UFU, 2006. v. 1. p. 3762-3772.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____. Mulheres na Sala de Aula IN: DEL PRYORE, Mary. (Org.), **História das Mulheres no Brasil**, 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos, In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. P. 111-153.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes do. **Disciplina e espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX**. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao PPGH-UFPE, Recife: 1997.

OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita de. **“Educação, Gênero e modernidade”**. Discursos e práticas educacionais no Brasil entre 1870 e 1910. Tese de doutorado apresentado ao PPGH-UNICAMP, Campinas-SP: 2002.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **História**, São Paulo, v. 24, N. 1, P. 77-98, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: Nicolau Sevcenko. (Org.). **História da Vida priva-**

da no Brasil: da Belle Époque à era do rádio. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 7-48.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. 2ª, Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos:** o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH-UFPB, João Pessoa: 2011.

VASCONCELOS, Faria de, **Lições de pedologia e pedagogia experimental.** Lisboa: Antiga Casa Bertrand, s/d.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis** (Brasília), v. 2, 2011. p. 271-292.

Fontes

Revista Evolução

Jornal Comércio de Campina

Jornal A União

Livro de Leis e decretos do estado da Paraíba no ano de 1925

Livro de Leis e decretos do estado da Paraíba no ano de 1931

Sites e Blogs

Governo do Estado da Paraíba (Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/37281/jornal-a-uniao-comemora-119-anos-com-exposicao-e-livro.html>, acesso em 16/08/2014).

Blog do Mendes (Disponível em: <http://blogdomendesemendes.blogspot.com.br/2012/03/argemiro-de-figueiredo.html>, Acesso em 01/08/2014

REMEMORAR É PRECISO: A HOMENAGEM FÚNEBRE A UM "MORTO ILUSTRE" NA CIDADE CAMPINA GRANDE-PB¹

Ronyone de Araújo Jeronimo
(UFCG)²

Longe dessa trepidação nervosa de ideias que agitam o espírito nacional, finou se uma vida preciosa, toda dedicada ao apostolado da instrução, da qual foi pioneiro incansável, uma estrela brilhante e formosa.

[...]

Queremos nos referir ao decano dos professores paraibanos Clementino Gomes Procópio o mestre querido, o velhinho sempre atencioso, que todos admiravam, num misto de muda veneração³.

A matéria fúnebre que o *Evolução-Jornal* publicou no dia 10 de junho de 1935 em primeira página, colocada no início desse trabalho, ressalta a importância da figura do professor

¹ Parte desse trabalho foi publicada no II Colóquio Nacional História Cultura e Sensibilidades com o título "*Memória e esquecimento: histórias do professor Clementino Procópio um "morto ilustre" em Campina Grande-PB*". Esse artigo tem orientação da professora Dra. Regina Coelli Gomes do Nascimento.

² Aluno de graduação do curso de História e bolsista do Programa de Educação Tutorial-PET da Universidade Federal de Campina Grande.

³ Essa abordagem que inicia o texto é referente a uma matéria veiculada pelo *Evolução-Jornal* de 1935. Esse jornal era originário da cidade de Campina Grande-PB, com circulação mensal, vinculado a uma instituição de ensino da cidade, o Instituto Pedagógico, (atualmente colégio Alfredo Dantas) que era dirigido nessa época pelo tenente Alfredo Dantas.

Clementino Procópio que, segundo o memorialista Ronaldo Dinoá (1993) dedicou anos de sua vida à educação. Segundo Dinoá, tal dedicação contribuiu para o desenvolvimento educacional de Campina Grande-PB. A sua longa jornada desenvolvendo o magistério na cidade se iniciou em 1878, e durou até 1932, três anos antes de sua morte. Por esse tempo exercendo a profissão, o mesmo conseguiu ser reconhecido dentro do cenário social de Campina Grande.⁴

A proposta deste trabalho tem como intuito refletir sobre como foi engendrada a memória do professor Clementino Procópio no momento de sua morte pela imprensa de Campina Grande no ano de 1935. Para se construir essa análise foi selecionada uma matéria do redator Porfírio Catão, redigida alguns dias após a morte do Professor Clementino Procópio, por um veículo de comunicação mensal: o *Evolução-Jornal*. A construção da narrativa exalta a figura do morto, buscando manter viva a memória do homem “ilustre”, resguardando os feitos que, em vida, o mesmo proporcionou.

O título da matéria produzida pelo redator Porfírio Catão, ressalta o interesse da manutenção da memória do educador “*Homenageando um morto ilustre*”. Com intuito de construir entre os cidadãos campinenses uma memória coletiva sobre a vida do professor Clementino Procópio. Desse modo, a matéria fúnebre veiculada pelo *Evolução-Jornal*, buscou construir sobre o morto uma narrativa que, segundo o historiador José Carlos Reis:

⁴ Na década de 1930, Campina Grande despontava financeiramente no interior do estado da Paraíba por causa da colheita de algodão. Na época da morte do professor Clementino Procópio no ano de 1935, a cidade de Campina Grande era segunda em arrecadação no estado da Paraíba, 5.888 mil contos de réis, só perdendo para a capital do estado João Pessoa, que tinha arrecadado nesse mesmo ano 13.894 contos de reis. Dados fornecidos por Epaminondas Câmara no livro *Datas Campinenses*, publicado em 1947.

O vivido torna-se mais humano quando narrado, pois se reconhece; na narrativa, os homens delineiam a sua imagem, constroem a sua identidade. A narração oferece reconhecimento à experiência e passa a orientá-la e a se renarrar à luz dela (REIS, 2011, p.291)

A interpretação de Reis referente à narrativa coloca esta como uma ferramenta de reconhecimento, a qual o homem se reconhece a partir do que é narrado, logo, a matéria redigida pelo redator Porfírio Catão, em decorrência da morte do Professor Clementino Procópio buscou construir um espaço de reconhecimento dos feitos que o mesmo proporcionou para a cidade de Campina Grande-PB nas diferentes áreas de atuação que esse exerceu. A narrativa da matéria buscava, então, fazer com que os leitores se reconhecessem no homem que tinha falecido, e esse reconhecimento manteria viva a memória do “morto ilustre”.

Em muitas cidades os habitantes tentam construir suas histórias a partir dos homens considerados ilustres, e a cidade de Campina Grande era uma delas. A figura do professor Clementino Procópio foi considerada importante na formação intelectual de homens que ascenderam socialmente no cenário campinense e estadual. Um exemplo que pode ser apresentado é o do governador Argemiro Figueiredo que, no ano em que o professor Clementino Procópio faleceu, assumiu o governo do estado da Paraíba. Além de Argemiro de Figueiredo, outros alunos do professor se destacaram no campo da política, principalmente na cidade de Campina Grande. Entre esses, estão o prefeito Vergniaud Wanderley. O político desenvolveu obras estruturantes na cidade entre as décadas de 1930 e 1940. E foi Vergniaud Wanderley quem prestou umas das primeiras homenagens póstumas ao seu educador. Quando, no ano 1936, na inauguração de uma

praça na área central da cidade, este deu o nome do seu professor, o qual a memória seria eternizada nessa praça.

A homenagem prestada pelo prefeito Vergniaud Wanderley pode ser incluída em um trecho, que é veiculado pelo *Evolução-Jornal*, em decorrência da morte do professor Clementino Procópio que inspirava a necessidade da manutenção da sua memória. Esta foi destacada dessa maneira pelo jornal: “A sua imagem permanecerá nos corações, com que ele repartiu a sua vida. Todos têm os seus redivivos é uma forma elegante da gratidão” (*Evolução-Jornal*, 1935, N°8). Esse trecho ressalta que manter a lembrança do educador já era um dos primeiros passos. Logo, para cumprir esse objetivo, era preciso que as memórias individuais daqueles que tiveram contato com o professor fossem rememoradas. “Algo buscado na matéria póstuma do redator Porfírio Ca-tão”. Todavia, a homenagem prestada pelo Prefeito Vergniaud Wanderley celebrava os serviços prestados que o professor Clementino Procópio tinha exercido na cidade. Essa homenagem proferida pelo ex-aluno enfatizou uma comemoração, a qual a cidade participou, dando impulso para desenvolver uma memória coletiva referente ao professor.

A gratidão que o jornal evoca nem sempre é duradoura, isso porque a memória sofre com os esquecimentos que a aflige. O fato de o jornal buscar, com sua matéria póstuma, enfatizar os feitos do educador, demonstra uma preocupação em manter vivo o legado do professor, pois, na perspectiva da época, acreditava-se que a História de uma cidade era construída em decorrência do reconhecimento dos indivíduos com “os grandes homens”. Nesse sentido, as contribuições destes indivíduos seriam importantes para a construção de uma História local⁵. Manter a memória de uma pessoa ou

⁵ A História Local é entendida como uma modalidade de estudos históricos que contribuiu para a construção dos processos interpretativos sobre

de algo, se insere em um contexto no qual o filósofo Paul Ricoeur afirmou que “preservar e venerar: essa divisa está compreendida por instinto na área de uma célula familiar, de uma geração, de uma cidade” (RICOEUR, 1997, p. 492). Estas razões citadas por Ricoeur evidenciam o interesse da humanidade em manter vivas as lembranças. É a partir destas que são criadas as possibilidades de se construir sua identificação perante as outras. Por isso Ricoeur destaca dois pontos importantes para que a memória seja mantida: “preservar e venerar”. Preservando, resguardamos o passado do esquecimento, permitindo que este seja perpetuado no decorrer do tempo. Venerar é permitir que algum fato ou pessoa seja cultuado, algo muito peculiar nas histórias das nações, estados e cidades.

É preciso ter cuidado com o segundo ponto destacado pelo filósofo Paul Ricoeur, quando nos voltamos apenas para o ato de venerar, acabamos por nos submeter a abusos propiciados pelas lembranças. A veneração desordenada provoca alguns prejuízos à memória. Um exemplo é o estreitamento das lembranças, pelo fato de nossa memória selecionar alguns acontecimentos em detrimento de outros. Essa seleção que ocorre em nossa memória pode resultar na veneração de um acontecimento sem o contrapor. Quando se trata de um indivíduo, essa veneração incorpora outros traços. Iniciamos fazendo estas observações diante da matéria póstuma, que destaca a morte de Clementino Procópio. Se voltarmos à citação que inicia esse trabalho, podemos perceber que o redator Porfírio Catão escreve essa narrativa, que escrevo novamente para melhor compreensão do trabalho, “o mestre querido, o

as formas como os atores sociais se constituem historicamente em seus modos de viver, situados em espaços que são socialmente construídos e repensados pelo poder político e econômico na forma estrutural de “bairros e cidades” (BARROS, 2013, p.5).

velhinho sempre atencioso, que todos admiravam num misto de muda veneração”. Percebemos que nesta citação é destacada a palavra veneração e, a partir desta, se faz necessário observar outras palavras que incorporam tal frase e indagar sobre uma questão. Será que todos que chegaram a conhecer o professor o admiravam? Essa é uma questão que pode ser resolvida tomando como ponto de partida a abordagem histórica através do ponto de vista da historiografia.

A pretensão estimulada pelo redator era a de criar nos seus leitores o sentimento de perda, o qual pudesse enfatizar a importância do “morto ilustre” para com a cidade de Campina Grande, em uma tentativa de resguardar a memória do professor Clementino Procópio. Porém, com o passar do tempo, as lembranças foram sendo obscurecidas pelo esquecimento que o tempo proporciona.

O temor de certas figuras, que conseguiram reconhecimento em determinadas localidades caírem no esquecimento pode ser visto por uma parte da população que reside em um lugar como um risco para história de sua localidade. É pensando nesta problemática que o filósofo Paul Ricoeur se apropria do pensamento de Santo Agostinho para discorrer sobre o assunto.

A Busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à “rapacidade” do tempo, ao “sepultamento” no esquecimento. Não é somente caráter penoso do esforço da memória que dá a relação sua coloração inquieta, mas o temor de ter esquecido, de esquecer de novo, de esquecer amanhã, de cumprir esta ou aquela tarefa; porque amanhã será preciso não esquecer... De se lembrar (RICOEUR, 2007, p.48).

O que o filósofo Paul Ricoeur deixa transparecer em sua escrita é que existe sim uma preocupação por parte da me-

mória de lutar contra o esquecimento, pelo fato do último representar a morte, enquanto a memória, o inverso, “a vida”. Esta dualidade entre a memória e o esquecimento, é o que mantém o ser humano preocupado em manter vivas suas lembranças para se situar sobre si. No caso do professor Clementino Procópio sua morte elucidada, na cidade de Campina Grande-PB, o desejo de alguns habitantes de que o vestígio de sua passagem pela cidade não seja esquecido, para que a memória do educador se faça presente.

REFERÊNCIAS

- DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. 2º volume. Campina Grande: s/d, 1993.
- CAMARA, Epaminondas. *Datas campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988.
- BARROS, Carlos Henrique Farias de. *Ensino de História, Memória e História Local*. 2013. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/historia/ensino-historia-memoria-historia-local.htm> Acesso 19/05/2014.
- RICOEUR, Paul. Rumo a uma hermenêutica da consciência histórica. In: *Tempo e Narrativa Tomo III*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.
- REIS, José Carlos. **História de “Consciência Histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, Vol.22, Nº 44, 2002. (P.425-438).

Fontes

Evolução-Jornal

**“O JUIZADO PRECISA AGIR”:
NOTAS SOBRE UMA INFÂNCIA
DESAMPARADA E DELINQUENTE EM
CAMPINA GRANDE (1930-1960)**

José dos Santos Costa Júnior¹

A infância tem sido dita e significada há muito tempo pela voz do outro, o adulto, o intelectual, o profissional (pediatra, jurista, professor...) que constrói significados para ela e a põe em evidência a partir de conceitos e políticas específicas. O século XX tem sido dito pela historiografia como um momento histórico significativo no modo como a infância foi tomada como objeto de saberes e políticas² de Estado, no Brasil, por exemplo.

O processo de modernização do país buscou a construção da nação civilizada, higienizada e racialmente pura³ até meados do século XX. Neste momento, houve a emergência

¹ Estudante de Licenciatura em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do Programa de Educação Tutorial de História da UFCG. Este texto foi produzido sob orientação da Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento, docente da Unidade Acadêmica de História e tutora do PET História UFCG.

E-mail: jose.junior010@gmail.com

² Sobre as raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil, cf. Rizzini (2011).

³ Sobre a produção do pensamento social racial no Brasil a partir da formação de um grupo de intelectuais brasileiros vinculados às instituições de pesquisa, cf. Schwarcz (1993).

de um conjunto de discursos que buscavam marcar a infância e o sujeito criança pela ótica da formação do *homem novo*. Por este motivo um objetivo central foi educar as crianças e tratá-las a partir da ideia de que era necessário formar corpos saudáveis e dóceis. Esse investimento consistiu em um dispositivo biopolítico⁴ sobre os corpos das crianças, compreendidos como força potencial para o trabalho. Teorias eugenistas, projetos e modelos educacionais⁵, estratégias disciplinares, bem como a atuação do Estado sobre os corpos foram elementos que marcaram a construção de concepções sobre a infância como objeto da atenção e do controle do Estado provedor.

Historicamente, a produção de discursos sobre a infância foi possível a partir da diferença entre os sujeitos. Ao passo em que foi gestada a ideia de criança saudável, medicada, higienizada e educada e, por isso mesmo, um cidadão em potencial para a nação brasileira, também houve a imagem oposta, isto é, o *menor* abandonado e delinquente, ocupando as ruas das cidades do Brasil, tendo sua existência marcada pelo signo da delinquência e da violência⁶.

Este texto reflete sobre como a produção de discursos sobre o *menor* abandonado e delinquente na Paraíba e em Campina Grande foi possível, particularmente, entre as décadas de 1930 a 1960, buscando identificar os dispositivos que atuaram na época, construindo formas de controle e educação desse sujeito. Destacamos o momento histórico vi-

⁴ Sobre o conceito de biopolítica cf. Foucault (1988), Foucault (2012).

⁵ Na obra *Diploma de Brancura*, o historiador Jerry Dávila tematiza a construção das políticas públicas no Brasil no começo do século XX, identificando como as políticas educacionais incorporaram um conjunto de orientações eugenistas e racistas, fortalecendo o ideário que levava a crer na formação de uma nação racialmente pura (Cf. DÁVILA, 2006).

⁶ Para duas leituras historiográficas importantes sobre o processo de transformação da criança em “menor”, ver Brites (1999) e Corrêa (1997).

vido pelo Brasil e como as transformações podem ser percebidas nas dimensões local e global. Para a realização desse objetivo lançamos mão de fontes como os jornais *Brasil Novo* e *Evolução*, além do *Código de Menores* de 1927.

A década de 1930 foi o momento de emergência da *questão do menor*. Com a elaboração do Código de Menores de 1927, estava em pauta, neste momento, o debate sobre a idade a partir da qual a criança poderia vir a ser punida pelas ações criminosas que viesse a cometer. De acordo com a legislação da época, as crianças com idade entre 14 e 18 anos poderiam ser postas em “estabelecimentos especiais” e, dos 18 em diante seriam punidas pelos crimes que cometessem. Desse modo, as crianças dos 14 aos 18 anos foram “transformadas em menores” e cada vez mais este público passou a ser alvo de investigações e intervenções de médicos, psicólogos, assistentes sociais, juristas e pedagogos (CORRÊA, 1997, p. 84).

Pensando a idade como fator crucial nesse momento de definição política, cabe refletir que ela “[...] é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (BOURDIEU, 2003, p. 151). Definir a idade das crianças que poderiam ser punidas e postas em instituições do Estado não foi um processo natural, mas eminentemente político. A definição das idades é uma decisão política possível a partir de critérios, interditos, jogos de poder e vontades de verdade. Por este motivo, a caracterização e delimitação das faixas de idade e das identidades etárias mudam, pois são produtos do tempo e historicamente situadas.

A idade é uma construção social que se produz, como aponta Bourdieu (2003), na luta entre gerações, entre velhos e jovens, por exemplo. Compreender a idade por este prisma significa pensar “[...] os marcadores identitários – aqueles símbolos culturais que funcionam para diferenciar, agrupar, classificar, ordenar – [como elementos que] inscrevem-se

fundamentalmente no corpo” (VEIGA-NETO, 2000). Considerando que no final da década de 1920 e início da de 30, houve a definição e publicização da idade do *menor* pelo Código de Menores, podemos pensar a definição da faixa etária como dispositivo biopolítico de atuação do Estado sobre os corpos das crianças visando o seu governo.

A cidade de Campina Grande também buscava lidar, naquele momento, com o problema da infância abandonada e delinquente. Entre as décadas de 1930 e 1960, a cidade vivenciou um forte crescimento da economia algodoeira. Nos anos 30, um conjunto de mudanças arquitetônicas alterou a estrutura física da cidade, sendo motivadas pelo aumento da população devido à conjuntura econômica favorável na época. A cidade foi alvo de estratégias de planejamento e embelezamento, principalmente na área central (ARAÚJO, 2010, p. 11).

Ao passo em que a modernização gerava lucro e crescimento, ela também construía o seu *outro*, ou seja, seu lado oposto, sua outra forma de expressão que se traduzia na exclusão social, na pobreza, estigma e exploração de grupos economicamente fragilizados. Alguns *outros* do processo de modernização econômica podem ser descritos em figuras como o mendigo, o delinquente, o desempregado e a criança abandonada. Londoño (1996) e Corrêa (1997) apontam que esta última personagem foi sendo historicamente significada a partir do conceito de *menor* que a caracteriza jurídica e socialmente como um sujeito criminoso em potencial.

Os investimentos⁷ políticos que foram engendrados em Campina Grande tiveram como objetivo articular a cidade

⁷ A articulação entre disciplinas acadêmicas e políticas de governo foi outro fator de destaque, pois o conhecimento produzido na academia era tido como referência para programas e projetos de Estado. Um exemplo disso foi o surgimento do Serviço Social, com o processo de feminização

com o ideário nacional que pusera o desenvolvimento econômico e a modernização do país em evidência. A ideia de modernidade que circulava naquela época era fortemente inspirada e legitimada no modelo europeu de progresso econômico e social. Estratégias de planejamento, fortalecimento do papel do Estado na organização da sociedade, oferta de políticas públicas setoriais nas áreas de educação, saúde, moradia, emprego e renda, por exemplo, caracterizaram esse processo.

A sociedade campinense estava incomodada com a presença das crianças, mendigos e prostitutas nas ruas. Em relação às crianças, o jornal *Evolução* afirmava:

O que vemos são os menores semi-nus, esfomeados, barrigudos, verminosos a vagar pelas ruas, brigando uns com os outros, fumando, embriagando-se, cometendo pequenos furtos e praticando assaltos em miniaturas, aperfeiçoando-se desde cedo, para o exercício da profissão de marginais que a sociedade lhes destina e reserva (*EVOLUÇÃO*, Ano I, N. 3, 15 a 21 de jun. 1958).

O Brasil buscava ser, naquele momento, a nação do trabalho e do progresso e é curioso que haja, na matéria do jornal *Evolução*, a alusão aos pequenos crimes cometidos pelas crianças como sendo o exercício da “profissão de marginais”. Se havia os trabalhadores honestos e que se alinhavam com os propósitos da construção nacional, havia também os *ou-tros*, à margem dessa referência positivada. No caso dos me-

dessa profissão, na década de 1930. Tendo em vista os problemas sociais com mendigos, indigentes, crianças abandonadas e moradores de rua de uma forma geral o Estado buscou fortalecer estratégias para superar esses problemas, criando projetos de normatização e controle de diferentes sujeitos a partir de estratégias distintas como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), substituído por outras formas de atuação a partir de 1964 com a implementação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

nores, eles significavam o incômodo, o lado feio da cidade (ARAÚJO, 2010).

Os discursos produzidos sobre a infância abandonada e desamparada não foram construídos apenas no âmbito do Estado. A sociedade civil, expressando-se através de jornais da época e ações de instituições privadas como a igreja, desenvolveu diferentes ações em prol dessa infância carente. Um exemplo disso pode ser notado na matéria *Indigentes e menores abandonados* do jornal *Brasil Novo*, em 10 de janeiro de 1931. Nele há uma crítica à situação da cidade que, naquela época, estava repleta de pedintes nas ruas.

A preocupação da matéria gira em torno da dificuldade de modernizar a cidade a partir dos princípios da ordem e da higiene pública. O periódico afirmava que “é impossível sanear uma cidade, higienizá-la [sic], sem afastar das ruas os cancerosos e outros doentes de males comunicativos” (Brasil Novo, em 10 de janeiro de 1931), o que permite identificar os critérios que orientavam a modernização e estetização das cidades. Enquanto cancerosos que eram, segundo o jornal, eles precisam ser aliados do convívio social. Este discurso instituiu um lugar para estes sujeitos e os identificou com o que era ruim e negativo para cidade, construindo a diferença⁸ a partir da comparação. O mal-estar desses sujeitos poria em risco a harmonia e a beleza da cidade, por isso mesmo o espaço coletivo precisava ficar livre daquelas presenças.

Era preciso excluir, pôr à margem do campo de visão central da cidade aqueles tidos como “feiosos”, como aponta a historiadora paraibana Silvera Araújo (2010) ao tematizar as políticas de urbanização e estetização da cidade de Campina Grande. Os mendigos, as prostitutas de rua e os menores abandonados e delinquentes eram os feiosos da cidade e

⁸ Para uma discussão interessante sobre identidade e diferença, cf. Woodward (2009).

por isso a reforma urbana⁹ precisava retirá-los das áreas centrais da cidade, evitando assim que os visitantes pudessem ter uma má impressão da cidade:

Ao lado dos esmoleres já referidos apparecem [sic] meninos e meninas, alguns já adolescentes, de mãos estiradas, implorando a esmola publica [sic]. Temos uma legislação copiosa sobre menores abandonados. Ahi [sic] está o Código de Menores, em cujos dispositivos as autoridades judicarias [sic] encontrarão o remedio [sic] efficiente á extincção de semelhante mal, que tanto depõe dos habitos locaes [sic]" (BRASIL NOVO, 10 de jan. 1931).

Buscar o remédio, uma vez identificado o problema, consistia na ação necessária frente ao problema da mendicância. As crianças tematizadas na matéria eram aquelas pobres, cujas relações familiares e comunitárias estavam fragilizadas e por isso precisavam pedir a ajuda dos desconhecidos para sobreviverem na cidade. Todavia, embora haja na matéria uma preocupação com a situação dos pobres e desamparados esse discurso também atualiza o princípio da exclusão. Homens e mulheres pobres, assim como os meninos e meninas pedintes, eram as presenças que a cidade precisava excluir para tornar-se mais bela e atrativa.

Também no jornal *Brasil Novo* outra matéria tematizava a criança como objeto dos cuidados e controles do Estado e da sociedade. O texto *Em defesa da criança* referia-se ao século XX nos seguintes termos:

Este século deve ser appellidado o século da criança. E no Brasil, especialmente, por havemos [sic] mister preparar uma Pátria feliz e prospera. Antes de tudo, nesta hora em que vivemos, de renovação, os nossos olhares protectores

⁹ Uma leitura importante desse processo pode se encontrada em Sousa (2003).

devem alvejar a criança. [...] Dizem commumento [sic] que a creança [sic] tem deveres, não a creança tem direitos, e graças a evolução do direito civil, ela tem a sua personalidade inconfundível [sic] no seio plethorico da civilização [sic] moderna (BRASIL NOVO, 14 de mar. 1931).

Como apontamos anteriormente, o século XX foi um momento histórico importante na formulação dos direitos da criança. A declaração de Genebra sobre os direitos da criança adotada pela Liga das Nações em 1924, a Declaração dos Direitos da Criança de 1959, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), além da Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, e outras normativas¹⁰ internacionais foram sendo construídas ao longo do século XX tiveram como função serem textos orientadores das políticas de Estado dos países que se tornassem signatários destes documentos. Estes documentos foram importantes na construção dos conceitos de infância¹¹ e criança.

Se houve a preocupação do poder público e da sociedade com a proteção à infância na cidade de Campina Grande, pode-se dizer que aconteceram também outros investimentos de normatização e controle dos corpos e comportamentos infantis. O jornal *Evolução* publicou matéria, em 1958, na qual dizia: “recebemos denúncia de que os cinemas da cidade estão exibindo filmes impróprios para crianças, sem o cumprimento das disposições legais sôbre [sic] tais filmes” (EVOLUÇÃO, 19 a 25 de out. 1958, p. 07).

¹⁰ Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos; Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Convenção sobre os Direitos da Criança; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

¹¹ Sobre a historicidade do conceito de infância, cf. Frota (2007).

Se no jornal *Brasil Novo* foi possível perceber uma confiança na legislação vigente na época, o Código de Menores, como sendo apropriada para sanar o problema da infância na cidade, por outro lado, no jornal *Evolução* percebe-se uma atividade de controle por parte da sociedade em relação ao papel do Estado, singularizado nessa situação na figura do juiz de menores. Não apenas as crianças que moravam nas ruas, aquelas ditas como desamparadas e delinquentes, eram alvo dos discursos e das estratégias de controle da época. Ao longo da matéria o jornal cita artigos da legislação menorista para fundamentar a sua crítica ao descaso do poder público. Neste sentido, faz uma provocação: “a proposito gostaria de perguntar ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Menores quantos fiscais de menores existem em Campina Grande e o que fazem êles [sic], que não vêm [sic] essas coisas”, referindo-se ao fato de crianças terem assistido filmes considerados impróprios para a idade delas. O juiz de menores então é tido como o guardião oficial dos direitos e da formação moral da criança e não é à toa que o título da matéria é *O juizado precisa agir*. Era preciso impedir, controlar, confiscar a possibilidade de conhecer algo que era considerado impróprio para a idade definida pelos adultos juristas. A modernidade, e o cinema¹² era um símbolo disso na cidade, significava um risco para a educação das crianças a partir dos valores que orientavam as práticas culturais da época. Por isso mesmo era preciso ser atento e atuar diuturnamente no controle.

No ano de 1958, o jornal *Evolução* tematiza a situação dos menores abandonados em Campina Grande:

¹² Para uma leitura sobre as transformações que cinema produziu nas práticas sociais e sensibilidades dos campinenses nos anos 60, cf. Silva (2000).

É uma velha mania essa tão peculiar a nós, qual seja levantar um problema, discuti-lo, fazer muito barulho e causar grande celeuma, para afinal deixar tudo na mesma, sem solução. Agora, por exemplo, mais uma vez se faz uma campanha em favor dos menores abandonados. Todos conhecem o mal; todos conhecem as suas consequências; todos apontam seus efeitos; alguns mais avanços vão até as suas causas; todavia, ninguém o soluciona; na hora de fazer algo em benefício das pobres crianças, desandam todos e ninguém mais se vê. Espera-se tudo das autoridades. Estas, por sua vez, esperam umas pelas outras (EVOLUÇÃO, Ano I, N. 3, 15 a 21 de jun. 1958).

Há uma denúncia e um lamento no fato do jornal abordar a situação da infância abandonada. Há uma explosão de discursos, propostas, enunciados e dizeres sobre a criança pobre e desvalida, mas o jornal questiona até que ponto essa produção de discursos se conectava ou orientava um conjunto de práticas efetivas da sociedade e do poder público local para transformar a vida dessas crianças.

A criança como objeto do discurso dos *outros*. Esses em relação às crianças eram os gestores municipais, os profissionais do Juizado de Menores, das organizações civis como a Casa do Menino (1955) ou o Lar do Garoto (1958), por exemplo, pois ambas atuavam no acolhimento e educação de crianças em situação de abandono. A criança foi historicamente significada e dada a ler pela voz do *outro* (o adulto, o jurista, o assistente social, o governo, etc.) cujo dizer tinha como efeito a caracterização, a produção social de uma diferença entre as crianças em situação de rua e aquelas que não estavam vivendo esse tipo de experiência.

Entre as décadas de 1930 e 1960 já existia no Brasil, e em Campina Grande, um conjunto de orientações jurídicas e políticas que tinham como alvo a infância abandonada. Se o Estado não cumpria com a sua responsabilidade a sociedade civil, a partir de instituições isoladas, oferecia serviços de

acolhimento e educação dessa população considerada “indigente” como destacava *Brasil Novo* em 1931.

Em Campina Grande, no ano de 1951, por exemplo, o vereador Manoel Figueiredo pôs em votação na Câmara o projeto de lei nº 340, que propunha a construção de um abrigo para menores. No entanto, esse projeto foi recusado pelo fato de já existir dois outros projetos de autoria do deputado federal Plínio Lemos. Como destaca Silvera Araújo (2010) os discursos que orientavam as políticas de higienização social e urbanização da cidade tinham como efeito a construção de padrões de normalidade e classificação para aqueles que habitavam as ruas e praças. Embora estes espaços fossem públicos, houve uma série de dispositivos de interdição postos em funcionamento para evitar as presenças dos mendigos, das prostitutas e dos menores delinquentes.

A “infância delinquente”, considerada desviante em relação aos padrões de normalidade para a sua faixa etária, seria enquadrada em projeto educativo, que visava a sua regeneração através da instrução e qualificação profissional. O discurso que enfatizava a necessidade da retirada dos “menores delinquentes” das ruas apoiava-se na ideia de que o ambiente promíscuo das ruas corrompia a integridade moral do “menor”, havendo, então, a necessidade de construção de abrigos, onde pudessem receber alimentos e ensinamentos uteis (ARAÚJO, 2010, p. 120).

Definir a infância considerando-se a situação de abandono e delinquência em que as crianças se encontravam era um procedimento discursivo que se articulava com práticas políticas. O poder público, através das recomendações presentes na legislação menorista visava caracterizar, classificar e tomar as crianças pobres como objeto de ações de controle. Assim, enunciados como *menores abandonados*, *menores delinquentes*, *infância desvalida*, dentre outros, foram possíveis na

articulação com outros significantes que, conectados, atuavam na produção, circulação, interdição e/ou atualização dos modos de falar sobre as crianças da cidade como um problema social.

A partir das reflexões tecidas neste texto buscamos discutir a construção da ideia de infância abandonada e delinquente como produção discursiva que emergiu, no Brasil, a partir da década de 1930 e que fez parte dos modos de pensar e agir politicamente em relação à infância na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Atribuindo à linguagem uma importância crucial na construção de experiências históricas enfatizamos o *menor* enquanto sujeito construído a partir de um conjunto de jogos de poder e saber. O *menor* (a criança pobre e abandonada) é um sujeito que teve (e ainda pode ter) sua existência marcada pelo dizer de *um outro* sobre si. Linguagem e poder, eis uma relação complexa que constrói as condições de possibilidade para a formação de objetos e estratégias de atuação para sancionar, legitimar, corrigir, classificar, normatizar e governar as regras e funções dos discursos, os sistemas de enunciação, as cadeias significantes e os sujeitos que são frutos dessa rede.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso**: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960). 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é só uma palavra. In. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, Edições Sociedade Unipessoal, LDA, 2003, p. 151-162.
- BRASIL. **Código de Menores de 1927**. Organização e notas de Fernando H. Mendes de Almeida. São Paulo, 1955.
- Brasil Novo, Campina Grande, 10 de jan. 1931.
- Brasil Novo, Campina Grande, 14 de mar. 1931.

BRITES, Olga. **Imagens da infância** – São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950. 269 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 81-100.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 400p.

Evolução, Campina Grande, Ano I, N. 3, 15 a 21 de jun. 1958.

Evolução, Campina Grande, Ano I, N. 3, 19 a 25 de out. 1958.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 407-431.

_____. **História da sexualidade I** – A vontade de saber. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. In. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1. p. 147-160, abr. 2007.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito Menor. In. DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996, p. 129-145.

MACHADO, Roberto. Apresentação: Por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 7-34.

RIZZINI, Irene. **O século perdido** – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Keila Queiroz e. “Sem lenço, sem documento”: mulheres de 60, filhas de um novo tempo? In. GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande, Secretaria de Educação, 2000, p. 101-139.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). IN: **Revista Brasileira de História**. vol. 23, n. 46, São Paulo, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. As idades do corpo: (material)idades, (divers)idades, (corporal)idades, (ident)idades... In. **VII Seminário Interna-**

cional sobre Reestruturação Curricular (SMED/Porto Alegre) “Utopia e Democracia: os Inéditos Viáveis na Escola Cidadã”. Porto Alegre, jul. 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

**ARTES DE FAZER
HISTÓRIA E LITERATURA**

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E A BRASILEIRIDADE SERTANEJA EM *OS SERTÕES*¹

Janaína Leandro Ferreira
(UFCG)

Este artigo tem como principal objetivo discutir e problematizar como a obra *Os Sertões* do escritor Euclides da Cunha representou e deu sentidos para uma proposta de pensar a brasilidade, mais particularmente, a forma pela qual o autor construiu, dentro da referida obra, a categoria nação e como esta se encontra entrelaçada, envolvida e imbricada em uma conflituosa relação com outro conceito que é central para pensá-la: o de sertão.

Partimos do pressuposto de que a obra foi aclamada como a “verdadeira” representante dos preceitos de nacionalidade e brasilidade, entre os primeiros decênios do século XX, por grande parte da crítica literária da época, e ainda hoje é exaltada como a obra elementar e primária para se pensar e questionar a formulação da ideia do Brasil como um caso singular e particular no processo de “civilização” e na construção do ideal de nação que se pretendia.

Acreditamos na riqueza dos estudos de uma obra de tamanha representatividade como *Os Sertões*, porém, pretendemos tirá-la da torre de marfim em que foi colocada. As

¹ Artigo produzindo a partir de pesquisas para trabalho de conclusão de curso com orientação da professora Dra. Marinalva Vilar de Lima- UFCG.

possibilidades de interpretar a obra e a trajetória do próprio autor no interior da cultura literária brasileira e os conflitos trazidos no íntimo da narrativa são fundamentalmente frutíferos. Desta forma, questioná-la e interrogá-la, a fim de pensar as problemáticas que são basilares para compreender a formação e formulação histórica do país como nação para, então, refletir sobre como se construiu e quais contribuições da escrita euclidiana para a formulação de uma espécie de mito na “essência” sertaneja de brasilidade são análises bastante significativas para pensar o problema da nacionalidade brasileira no contexto da obra.

Assim, pretendemos pensar a partir do que nos propõe Chartier (1990) uma história que toma como objetivo a compreensão dos motivos ou as “representações” do mundo social que são dadas pelos autores sociais, exprimindo posições e formas de perceber o mundo, capazes de traduzir interesses que podem ser confrontados, e que acabam, pois, “descrevendo a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

Para iniciar é necessário lembrar o contexto da literatura e da cultura brasileira na segunda metade do século XIX e início do XX no Brasil. De acordo com Ventura (1991) em *Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil*, a segunda metade do século XIX no país recebe uma avalanche de influências estrangeiras, que invadiram as fronteiras tropicais, esse entusiasmo trazido pela recepção dessas “culturas estrangeiras” e todo um ideário de modernidade para a sociedade, acaba influenciando a escrita de muitos literatos da época.

A adoção de teorias e modelos europeus que orientam a forma de escrever e pensar o mundo e a sociedade entram no Brasil. Concepções advindas da história natural e da etnologia, por exemplo, passam a ser discutidas com bastante interesse pela elite intelectualizada. Fornecendo, à época, alter-

nativas para se pensar e interpretar tanto “a natureza tropical, quanto as raças e culturas brasileiras” (VENTURA, 1991. p.12) Neste sentido, a etnologia foi assumindo conotações específicas, atreladas ao racismo, cientificismo, positivismo, evolucionismo e naturalismo, todos esses ismos passariam a ser chaves de pensamentos apropriados e adotados para se pensar a sociedade brasileira.

Concebemos, assim, em princípio, o pensamento euclidiano como bastante significativo dentro das controvérsias e das ideias conflitantes sob o que seria o Brasil como nação. Mesmo antes da construção da sua obra por excelência - *Os Sertões* - podemos observar que as questões, sobretudo, que pretendiam pensar a nacionalidade e a república, no caso brasileiro, com todas suas singularidades, sejam elas étnicas ou culturais, se encontravam centrais nos escritos de Euclides da Cunha. Algo importante a se ressaltar é a retomada, até certa medida, das teses de originalidade literária postuladas pelos críticos românticos, nas noções de raça e natureza como originárias de um estilo particular que iriam contribuir para a relação tão influente, para a época, entre meio ambiente e mistura étnica, fundamentos importantes para se pensar o caso do Brasil na referida obra².

Como as problemáticas referentes às questões raciais, se encontram na narrativa de Euclides da Cunha estritamente ligadas aos conceitos tanto de nação, como de sertão, é im-

² A chamada tese de originalidade literária teria sido formulada inicialmente, segundo Ventura (1991), pelos românticos, essa espécie de singularidade teria sido retomada como uma saída encontrada por alguns literatos como Sílvio Romero e José Veríssimo, primeiros nomes a tratar de uma história literária brasileira, como um estilo próprio dos trópicos, mesmo nomeados como participantes de uma virada anti-romântica na literatura, que pretendeu fundar termos objetivos e imparciais ao estudo literário.

portante que pensemos um pouco sobre as teorias racistas que se disseminaram no país, de forma mais concreta nas últimas décadas do século XIX. Para tanto é considerável que façamos alguns apontamentos.

A utilização de argumentos negativadores em relação às misturas étnicas esteve evidenciada no cerne das teorias racistas importadas da Europa, no final do século XIX e início do XX. Esse tipo de afirmação foi o instrumento por excelência utilizado para justificar o imperialismo europeu sob os trópicos. De acordo com estas teorias, a decadência das civilizações se daria pelo resultado da mistura exacerbada das raças “superiores” e puras, entendamos como raça superior o branco. A miscigenação seria, pois, um risco à humanidade. Estaria em desacordo com a ciência e com o progresso; desta forma, poria em risco todo e qualquer sentido nacional, adotado como algo singularizado e unificador. Em virtude dessas afirmações, a heterogeneidade étnica acentuada seria o desvirtuamento de qualquer identidade.

Dentro da própria antropologia da época, o debate era controverso: unitaristas (monogenistas) e poligenistas não entravam em acordo. De um lado monogenistas como Humboldt (1811) partidário da ideia de unidade da espécie humana, de outro os poligenistas como Agassiz (1865-6) e Gobineau (1854), negavam a premissa de uma origem comum à humanidade, defendendo a concepção da existência de raças separadas. Ventura (1991) destaca que:

A degeneração aparece como perturbação na reprodução, podendo se restringir na esfera individual ou se estender para um grupo étnico e social como uma verdadeira patologia, produzindo assim uma *mitologia científica* que justificaria distinções políticas a partir da hereditariedade, limitando o exercício da liberdade do indivíduo (VENTURA, 1991, p. 58).

Como pensar, a partir do que foi tratado até aqui, a obra de Euclides da Cunha dentro do debate nacional? Em que sentido o sertão aparece como espaço de redenção da nacionalidade brasileira frente à ameaça da miscigenação? O caráter negativo dado a os cruzamentos exacerbados é inegável dentro de *Os Sertões*, no entanto, as desordens e contradições dentro das concepções desenvolvidas pelo autor para entender os efeitos do clima e da própria herança étnica dos mestiços do Norte e do Sul são, por vezes, confusas. Algo que será, ocasionalmente, comum nas recepções eugênicas³ introduzidas no território. Vejamos o que nos diz Euclides da Cunha em relação ao problema brasileiro:

A seleção natural, em tal meio, opera-se à custa de compromissos graves com as funções centrais, do cérebro, numa progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o meio físico, firmando inexoravelmente a vitória das expansões instintivas e visando o ideal (sic) de uma adaptação que tem, como consequências únicas, a máxima energia orgânica, a mínima fortaleza moral. A aclimação traduz uma evolução regressiva (CUNHA, 2002, p.57).

³ “Concepções baseadas em ideais de pureza raciais inspiraram o surgimento da eugenia, doutrina fundada por Francis Galton (1822- 1911) e que teve ampla aceitação principalmente na Alemanha. A “*ciência eugênica*” tinha como pressuposto a ideia de que os caracteres mentais e, sobretudo, a inteligência eram hereditários ao mesmo título que os caracteres físicos. Deste modo, pretendia-se realizar a “*higiene racial*” através da intervenção na reprodução das populações, com a proibição de casamentos inter-raciais e a incidência de severas restrições sobre alcoólatras, epiléticos e alienados” (In: GIAROLA, Flávio Raimundo. Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico. **Revista história e-história**, São Paulo: Unicamp. 2010).

Disponível

em:

http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=313#_ftn1 Acesso: 25/06/2014.

Podemos perceber que, ao descrever o meio, o autor apropria-se das concepções deterministas a partir da ideia de uma seleção natural. Cunha (op.cit.) opera sob as consequências da aclimação⁴, apresenta, assim, o sertanejo como concebido a partir do reflexo dos graves resultados de um território inóspito, que diminui o intelecto do que ali se encontra; o sujeito resultante desse meio seria um débil fruto de anos de isolamento. Ao passo que faz essa leitura sobre o sertanejo, o autor concebe, paralelamente, a defesa da “máxima energia orgânica” que este indivíduo traria, lhe fazendo, assim, um forte, resistente por ocasião das circunstâncias ao meio, no entanto, em um território esquecido pela civilidade. Há aí uma dinâmica que reconstrói e reformula os conceitos importados da Europa, muitos já em desuso à época.

A autora Lilia Schwarcz (2000), nos auxilia em alguns esclarecimentos neste sentido, em *O espetáculo das raças*, percebendo a dinâmica na recepção dos conceitos nesse momento histórico. Ela afirma que constantemente as teorias que se inserem no contexto brasileiro vão conferindo novos significados de acordo com as discussões particulares no caso brasileiro. O próprio argumento racial acaba ganhando novos contornos, sendo político e historicamente construído nesse momento para “responder” às problemáticas da época, “o

⁴ Segundo os princípios da aclimação, as leis naturais teriam relações diretas com as leis políticas e civis de cada nação, de acordo com as relações físicas com o meio. De acordo com essa teoria, muito baseada nas ideias de Montesquieu, se produzem hierarquias de espaços naturais e sociais, que teriam a Europa como o espaço mais alto sob o patamar dessas leis. Desta forma, os climas quentes justificariam a servidão e a escravização dos povos, pois esses teriam indícios de inferioridade humana e social, já que, a partir desses princípios, os sujeitos teriam os nervos e seus corpos atrofiados pelo calor excessivo, esses povos seriam propensos a aceitar submissão a outros povos o que legitimou, por vezes, a expansão europeia.

conceito de *raça*, por exemplo, além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação, sobretudo, social” (SCHWARCZ, 2000, p. 17).

Antes de aparecer como uma concepção fechada, “o conceito de raça é entendido como objeto do conhecimento, cujo significado constantemente está sendo renegociado e experimentado, e neste momento histórico se investiu em modelos biológicos de análise” (SCHWARCZ, 2000, p. 17). Esse processo é importante ser destacado, pois o argumento racial foi primordial nesse momento histórico para se pensar a originalidade simbolicamente construída para referenciar a ideia de uma nacionalidade genuinamente brasileira.

Retomando às questões mais específicas sob a articulação das concepções de nação e sertão dentro da obra euclidianiana, o próprio termo sertão decorre e articula-se com a própria ideia de Brasil.

Na própria investida da colonização, o território brasileiro era denominado de sertão, admitido de forma totalizante, significado como o “grande sertão” desconhecido, desabitado de Portugal, que deveria ser civilizado juntamente com seus habitantes selvagens. O dicionário contemporâneo define o termo *sertão*, ainda, como lugar misterioso e inexplorado como a parte e estrangeiro dentro do próprio país⁵.

Como percebemos o termo *sertão* foi relacionado historicamente como o lugar exterior e afastado de qualquer contato com uma suposta civilização. Janaína Amado (1995), no artigo, *Região, sertão, nação*, ressalta que poucas categorias de análise têm sido tão importantes e influentes “para se pensar tanto o social quando o imaginário como o termo *sertão* na história do Brasil. Conhecido mesmo antes da chegada dos

⁵ “Lugar inculto, afastado de povoações, ou ainda, floresta no interior de um continente, longe da costa”. Dicionário Online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/> acesso: 10/05/2014.

portugueses em nosso território, ainda, na atualidade, o termo permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil” (AMADO, 1995, p.146), por vezes ainda carregando o peso das impressões preconceituosas construídas historicamente.

Segundo a autora, o conceito está presente de forma expressiva desde o século XVII, nas primeiras tentativas de elaborar uma história do Brasil, mas é nas últimas décadas do século XIX e início do XX que o termo vai constituir, e carregar-se como uma categoria que pretende legitimar uma ideia de essência nacional, em grande parte das construções historiográficas e literárias, que tinham como base e fundamentação o tema da nação brasileira.

Qual é a relação do projeto do livro *Os Sertões* com a própria ideia de brasilidade que foi construída? Qual o tipo étnico escolhido para se configurar como o representante da brasilidade nesse momento, e por que o sertanejo carregaria esse mérito? São algumas perguntas relevantes para nos fazerem pensar o problema de uma espécie de mito de essência sertaneja de brasilidade que foi forjado. Vejamos esta passagem da obra:

O homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mamaluco (sic) bronzeado ao cafuz triqueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondedado; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios e nas mesmas virtudes. A uniformidade, sob esses aspectos, é impressionadora. O sertanejo do norte é, inevitavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já construída (CUNHA, 2002, p.73).

Partindo do princípio de que não há uma unidade racial brasileira, o que era um problema considerável, diríamos fundamental à época, na narrativa euclidiana, “miscigenação

colocaria em risco as nacionalidades pela introdução de elementos heterogêneos, capazes de destruir sua identidade” (VENTURA, 1991, p. 56). Ou seja, a miscigenação traria males irreparáveis para o progresso nacional; assim, as teorias que pretendiam pensar o problema étnico, importadas da Europa partiam da premissa que não haveria saída para a incapacidade das raças não brancas frente à tão sonhada civilização. No Brasil, a “valorização da mestiçagem em dado momento e a adoção da ideologia do branqueamento foram contribuições originais” (op. cit. p. 60), segundo Ventura, sempre na tentativa de atenuar as contradições étnicas raciais brasileiras.

Para o autor de *Os Sertões*, como para grande parte da elite intelectual da época, a questão racial e os critérios desenvolvidos em torno dela são fundamentais para se pensar a identidade nacional. Ao se deparar com esses debates, qual a saída encontrada por Euclides da Cunha? Colocado como o oposto à miscigenação exacerbada que sucedera com o mestiço do litoral, “mistura de raças mui diversa é, na maioria dos casos, prejudicial” (CUNHA, 2002, p. 73), esse redentor da nacionalidade – o mestiço do norte – é designado como o portador de uma identidade genuinamente brasileira, mas sem carregar ainda os estigmas de uma mestiçagem extremada.

Mesmo tendo sido mantido isolado do progresso, à parte da civilização, embora traduzido como supersticioso e cheio de vícios, ainda assim, conservava as virtudes impressionantes daqueles que, isolados historicamente, resistiam ao embate com o meio físico, surgindo assim uma sub-raça diferenciada. Essa espécie de mito de essencialidade sertaneja é tecido, forjado e traçado no sertão: lugar do esquecimento e do abandono, mas também berço da redenção de brasilidade. Ao mesmo tempo em que procura qualificar o sertão e o sertanejo como haste da nacionalidade, a obra euclidiana não se

desvincula do primado cientificista a que estava atrelada, o que não o deixa escapar às avaliações preconceituosas e negativas sobre o Brasil e os tipos étnicos desenvolvidos nos trópicos.

Para finalizar é importante ressaltarmos que não pretendemos esgotar as leituras e análises feitas do livro *Os Sertões*, mas, sobretudo, sublinhar que a obra, quando nomeada como um “clássico”, se deu pelo fato de que o livro, em si, representou o primado exemplar elegido por uma geração de intelectuais brasileiros como “modelar”, na tentativa de responder, às peculiaridades da nação, na busca de uma identidade de povo e nação brasileira, alvo de várias interpretações e estudos após seu lançamento, em 1902. Acreditamos, ainda, que os estudos euclidianos, não apenas a obra, mas o conjunto de escritos de Euclides da Cunha são fecundos para se entender a formação histórica brasileira; cremos que os estudos de uma obra de tamanha representatividade não se dão por esgotados e possibilitam inúmeras reavaliações.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: **Revista de Estudos Históricos**, vol. 8. n.15, Rio de Janeiro 1995.

Disponível:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129> acesso: 12/04/2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Euclides Da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 2002.

DA SILVA, Elisiane; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. Org. **Euclides da Cunha: conhecimento como condições para a construção do país**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2012.

DE OLIVEIRA, Ricardo. Euclides da Cunha, *Os Sertões* e a invenção de um Brasil profundo. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 22. n. 44, São Paulo, 2002.

GIAROLA, Flávio Raimundo. Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico. **Revista história e história**, São Paulo: Unicamp, 2010.

Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=313#_ftn1 Acesso em 25/ 06/ 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História** cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Links:

Dicionário Online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/> Acesso: 10/05/2014.

O SERTÃO ESCRITO: AS PARTICULARIDADES DA CULTURA SERTANEJA EM CÂMARA CASCUDO

*Raquel Silva Maciel**

Luís da Câmara Cascudo nasceu e construiu sua carreira na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, fato relevante se considerarmos, que naquele período, dificilmente um intelectual produzia fora do eixo Rio-São Paulo¹. É proveniente de uma família da aristocracia norte-rio-grandense, composta por fazendeiros e integrantes do Partido Conservador. A construção de redes de influências com autoridades locais permitiu que a família de Cascudo², assim como a de tantos outros indivíduos desse cenário, mesmo após a crise

* Graduanda na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista do Programa de Educação Tutorial de História da UFCG (PET/História). E-mail: quequelpb@hotmail.com. Este texto foi produzido sob orientação da Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento, docente da Unidade Acadêmica de História e tutora do PET História UFCG. E-mail: reginacgn@gmail.com

¹Câmara Cascudo, como os escritos biográficos apontam, se considerava um provinciano por excelência. Aspecto interessante se considerarmos a importância que ele adquiriu nacionalmente e internacionalmente através de seus escritos. Ele estaria “[...] arraigado nas dunas de sua cidade Natal, que jamais cedeu ao canto de sereias que o instavam a trocar as margens do Potengi pelos grandes centros [...]” (NEVES, 2002, p.65).

² O sobrenome Cascudo refere-se à devoção ao Partido Conservador que o avô paterno de Luís da Câmara, Antônio Justino de Oliveira, possuía. Cf. CASCUDO (1968).

do modelo de família patriarcal, pudesse usufruir de benefícios como a manutenção de bens e a concessão de empregos públicos.

O poder aquisitivo que sua família possuía possibilitou que, desde cedo, Cascudo enveredasse pelo mundo das letras, tendo contato, ainda criança, com obras raras e importadas, adquiridas pelo seu pai. Assim, sua ambientação com a leitura e escrita é apresentada por seus biógrafos como indissociável de sua infância, tanto por essa influência paterna, quanto por ter sido, desde pequeno, privado do convívio com outras crianças e das brincadeiras ao ar-livre, devido às “[...] limitações de seu corpo pela doença – não correr, saltar, pisar na areia, andar descalço, subir em árvores – levaram-no a uma vida reclusa” (GOMES, p.194). Esse período, marcado pelo contato com o ambiente sertanejo, onde conviveu de 1910 a 1913, com os sujeitos, falas, gestos e práticas culturais desse espaço, influenciou a escolha de seu objeto de pesquisa: a cultura popular. Essa experiência³ lhe possibilitou a inspiração para elaborar inúmeras obras, entre elas *Vaqueiros e Cantadores* (1939) e *Viajando o Sertão* (1934) que evidenciam o período de vivência desse pesquisador no sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Verificamos que a imagem desse sujeito é construída “[...] a partir da figura de erudito, do homem voltado para os livros e as letras desde a infância, quando ao invés de brincar como as outras crianças, voltava-se para a leitura de revistas, de álbuns de gravuras e de viagens [...]” (COSTA, p.10). A

³ Apesar de afirmar que tais obras são objetos de suas observações do espaço sertanejo no período que ali se encontrava, verificamos que elas evidenciam um duplo movimento desse pesquisador, pois na mesma medida que utiliza o contato com aquele ambiente, incluindo seus sujeitos e suas práticas para construir uma imagem para o sertão, ele a elabora também através de suas longas horas de estudo e leituras na *Babilônia* (nome concedido por ele à sua biblioteca particular).

sua produção foi direcionada para a confecção de artigos, crônicas, contos e obras que, no total, ultrapassam cento e cinquenta. As produções possuem abordagens *folclorísticas*, históricas e memorialísticas e possibilitaram a formação de uma carreira intelectual extensa.

A influência social, política e econômica de seu pai possibilitou, em certa medida, o início de sua carreira intelectual, em 1918, já que, a partir desse ano ele começou a publicação de crônicas no jornal *A Imprensa*, periódico que foi fundado pelo Coronel Francisco Cascudo em oposição aos oficiais *Diário de Natal* e *A República*. O texto fazia parte de uma coluna intitulada *Bric-à-Brac*, na qual Câmara Cascudo tecia críticas literárias a autores nacionais e internacionais.

Entre os pensamentos presentes em seus estudos, nota-se a concepção de que algumas tradições populares podem ser encontradas na sua forma pura em determinados lugares, entre esses, o espaço sertanejo. A partir dessa ideia ele desenvolveu, ao longo de sua vida, uma carreira na qual buscou estudar o homem sertanejo, que para Cascudo deveria ser objeto de análises que prezassem pela particularidade e simplicidade desses sujeitos. Cascudo tem a sua escrita atravessada pelas memórias de um menino sertanejo, utilizadas “[...] por vezes como tema e objeto de estudo, por vezes como argumento de legitimidade, por vezes como horizonte de reflexão. Ele nunca abandona a sua identidade de menino criado no Sertão e também, sua identidade de homem que permaneceu na província” (FARIAS, 2001, p.27).

Cascudo, ao afirmar que o material reunido no livro *Vaqueiros e Cantadores* (1939) “[...] foi colhido diretamente na memória duma infância sertaneja, despreocupada e livre” (CASCUDO, 2005, p.11), deixa claro que essa obra é fruto de um exercício de rememoração do tempo vivido por ele no

sertão nordestino⁴. Portanto, essa obra, assim como outras do escritor potiguar, evidencia a influência que a sua memória pessoal exerce em seus escritos, evocada através do que ele denomina como reminiscência. A reminiscência pode ser compreendida como um

[...] nível em que a “memória individual” é violentada por choques provenientes de signos sensíveis. Estes signos provocam a evocação, fazem chegar à consciência sensações ou imagens já vividas que aparecem como rasgões num tecido negro. [...] O passado ressoa no presente, o passado surge no presente com força viva e violenta, de uma violência tão grande que só suportamos por momentos [...] (ALBUQUERQUE JR. 2007, p.201).

A reminiscência, essa evocação de sensações e imagens passadas que invadem violentamente o presente, seria, para esse intelectual potiguar, a única forma fiel de acesso à memória, sua compreensão é essencialmente arquivista, pois ele não a vislumbra como um processo de seleção e consequente exclusão. As demais formas de acesso ao conteúdo memorialístico seriam frutos da imaginação, estando essa ligada à ideia de falsidade que colocaria em risco a autenticidade de nossas lembranças.

São estas evocações da memória que marcam a escrita de obras como *Viajando o Sertão* (1934), sendo essa a coletânea de crônicas publicadas no jornal *A República*, resultantes de seu deslocamento no período de 16 a 29 de maio de 1934 pelo interior do Rio Grande do Norte. Viagem que é realizada

⁴ Para Albuquerque Jr. a ideia de “Nordeste” só surgiu a partir do início do século XX proveniente de inúmeros discursos que respaldaram a sua “invenção”. Até então essa região era denominada de “Norte” e seus habitantes “nortistas”. Cf. ALBUQUERQUE, JR. (2009).

pela comitiva do Interventor federal nesse estado, Mário Câmara, designado por Getúlio Vargas⁵.

No período de realização dessa viagem, era evidente sua posição política que posteriormente seria esquecida⁶ em seus escritos memorialísticos e negada pelo intelectual que afirmava não pertencer a nenhum partido político. Mesmo que Cascudo não fosse filiado a qualquer partido, podemos perceber através de seu círculo de amigos e sua atuação em alguns momentos, traços de sua posição política. A viagem pelo sertão norte-rio-grandense evidencia isso, pois como afirma Mirella Farias (2001) essa foi feita com:

[...] o objetivo de conquistar apoios políticos nas diferentes cidades do Estado, além de servir como uma forma de propaganda do próprio governo interventorial, que ao passar pelas cidades inaugura obras públicas, promete benfeitorias, enfim, tenta de todas as maneiras possíveis estabelecer contatos com as lideranças políticas das mais distintas regiões e também conquistar apoio nas camadas populares, seu cunho explicitamente político é evidente, e não depende do teor dos discursos de seus acompanhantes (FARIAS, 2001, p.24).

⁵ Esse interventor, assim como tantos outros que surgiram nesse período, é resultado do governo de Getúlio Vargas que, a partir da década de 1930, tentou, através da instituição desses cargos e de outras ações, estabelecer ligações entre o poder central e o poder local, de modo que esse último esteja subordinado e tenha sua atuação delimitada pelo primeiro.

⁶ Cascudo já com 70 anos opera a construção de seus escritos memorialísticos que assim como outras obras autobiográficas são resultados de seleções da memória, frutos de omissões, silenciamentos e seleções de materiais, personagens e acontecimentos. São obras autobiográficas de Cascudo, *O tempo e eu*, *Pequeno Manual do doente aprendiz: notas e imaginações*, *Na ronda do Tempo*, *Gente viva e Ontem: imaginações e notas de um professor provinciano*. Ele busca, através desses escritos, construir o seu de seu lugar de memória, respaldado na autoridade intelectual que já possuía no Brasil e em outros países. Cf. NORA. (1993).

Sua posição política ficaria evidente também na produção de biografias e crônicas relacionadas a velhas figuras daquela região, como homens da elite letrada, políticos e fazendeiros. Além desses sujeitos, temos aquelas obras dedicadas a personagens da monarquia portuguesa, como os intitulados *Conde d'Eu* e *O Marquês de Olinda e seu tempo*, fato que destaca a posição conservadora e pró-monárquica⁷ de Câmara Cascudo.

Esse percurso pelo ambiente sertanejo, apresentado em *Viajando o Sertão*, permitiu ainda verificar a relação de Cascudo com a Ação Integralista Brasileira (AIB)⁸, já que durante a realização dessa, ele ocupava o posto de chefe provincial do integralismo. Para Margarida de Souza Neves (2005) há, nessa obra, cinco referências explícitas de sua simpatia pelos ideais integralistas, entre essas a “[...] defesa do conceito de raça pura a inferências eugenistas; da ênfase na família como princípio e fundamento da sociedade à insistência de termos relativos à pureza de sangue” (NEVES, 2005, p.15).

A partir disso, a historiadora sugere que a posição de Cascudo ao afirmar no livro que “uma surpresa no Sertão é o quase desaparecimento do negro” que “[...] não o vi nos 1.307 quilômetros viajados” (CASCUDO, 2009, p.31) é fruto de suas concepções apoiadas nos ideais integralistas, de um processo que, como sugere Albuquerque Jr. (2010), retrata uma desafricanização de sua escrita.

⁷ Sobre as influências europeias na escrita de Cascudo relacionadas à sua posição particular. Cf. ALBUQUERQUE, JR. (2003).

⁸ O movimento Integralista surgiu nas primeiras décadas do século XX e sua ideologia reunia princípios voltados para o cristianismo, nacionalismo, indianismo, estatismo e respeito aos direitos humanos, sob o lema de "Deus, Pátria e Família". No Rio Grande do Norte esse movimento foi fundado por Plínio Salgado em 1932 e contou com inúmeros adeptos, entre eles Câmara Cascudo. Esse movimento buscava, como o próprio nome suscita, integrar na Pátria Brasileira. Cf. RAMOS. (2001).

O sertão de Câmara Cascudo é construído, em seus escritos, como um espaço no qual as práticas culturais ali encontradas estão em sua forma pura, isto é, são isentas as influências modernas que, em sua concepção, vinham esmagar essas tradições. Esse cenário é “[...] ingênuo, crédulo e místico, não corrompido pela cidade [...]” (GOMES, p.196) concepção que poderia suscitar um pertencimento desse intelectual a corrente regionalista, mas que é contrastado pelo fato de Cascudo escrever obras, a exemplo de *Joio*, que evidenciam o seu cosmopolitismo. Assim, o sertão em seus escritos é representado pelo passado, pela infância, tempo mítico que não volta mais.

Apesar de não ter um claro pertencimento à corrente regionalista, Cascudo, na descrição que faz do sertão em *Vaqueiros e cantadores* e *Viajando o Sertão*, se aproxima de intelectuais como Euclides da Cunha, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz e outros que vislumbram uma ameaça a esse espaço, uma possível perda de suas características próprias, por uma invasão dos símbolos da modernização. Nas crônicas que compõem *Viajando o Sertão*, é evidente a oposição que esse estudioso faz entre o litoral e o sertão, o primeiro “[...] aparece em seus textos dessa série marcado pelo cosmopolitanismo, por constantes transformações, e o Sertão pela permanência de práticas tradicionais, que tendem a desaparecer, pela influência de elementos da cidade” (FARIAS, 2001, p.26). É esse cosmopolitanismo que ameaça o conservadorismo do sertão, avançando de forma avassaladora nesse espaço.

Assim, só através do distanciamento do sertão, de espaços como o litoral, esse primeiro poderia conservar todas as particularidades que o compõe. Porém, a penetração dos elementos que destroem essa cultura era cada vez mais intensa. Em sua concepção:

a transformação é sensível e diária. As estradas de rodagem aproximaram o sertão do agreste. Anulando a distância, misturaram os ambientes. Hoje a luz elétrica, o auto, o rádio, as bebidas geladas, o cinema, os fardos nas capitais. Os plantadores de algodão vêm vender os fardos nas capitais. Os filhos se educam nos colégios distantes. [...] o Sertão se modifica rapidamente. Uniformiza-se, banaliza-se (CASCUDO, 2005, p.12).

Em seus escritos ele apresenta o sertanejo como àquele que está em um ambiente “[...] distanciado do litoral onde se processava a mistura das culturas e a formação mental de cada geração [...]” esse distanciamento teria possibilitado que o sertanejo conservasse “[...] a fáceis [sic] imperturbável, a sensibilidade própria, o indumento típico, o vocabulário teimoso, como usavam seus maiores” (CASCUDO, 2009, p. 43). Ele é classificado por Cascudo com traços primitivos, evidentes na falta de senso decorativo, de sensibilidade pela natureza. A noção de beleza para eles estaria no trabalho feito por suas mãos, na utilidade, função e rendimento dos elementos, como exemplo podemos citar que, na concepção de Cascudo, a árvore em si não significaria nada para aqueles indivíduos, a sua valorização seria pela sombra que proporcionaria. Esse afastamento da natureza é evidente na produção dos poetas sertanejos, que em suas obras cantadas ou escritas, não descrevem paisagens, priorizando as ações humanas.

Cascudo, em várias obras, procurou, além de descrever o espaço sertanejo e as práticas culturais ali encontradas, buscar uma origem para os gestos, falas e credices do homem sertanejo. Durante a viagem que empreendeu, em 1934, pelo sertão norte-rio-grandense, ele por vezes abandonava a comitiva oficial e ia “[...] observar a vida nas cidades, por onde passa [sic], conversar com povo, aprender suas estórias, suas práticas e costumes” (FARIAS, 2001, p.26).

É a partir desses estudos que ele retrata a incoerência na representação desse indivíduo, que o faz através de “[...] anedotas e sua vida um tecido de facécias, tão ao jeito dos atores que ‘representam’ o nosso sertanejo no palco, vestindo-se à maneira do caipira fluminense ou jeca mineiro” (CASCUDO, 2009, p.45). É por isso que ele busca, ao analisar a cultura popular sertaneja, ressaltar os seus valores e combater os preconceitos existentes em relação ao espaço do sertão e aos que, ali, habitam. Assim, ele desconstrói a visão de que os sertanejos falam errado. Para ele o que existe é uma fala diferenciada da nossa, que se aproxima do português falado na colônia no século XVI, é essencialmente um dizer conservador.

Apesar de evidenciar em seus escritos que o sertão mantém traços únicos em relação a outras regiões e que os seus habitantes são conservadores, preservando as tradições, Cascudo ressalta que alguns dos elementos que constroem essa cultura popular sertaneja, são meras influências de outros espaços, como o litoral. Sobre a dança, o que existe são resquícios de uma cultura litorânea marcada pela mistura de diferentes práticas culturais, na qual se dança *fox*, tango, maxixe e que se canta acompanhado das violas. Em relação às cantorias, ele chega a indagar se “nada mais resta dessa literatura oral, preciosa e milionária de curiosidade, senão os registros literalizados?” (CASCUDO, 2009, p.76). A figura do cantador é apresentada em seus escritos como uma espécie rara, que quase não se encontra e que, assim como o sertão, está se descaracterizando com a penetração de costumes e práticas do litoral.

Além do cantador, que estaria desaparecendo do sertão nordestino, outros elementos que marcam a cultura sertaneja a exemplo das tradicionais vaquejadas que, no momento de escrita de *Viajando o Sertão*, estava desaparecendo do interior norte-rio-grandense. Em substituição a isso, Cascudo se de-

para com os campos de *football* que penetram o sertão, modificando, para além da paisagem daquela região, o imaginário daquela população.

Por isso, para ele, é de fundamental importância que o sertão seja valorizado em estudos como o que faz nas obras aqui analisadas. Independente da temática que contemple, seja sobre a indumentária, o vocabulário, suas danças, crenças ou qualquer outro elemento, eles devem permitir a valorização dessa cultura que, em seu pensamento, está cada vez mais descaracterizada e ameaçada de extinção.

A escrita sobre esse espaço pode ser analisada também como fruto da influência exercida por intelectuais com quem Cascudo manteve correspondência por alguns anos, a exemplo de Mário de Andrade e Monteiro Lobato. Ambos, de forma diferente, evidenciavam, nos diálogos com esse estudioso potiguar, a necessidade de conhecer as coisas próprias do Brasil, e o sertão estaria inserido nesse processo. Por isso, a imagem criada por Cascudo para o sertão se insere no conjunto de escritos que retratam esse ambiente como a essência de nosso sentimento de brasilidade e que ressaltam por isso a necessidade de se estudar tal espaço. Ao afirmar essa importância, Cascudo acaba, conseqüentemente, valorizando pesquisas e escritas sobre esse espaço, incluindo as suas obras *Viajando o Sertão* e *Vaqueiros e Cantadores*, nas quais o Nordeste e, sobretudo o espaço sertanejo, é representado pelas temáticas tão fundamentais nos ensaios sobre esse ambiente, “[...] a seca e com ela o êxodo ou a retirada e os flagelados, o canção, o coronelismo e o messianismo” (ALBUQUERQUE JR., 2013, p.116). É através de seus estudos e observações sobre o esse espaço que ele se põe na posição do erudito que através das longas horas de estudo e contato com os mais *simples* tem a responsabilidade de apresentar para aqueles que desconhecem, incluindo os próprios sertanejos, as particularidades e subjetividades desse ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- _____. Uma projeção lírica, uma poesia recordadora: o Nordeste de Câmara Cascudo. In: SILVA, Marcos (Org). **Câmara Cascudo e os saberes**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.
- _____. Mãos negras, mentes gregas: As narrativas de Luís da Câmara Cascudo sobre as religiões afro-brasileiras. In: **Revista Esboços**. Florianópolis. v. 17, n. 23, p. 9-30, 2010.
- _____. **Invenção da Cultura Popular: Uma História da relação entre eruditos, intelectuais e as matérias e formas de expressão populares na Península Ibérica e Brasil (1870-1940)** Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.184.pdf> acessado em 10 de mar. de 2014.
- _____. **História a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.
- BETI, Mariana Giardini. **Câmara Cascudo no solo sagrado da memória**. Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/cascudo/icascudoroteiros.htm> acessado em 10 de mar. de 2014.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu (confidências e preposições)**. Natal: Imprensa Universitária, 1968.
- _____. **Viajando o Sertão**. São Paulo: Global, 2009.
- _____. **Vaqueiros e cantadores**. São Paulo: Global, 2005.
- COSTA, Bruno Balbino Aires da. **Luís da Câmara Cascudo, historiador**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299272352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf acessado em 10 de mar. de 2014.
- FARIAS, Mirella de Santos. **Memórias de um menino sertanejo: o Sertão de Luís da Câmara Cascudo**. [trabalho de conclusão do curso de história]. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2001.
- GOMES, Ramonildes Alves; GOMES, Valdeci Feliciano. **Laços matrimoniais, amarras tradicionais: a família como autoconstituição em Câmara Cascudo**. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=629> acessado em 25 de fev. de 2014.
- GOMES, Salatiel Ribeiro. **Vaqueiros e cantadores: A desafricanizada cantoria sertaneja de Luís da Câmara Cascudo**. In: **Revista Padê**. Brasília. v.01, n.01, p.47-70. 2008.

NEVES, Margarida de Souza. Artes e Ofícios de um “Provinciano Incurável”. In: **Revista Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da PUC-SP**. No. 24 Artes da História & outras linguagens. São Paulo: PUC-SP, Junho de 2002. p. 65 a 86.

_____. Viajando o Sertão. Luís da Câmara Cascudo e o solo da tradição. In: **A História em Coisas Miúdas. Capítulos de História Social da Crônica no Brasil**. Org. Sidney Chalhoub, Leonardo Affonso de Miranda Pereira e Margarida de Souza Neves. Campinas: Ed.da UNICAMP, 2005. p. 01 a 25.

_____. **Lugares de Memória na PUC-Rio**. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site/lugaresmargarida.htm> acesso em 27 de abr. de 2014.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a História**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> acesso em 27 de abr. de 2014.

RAMOS, Isabel Tebyriçá. **Sertão verde: As cores do Integralismo do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/cascudo/cascudosertaoverde.htm> acessado em 20 de mar. de 2014.

SOBRINHO, José Alves. **Cantadores, repentistas e poetas populares**. Bagagem: Campina Grande, 2003.

“A REPRESENTAÇÃO DE D. SEBASTIÃO NO PERSONAGEM SINÉSIO NO ROMANCE D’ PEDRA DO REINO E O PRÍNCIPE DO SANGUE DO VAI-E-VOLTA, NAS NARRATIVAS DE QUADERNA”

Emanoela de Lima Maracajá
(Graduada em História- UFCG)

Marinalva Vilar de Lima
(PPGH-História-UFCG)

O presente trabalho tem como objetivo analisar os elementos messiânicos que compõem as representações da ressurreição de D. Sebastião, que desapareceu na batalha do Alcácer-Quibir, no Marrocos, na figura de Sinésio, o “Alumioso”, a partir das narrativas de Quaderna, ambos personagens do Romance da “Pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai- e- volta”, do escritor paraibano Ariano Suassuna.

Ariano Vilar Suassuna nasceu na “Cidade da Parayba”, como era denominada a capital paraibana, em 16 de julho de 1927. Era filho do então Governador, João Urbano Vilar Vasconcelos Suassuna e Rita de Cássia Dantas Villar Suassuna. Ele tinha pouco mais de três anos de idade, quando seu pai, João Suassuna, governava o estado da Paraíba, no período de 1924 a 1928, foi assassinado no Rio de Janeiro, por conse-

quência de divergências políticas¹ que se desencadearam na Paraíba às vésperas da Revolução de 1930 (SANTOS, 2009, p.9).

Por motivos de segurança, a mãe de Suassuna decidiu mudar-se para o sertão, para a fazenda de Acahuan e, depois, para vila de Taperoá, onde, Ariano Suassuna cursou o primário, e foi criado nas fazendas “Onça de Malhada e Carnaúba”, em que vivenciou experiências fundamentais para sua formação e construção de suas peças, romances e poemas através do contato com cantadores, mamulengos, violeiros, o circo, e cordéis (SANTOS, 2009, p.9).

A literatura pode ser considerada como fonte, já que a obra literária nos traz testemunho de uma determina época, ela nasce de um processo social, político e cultural, portanto “A pedra do Reino”, nos fornece elementos (a exemplo das representações messiânicas presentes no romance) que precisam ser interrogados e estudados como qualquer outra fonte. De acordo Ginzburg, das narrações de ficção é possível extrair testemunhos mais fugidos, mais preciosos justamente por

¹ A Guerra de Princesa (1929-1930) quando em outubro de 1928, João Pessoa sucedeu a João Suassuna na presidência da Paraíba, alguns sertanejos consideraram a situação perigosa. Um ano depois, o Coronel José Pereira de Lima rompeu de modo espetacular com a legalidade, proclamando “Território livre de Princesa”, com hino e bandeira, constituição e exército que conseguiu fazer frente, durante seis meses, às forças governamentais, enviadas para lá por José Américo de Almeida, secretário do Estado da Paraíba. O Presidente da República Washington Luiz, do partido adverso de João Pessoa, decretou uma intervenção. Mas João Pessoa, candidato a vice- Presidência da República na chapa de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, foi assassinado no Recife, em 26 de Julho de 1930. Dois meses mais tarde, o movimento revolucionário eclodiu na Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e em outubro, João Suassuna, deputado Federal, que sabia de um “Contrato de Morte” contra ele trazia no bolso uma carta de despedida para mulher e os filhos, foi assassinado no Rio de Janeiro (SANTOS, 2009, p.90).

que se trata de narração de ficção (GINSBURG, 2007, p.84). Ainda nas palavras de Ginzburg, um escritor que inventar uma história ou uma narração imaginária que tem como protagonistas seres humanos devem representar personagens baseados nos usos e costumes da época em que viveram, do contrário seriam críveis (GINSBURG, 2007, p.84). A partir desta reflexão, podemos pensar como Suassuna se apropriou destes movimentos messiânicos, assim como dos aspectos, dos ritos e dos símbolos religiosos como meio para desencantamento e ressurreição de D.Sebastião e instauração de um reino com tempos melhores.

Como podemos observar no “Romance d’a Pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai-e-volta”, a descrição e a influência do espaço do sertão na obra do autor paraibano se faz bastante presente. Suassuna representou o sertão como um espaço composto por fantasias, reconfigurou o espaço a partir de suas apropriações nas quais os fazendeiros tornam-se reis, seus filhos, príncipes e princesas, os cangaceiros, heróis do sertão e os vaqueiros são comparados aos cavaleiros das grandes Cruzadas medievais. O escritor paraibano trouxe em sua obra elementos do medievo e da Península Ibérica² que, para o mesmo, integram as raízes³ da cultura popular⁴ nordestina (MARTINS, 2011, p 180).

² Ariano Suassuna, traz em sua obra elementos do Medievo e da Península Ibérica, a exemplo dos romances populares, danças, cantigas transmitidas através da oralidade, entre outros aspectos que integram a cultura nordestina. Lígia Vassalo afirma que a maioria dos temas de Ariano Suassuna pertence à tradição popular, advinda dos folhetos e dos folguedos nordestinos. Algumas destas literaturas populares são de origem europeia, outras, de procedência oriental, chegaram para Suassuna via cultura oral. Suassuna integra esses elementos em modelos formais dramáticos da alta literatura ocidental (VASSALO, 1993, p.17).

³ De acordo com Maria Inez Pinheiro Cardozo, Ariano Suassuna busca, nas raízes populares antepassadas e atuais, aspectos necessários à criação de sua arte erudita, de modo que seja capaz de expressar a identidade

Quaderna, personagem principal do romance, era bisneto de Dom João II, que é a representação de João Ferreira, líder do movimento sebastianista em Pedra Bonita. Como nos mostra o Narrador Quaderna, Dom João II casou-se ao mesmo tempo com duas irmãs e suas primas, Josefa e Isabel, tendo um filho com a segunda. De acordo com a lenda, ao ser degolada Isabel deu a luz a um menino. O corpo de Isabel, bisavó de Quaderna, foi encontrado por um vaqueiro que, ao se aproximar do lugar encontrou o bebê, bebê este que foi entregue ao Padre Manuel José do Nascimento.

O padre, de acordo com o narrador, teve medo que seu protegido tivesse sua verdadeira identidade revelada, o qual era filho do Rei João Ferreira Quaderna. Porém, o bisavô de Quaderna era conhecido apenas por Ferreira. O padre, então, omitiu a verdadeira identidade do bebê. Manteve apenas o Quaderna; a criança então foi batizada pelo nome de Pedro Alexandre Quaderna. Com a morte da mãe Maria Suplícia, Quaderna foi criado por sua tia Felipa.

O romance se inicia com o personagem Quaderna narando como se encontra sua situação, preso na cadeia pública de Taperoá no ano de 1938. O mesmo vai descrevendo os aspectos da região, e rememorando seu passado, como podemos ver abaixo:

Daqui de cima, porém, o que vejo agora é a tripla face, de paraíso, purgatório e inferno, do sertão. Para os lados do po-

nordestina e os conjuntos de nossas particularidades estéticas e éticas, reaparecendo para a sociedade através da literatura, a cultura popular (CARDOZO, 2011, p.56).

⁴ Para o historiador Carlo Ginzburg, o termo cultura é colocado para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios de “classes subalternas” ou “cultura popular”. Só através do conceito de cultura primitiva é que chegou ao fato de reconhecer que aqueles outros indivíduos no passado, definidos, de forma paternalista, de “inferiores dos povos civilizados”, possuíam a cultura (GINZBURG, 1991, p.12).

ente, longe, azulada pela distância, a Serra do Pico, com a enorme e alta pedra que lhe dá nome. Perto, no leito do rio Taperoá, cuja areia é cheia de cristais despedaçados que faíscam ao sol, grandes cajueiros, com frutos vermelhos, cor de ouro. (...) Então, que pude começar dizendo que neste ano comum e vir cá pra cima de 1938 estamos ainda “no tempo de Rei”, e anunciar que a nobre Vila Sertaneja onde nasci é o palco da terrível desventura que tenho a contar. (...) Agora, preso aqui na cadeia, rememoro tudo quanto passei, e toda minha vida parece-me um sonho cheio de acontecimentos ao mesmo tempo grotescos e gloriosos (SUASSUNA, 1972, p.35).

A desventura sertaneja a que o narrador Quaderna se refere é a “cavalgada” que ocorreu nas vésperas de Pentecostes, que iria mudar o destino de muitas das pessoas “poderosas” do lugar, como também mudar a vida do narrador que se auto-denomina “Cronista Fidalgo, Rapsodo-Acadêmico e Poeta-Escrivão”. Um dos motivos que levou Quaderna à prisão foi a chegada à Taperoá, do “rapaz-do-cavalo-branco”, o segundo motivo seria o assassinato do seu tio e padrinho, o Fazendeiro Dom Pedro Sebastião Garcia Barreto, na torre que existia na Fazenda Onça Malhada.

O rapaz-do-cavalo-branco seria Sinésio, filho de Dom Pedro Sebastião, que desapareceu misteriosamente no mesmo dia em que seu pai foi encontrado morto. Sinésio era primo e sobrinho de Quaderna. De acordo com o narrador, Sinésio era a redenção do povo sertanejo que depositava a esperança⁵ em um enigmático Reino do Sertão. Sinésio teria

⁵É perceptível nos movimentos messiânicos ocorridos na Serra do Rodeador (1819) e o movimento da Pedra do Reino no Município de São José do Belo Monte (1836-1938), ambos no interior de Pernambuco, que surgem a partir de alguma crise cultural, política, social em que o país ou região vivenciam e buscam na crença religiosa um acalento para suportar tais crises. O messianismo acredita na profecia de um ser enviado pelo divino, que está encarregado de trazer a felicidade, a igualdade, paz,

morrido brutalmente dois anos depois que fora raptado. Porém, o povo continuaria à espera da sua volta e de seu reino miraculoso.

Sinésio, o “rapaz- do- cavalo-branco”, é representado como reencarnação de D.Sebastião, rei Português que desapareceu na África na batalha do Alcacer-Quibir, em 1578. Para Carlo Ginzburg, a representação faz as vezes da realidade e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna vencível a realidade representada, portanto, sugere a presença. Porém, a contraposição poderia ser invertida: “no primeiro caso a representação é presente, ainda que, como sucedâneo, no segundo ele acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG,2001, p.85).

Após a morte de D.Sebastião, passou a ser popularizada em Portugal a crença messiânica do Rei “encoberto” que voltaria para instaurar o “Quinto império”⁶. Vale ressaltar que esta crença já existia antes do nascimento do Rei Portu-

assim como, acabar com as injustiças sociais. Estes movimentos tem um líder espiritual que orienta a população a seguir um caminho e prepara os fiéis para vinda do salvador (FONTANA, 2013, p. 1-2).

⁶ A interpretação de Padre Antonio Viera acerca do Quinto Império: “Da mesma maneira a duração da estátua dos impérios era composta de diferentes idades. A sua primeira idade, que é o tempo dos Assírios, foi idade de ouro, a segunda, que é o tempo dos Persas, foi idade de prata, a terceira, que é o tempo dos Gregos, foi idade de bronze, a quarta, que é o primeiro Império dos Romanos, foi idade de ferro, a quinta, que é este último tempo dos mesmos Romanos, é idade de ferro e barro. E basta que nesta última idade, como decrépita, daquela estátua ou daqueles Reinos se haja de levantar o *Quinto Império*(...) Assim que o Império que promete Daniel não é Império já passado, senão que está ainda por vir . “É certa e de fé que este Quinto Império de que falamos, anunciado e prometido pelos Profetas, é o Império de Cristo e dos Cristãos. (...) aquela pedra que derrubou a estátua e desfez as quatro monarquias figuradas nos quatro metais, e depois cresceu e a sua grandeza ocupou e encheu toda a Terra, é Cristo, o qual em muitos outros lugares da Escritura se chama Pedra” (VIEIRA,1959, p. 23 -24).

guês. Um dos principais disseminadores das seitas sebásticas foram as trovas do Sapateiro de Trancoso Bandarra, que pregava a vinda de um Salvador Encoberto, que traria tempos melhores. Com a morte de D.Sebastião, as trovas difundiram com maior rapidez o sebastianismo, sendo associada ao salvador encoberto a figura de D.Sebastião.

Com o desaparecimento do rei Português, a coroa Portuguesa passou para os domínios Espanhóis, fato que foi acompanhado de crises financeiras e perda de territórios, podendo estes fatores ter contribuído para a propagação do sebastianismo. No Brasil, o sebastianismo foi difundido através da oralidade, dos cristãos-novos, e do Padre Antônio Vieira. Também é possível observar a recepção do mito pela literatura de cordel e nas representações elaboradas em obras literárias a exemplo, de Euclides da Cunha em “Os Sertões” e “Pedra Bonita”, de José Lins do Rego.

Sinésio traria para o sertão o reino prometido, livrando o povo do sertão dos inimigos e do mal que os afligiam. Na crença sebastianista de alguns movimentos ocorridos no Brasil, os adeptos dos movimentos teriam a proteção de D.Sebastião, a exemplo do movimento de Paraíso Terrestre ocorrido no início do século XIX, em Pernambuco. O líder Silvestre pregava que, se seus inimigos tentassem atingi-los seriam impedidos pelo exército do rei Português que sairia de dentro de uma pedra.

Cintya Kelly Barroso afirmou que o narrador Quaderna representa Sinésio como um santo, um ser divino, que seria o definidor do destino dos escolhidos, chegando à Taperoá às vésperas de Pentecostes. Sinésio é um cavaleiro beatificado que voltou para defender e empreender uma demanda: a do sertão que libertara seu povo, sendo representado como o justiceiro (BARROSO, 2009, p.29). Como podemos ver no romance:

Há três anos, às vésperas de Pentecoste, dia 1^a de junho de 1935, pela estrada que nos liga à Vila de Estaca-Zero, vinha se aproximando de Taperoá uma cavalgada que iria mudar seu destino e de muitas das pessoas poderosas dali (...) Agora, de repente, daquela maneira miraculosa, aparecia o Mancebo ressuscitado, para reivindicar seus direitos à herança e à vingança do pai. Sim, porque essa era a opinião unânime do povo; chegara o Justiceiro, o Vingador. (SUASSUNA, 1972, p.35)

Nas narrativas de Quaderna, Sinésio é esperado por todos, durante anos. Sua ressurreição traria a esperança e a justiça, ao povo sertanejo. O povo nunca havia perdido a fé de que um dia o “desejado” voltaria para restaurar ou instaurar um Reino Sertanejo, em que os proprietários seriam devorados por dragões e todos os pobres, aleijados, cegos, infelizes, doentes, ficariam de repente, belos, poderosos, perfeitos e imortais. Sinésio viria para instaurar o Quinto Império.

Como afirmou Isaura Queiroz, o messianismo se afirma com uma força prática, e não como uma crença passiva, inerte à resignação e conformismo, diante do espetáculo das injustiças, o dever do homem é trabalhar para saná-las, o movimento messiânico se destina a consertar o que se encontra errado, ou seja, na crença de um ser divino que é enviado para revelar ao homem, por meios de rituais, as formas de consertar estes erros, sejam eles políticos, culturais ou econômicos (QUEIROZ, 1976, p.35). Essa crença, que está presente no movimento sebastianista, que ocorreu em Pedra Bonita (1836-1838) no estado de Pernambuco⁷, está represen-

⁷ Ariano Suassuna se utiliza de movimentos messiânicos ocorridos, um na Serra do Rodeador (1819) liderado por Silvestre outro, movimento da Pedra do Reino no Município de São José do Belo Monte entre 1936-1838. Na, Comarca de Flores na construção de sua narrativa no Romance da Pedra do Reino. Os dois movimentos messiânicos citados, seus líderes

tada no romance. Na crença popular, difundida após o desaparecimento de D. Sebastião, o rei Português voltaria para instaurar o Quinto Império.

Os movimentos de cunho sebastianista ganharam mais corpo por volta do século XIX, denominados por Isaura Queiroz como movimentos rústicos, feitos pelo homem do campo (QUEIROZ, 1976, p.36). De acordo com Valente, os movimentos messiânicos do século XIX ganharam características próprias, como a ideia de direitos iguais, distribuição de riquezas, ideais de paz e justiça social. Aspectos que são verificados nos movimentos ocorridos no Brasil (VALENTE, 1963, p.14).

Quaderna narra um sertão como um lugar divino, em que cairá por terra toda a iniquidade, porém, cedo ou tarde, Deus fará a devida justiça. De acordo com as profecias do narrador, Dom Sinésio Sebastião, que é a representação de Dom Sebastião, surgiria das ondas do mar com todo o seu exército. Características que estão presentes nos movimentos messiânicos e representadas no romance.

No romance "A pedra do Reino e o Príncipe do Sangue-do-vai e Volta", é perceptível, nas narrativas de Suassuna, a "representação" de suas vivências na infância e ao longo da vida, a exemplo do contato com os violeiros, cordel, suas vivências no sertão do estado da Paraíba, a morte de seu pai, que ele reconstrói no romance. Acerca desta reflexão o historiador Roger Chartier afirmou que todo documento, seja ele literário ou não, é representação do real, que se esforçaria por apreender sob modalidades diversas: filosóficas ou literárias, o real. A oposição entre realidade e representação é assim encarada como primordial para distinguir os tipos de histó-

pregavam o retorno do rei Português D. Sebastião que morreu na batalha, desapareceu em quatro de agosto de 1578, na guerra de Alcácer-Quibir no Marrocos.

ria e ao mesmo tempo discriminar tipos de textos (CHARTIER,1990, p.63).

De acordo com Isaura Queiroz o “messias” é sempre o “anunciado” por um personagem anterior (pré-messias) que lhe profetiza a vinda ou, ele mesmo aparece, prega sua doutrina, para em seguida volver trazendo “Novos Tempos”. No romance, Quaderna é “profeta” e “sacerdote” da religião “Católica Sertaneja”, prevê a ressurreição do primo “Sinésio”.

Como podemos ver na obra de Isaura Queiroz, assim como nas representações dos movimentos messiânicos sebastianistas do romance de Suassuna, estes indivíduos que se dizem “profetas”, têm características em comum. São indivíduos que acreditam ter poderes sobrenaturais, que só os adeptos se salvarão das futuras catástrofes, buscam desencantar um reino ou fundar uma cidade santa. Estes movimentos messiânicos da Serra do Rodeador, Paraíso Terrestre, o movimento de Juazeiro assim como o de Canudos, acreditavam serem reinos celestiais presentes neste mundo, lugares de paz, lugares habitados por santos, e as pessoas teoricamente são felizes. (QUEIROZ, 1976, p.55).

Na crença portuguesa, D. Sebastião voltaria para instaurar o “Quinto Império do Mundo”; para os portugueses D.Sebastião ressuscitaria e recuperaria a coroa Portuguesa. Essa crença chegou ao Brasil através dos colonizadores portugueses, em especial pelos “cristãos-novos” (HERMANN, 1998, p.121).

Portanto, no “Romance d’A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do vai-e-volta”, a representação do Quinto Império está apenas no plano literário e seria construído com base na cultura popular. Na crença messiânica “o Quinto Império” é a vinda de um messias, que restabelecia um “paraíso na terra”, para trazer a vitória do bem sobre o mal ou para corrigir as imperfeições do mundo. O messianismo acredita

na vinda de um ser enviado pelo divino, encarregado de trazer a felicidade, a igualdade e a paz e acabar com as injustiças sociais. A figura do profeta é posta como guia espiritual que orienta seus fiéis. Nas narrativas de Quaderna, Sinésio é representado como a esperança do povo sertanejo, a reencarnação de D.Sebastião.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Joel Carlos de Sousa. **Os Filhos da Lua**: Poéticas Sebastianistas na Ilha dos. Lençóis-MA. Dissertação apresentada por: Joel Carlos de Souza Andrade. Disponível em www.historia.ufc.br/admin/upload/Dissertacao%20Joel.pdf. Acessado em agosto de 2013.
- CARDOZO, Maria Inez Pinheiro. **Cavalaria e Picaresca no Romance d' A Pedra do Reino de Ariano Suassuna**. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas. Programas de Pós- Graduação em Letras e Língua Espanhola e Inglês. São Paulo.02/2011. Disponível www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-16062011-132209/. Agosto de 2013.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. **Defesa e ilustração da noção de representação**. Fronteiras, Dou-rados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Pag 16-17. Disponível em www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/.../955. Acessado em Julho 2013.
- FONTANA, Mônica. Sebastianismo em Pernambuco: memória dos movimentos da Serra do Rodeador e da Pedra do Reino. Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres, do **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/104244627642445520103256149235606801672.pdf>. Aces-sado em Agosto de 2013.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das letras. 1991.

- _____. **Olhos de Madeira:** nove Reflexões sobre a distância/ Carlos Ginzburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- GODOY, Márcio Honório de. **Dom Sebastião no Brasil.:** Fatos da cultura e da comunicação em tempo/espaço/ Marcio Honório de Godoy- São Paulo:Perspectiva; Faspesp;2005- Khronos;25.
- HERMANN, Jacqueline. **No Reino do Desejado** – A Construção do Sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- LEENHARDT, Jacques. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Discurso Histórico e Narrativa Literaria/** Jacques Leenhardt, Sandra Jatahy Pesavento (orgs). Campinas- SP: Editora da UNICAMP,1998.
- MARTINS, Josefrania Vieira. **O reino encantado do sertão:** uma crítica da produção e do fechamento da representação do sertão no romance de Ariano Suassuna. -2011, 207 pag. Disponível em http://btdtd.bczm.ufrn.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4961. Acessado em Julho de 2013.
- OLIVEIRA, Cintya Quelly Barroso. **O sagrado e o profano N’Pedra do Reino;** O Riso residual do Medievo. Dissertação apresentada no Programa de Pós- Graduação em Letras, pela Universidade Federal do Ceara. 2009. Disponível www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/.../2009_DIS_CKBOLIVEIRA.pdf. Acessado em Julho de 2013.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo.** (por) Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2ª Edição. São Paulo. 1976.
- SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Em demanda da Poética Popular:** Ariano Suassuna e o Movimento Armorial/ Idelette Muzart Fonseca dos Santos – 2ª edição. Ver- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.
- SANTOS, Tania Lima do. **A (re)escritura mítica do sebastianismo no Romance D’a pedra do reino, de Ariano Suassuna.** Tania Lima dos Santos- João Pessoa, 2009. Disponível em www.cchla.ufpb.br/ppgl/images/pdf/tania.PDF. Acessado em Agosto de 2013.
- SUASSUNA, Ariano. **Romance d’a Pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai-e volta.** 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio,1972.
- VALENTE, Waldemar. **Misticismo e Região** (aspectos do Sebastianismo Nordestino) Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Ministério da Educação e Cultura. Recife, 1963.
- VASSALO, Lygia. **O sertão medieval:** origens europeias do teatro de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- VIERA, Padre Antônio. **Sermões,** Porto, Lello e Irmão, vol. I, tomo II, 1959.

**ARTES DE ESCREVER
HISTÓRIAS E RELIGIÃO**

AS PRÁTICAS DAS CRISTÃS-NOVAS DENUNCIADAS E CONFESSADAS NO LIVRO DAS DENUNCIÇÕES E CONFISSÕES DE PERNAMBUCO¹

Priscila Gusmão Andrade
UFCG ²

Muito trabalhado é o tema da Inquisição na história, seja na historiografia internacional ou na do Brasil. Inúmeras páginas já foram escritas sobre a temática no passado e revisitadas pelos historiadores que se seguiram. A grande maioria desses trabalhos se centra na Inquisição Moderna, ou Inquisição Ibérica que se iniciou em 1478 na Espanha e em 1536 no país lusitano.

O grupo dos cristãos-novos está entre os mais perseguidos pela Inquisição portuguesa, a presença do cristão-novo e suas possíveis práticas judaizantes tornaram abundante o trabalho dos inquisidores, tanto no reino português como em suas possessões além-mar. Entre as possessões além-mar de Portugal, somente em Goa havia um Tribunal Inquisitorial instituído, mas houve diversas visitas às outras localidades administradas pela Coroa, e, assim, na América portuguesa. É da Primeira Visitação Oficial da Inquisição

¹ Artigo produzido a partir de pesquisas feitas para trabalho de conclusão de curso e orientado pela professora Doutora Juciene Ricarte Apolinário.

² Aluna da Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, membro bolsista do Programa de Educação Tutorial de História.

e da perseguição que vai ser feita contra as mulheres cristãs-novas nessa Visitação que vamos falar nesse artigo.

Vamos mostrar a importância que tiveram as mulheres para a manutenção do judaísmo, ou de um judaísmo possível, no seio de suas famílias. Fazemos, de antemão uma ressalva, de que nem todas essas mulheres cristãs-novas cometiam práticas judaizantes, e de que o judaísmo praticado pelas mesmas não era um judaísmo tradicional, mas sim um judaísmo possível, em meio às proibições e perseguições presentes na América portuguesa.

No dia 9 de junho de 1591, chega ao Brasil o Deputado do Santo Ofício Heitor Furtado de Mendonça, aportando na Bahia, onde ficou até 02 de setembro de 1593 e depois partindo para Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, sucessivamente, para voltar à Portugal no ano de 1595. O visitador veio ao Brasil como representante oficial da Inquisição para escutar os crimes que se enquadravam na alçada do Santo Ofício, mandar para o reino os maiores casos e julgar por aqui as transgressões tidas como mais leves.

A presença de Heitor Furtado nas capitanias do Nordeste açucareiro é inaugural enquanto visitação do Tribunal às terras brasílicas, marcando um momento de diversas denúncias e confissões de crimes atinentes ao Santo Ofício. Pensar a chegada do visitador a essas partes   levar em considera o o sentimento que se apossou dos cristãos-novos que aqui estavam "mais preocupados com o resguardo que a distância de Portugal poderia lhes proporcionar" (SILVA, 2007, p. 14), e assim podiam produzir rela es e vivências que não eram possíveis em meio às pressões presentes no reino.

Diversas foram as pessoas que se dirigiram   mesa do Visitador Heitor Furtado, quando o mesmo chegou às localidades de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, tanto no tempo

das graças³, como depois, para denunciarem seus vizinhos, parentes, amigos, conhecidos, e até mesmo desconhecidos contra o crime de judaísmo.

Denúncias feitas por haverem presenciado alguma prática de judaísmo, por saberem que era de “pública fama” que aquele denunciado tinha tal costume ou por alguém lhe ter contado que viu determinado indivíduo cometendo alguma prática nefanda. Entre essas denúncias, as que se apresentaram contra as mulheres não se mostraram um número inexpressivo, Assis afirmou:

Se, no contexto da visitação, as denúncias envolvendo cristãos-novos acusados de judaísmo representam destaque significativo no total de acusações, o número, dentre eles, de mulheres delatadas não seria desprezível – fato que comprova o papel de destaque reservado à mulher para a divulgação criptojudáica (2012, p. 279-280).

Essas mulheres se mostraram enquanto figuras fundamentais para a transmissão desse judaísmo oculto, ou criptojudáismo. Em meio ao monopólio católico, sua atuação no interior do lar, na privacidade da casa, foi de fundamental importância para a manutenção de práticas judaicas. Novinsky argumentou:

³ O tempo de graça era o período de trinta dias, onde a Inquisição, antes de iniciar suas atividades contra a heresia, publicava os “Editos de Graça”, onde quem fosse confessar suas culpas e denunciar as que soubessem, recebia indulto e ficaria livre da confiscação de bens. Elias Lipiner escreveu sobre o **tempo da graça**: “Era, segundo o édito da Inquisição de 20 de outubro de 1536, o período de trinta dias “em que os culpados seriam absolvidos das censuras e penas de excomunho maior, com penitências saudáveis para as suas almas” [11-IV, 216]. A absolvição, prometida durante os trinta dias de graça marcados no edital, não era absoluta. Dependia do ânimo puro e sincero do confidente” (1977, p.130).

Mulheres cristãs-novas apresentaram no Brasil uma resistência passiva e deliberada ao Catolicismo. Foram prosélicas, recebiam e transmitiam as mensagens orais e influenciavam as gerações mais novas. O Judaísmo persistiu no Brasil durante 285 anos como expressão religiosa e como mentalidade, [...] Dois fatores foram fundamentais: a mulher e a Memória. Os Inquisidores sabiam que as mulheres eram as principais transmissoras da heresia judaica e logo nos primeiros interrogatórios lhes propunham a questão: quem foi que lhes ensinou? (1995, p. 554- 555).

Percebemos assim a importância dessas figuras para a transmissão dessa religião oculta, como por exemplo, com a figura de Branca Dias⁴, que foi denunciada treze vezes ao visitador por práticas judaicas, mesmo já estando morta quando Heitor Furtado chegou a Pernambuco, e que entre as denúncias contra a mesma, em muitas estava a cometer práticas heréticas na presença de ou com sua família. Como podemos perceber na denúncia de Isabel Frasoa contra Branca Dias e suas filhas:

e nos ditos sabbados se fechavão a ditta Branca Dias com as ditas suas filhas todo o dia pella menhaã até á noite, e não trabalhavão, e mãodavão as moças que aprendiam pera su-

⁴ Branca Dias foi a mulher que teve o maior número de denúncias na Visitação à Pernambuco, seu nome ultrapassou as páginas dos livros da Inquisição e teve vários historiadores e literatos que se interessaram por sua história, e se não escreveram livros exclusivos sobre a mesma, a citaram ao longo das páginas de suas obras. Na historiografia temos, por exemplo, os trabalhos de Elias Lipiner, *Os Judaizantes nas capitânicas de Cima*; Evaldo Cabral de Mello, *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*; Mirella de Almeida F. Guerra, *Branca Dias: A fé da intolerância e a intolerância da fé*. Na literatura podemos exemplificar os trabalhos de José Joffily, *Nos tempos de Branca Dias*; de Arnaldo Niskier, *Branca Dias: o martírio*; ou a famosa peça de Dias Gomes, *O Santo Inquirido*. Entre outros tantos números de trabalhos que se interessam em falar da matriarca.

as casas nos ditos sabbados e algumas vezes as mãodavão pera hum quintal a folgar, outros si vio que as ditas Branca Dias e suas filhas trabalhavão nos domingos [...] e somente guardavão os sabbados não trabalhando nelles como ditto tem. ⁵

Uma das práticas mais denunciadas era a de se guardar o sábado, que é um indício do *Shabat* para os judeus, e que para eles é exatamente o descansar no sábado. De acordo com Michael Asheri o *Shabat* é o sétimo dia da semana, e começa ao pôr do sol de sexta-feira, terminando no pôr do sol do sábado. O mesmo coloca:

A razão pela qual o *shabat*, assim como todos os outros dias, é contado a partir do pôr-do-sol do dia “anterior” está nos versículos iniciais da Torá, onde a criação do mundo é descrita: “E foram a noite e a manhã o dia primeiro” (Gn 1, 5). A noite vem antes da manhã, no computo do dia (1995, p.125).

Segundo Tova Sender parece ser o mais importante dos 613 mandamentos, e que é mencionado nas duas versões dos dez mandamentos, seja por associação à criação do mundo em Êxodo (20:8) e assim ao evento divino, seja por associação à saída dos escravos do Egito em Deuteronômio (5:12) e, assim, a simbolização do final de uma fase e início da outra. (2001, p. 30-31).

Precisamos, aqui, fazer uma ressalva a respeito da ideia de privacidade no Brasil. Em tempos que era colônia de Portugal, não havia um interior doméstico privado na forma como conhecemos hoje, sobre esse assunto Vainfas nos elucidada:

⁵ Isabel Frasoa contra Branca Dias, suas filhas e outras pessoas, *PRIMEIRA, Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco 1593-1595*. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. 509+158p. Il. (Coleção Pernambucana - 2ª. Fase, 14). P. 44-47.

As condições histórico-sociais do “viver em colônias” (Vilhena) conspiravam, pois, contra a ocorrência de qualquer privacidade no Brasil dos primeiros séculos [...] Faz-se necessário, portanto, divorciar, no caso da América portuguesa, a ideia de privacidade da ideia de domesticidade. As casas coloniais fossem grandes ou pequenas, estavam abertas aos olhares e ouvidos alheios, e os assuntos particulares eram ou podiam ser, com frequência, assuntos de conhecimento geral (1997, p. 226- 227).

Podemos, assim, exemplificar o que Vainfas nos colocou, com os vários denunciantes que se dirigiram a Heitor Furtado com histórias de “pública fama” ou com pessoas que denunciavam seus vizinhos, por o observarem de suas casas, como no caso de Antonia Bezerra contra Inez Fernandes:

e de dentro de sua casa pelas janelas vee o que se faz dentro na casa do dito Balthesar Leitão e quando ela casou e veo para a dita era viva Ines Fernandes cristaã nova molher do dito Balthesar Leitão [...] e vio que a ditta Ines Fernandes em todo o dito tempo de três anos os sabbados que erão dias de trabalho guardava estando sempre nelles deitada em huã rede lendo por livros sem fazer outro nenhu serviço. ⁶

Percebemos que a denunciante, desde que se mudou para a vizinhança de Inez Fernandes, a observava dentro de casa, estava prestando atenção em seus costumes no interior do lar. Inez Fernandes é também acusada por guardar os sábados, assim como sua mãe, Branca Dias, que já foi citada anteriormente. Inez é denunciada cinco vezes, principalmente pela guarda dos sábados, em denúncia feita por Isabel de Lamas, contra Branca Dias, Inez Fernandes, e outros filhos da mesma, a denunciante vai apontar:

⁶ Antonia Bezerra contra Inez Fernandes, idem, p. 65- 66.

que a ditto Branca Dias e suas filhas a saber Inez Fernandes que já então era casada com Balthesar Leitão e Vilante Fernandes que já era casada com Joam Pireira, e Guimar Fernandes que já era casada com Francisco Frazão, [...], e Bento Dias Santiago parente delas que era casado em Portugal onde depois morreo, se ajuntavão em casa da ditto Branca Dias e as ditas suas filhas e o ditto parente hiam de suas casas ajuntar se com a ditto Branca Dias na ditto sua casa certas vezes na semana [...] e se recolhiam em cima no sobrado levando consigo sempre pera cima outra filha da mesma Branca Dias chamada Beatriz Fernandes que dalcunha chamavão a Velha [...] a ditto Branca Dias lhes mandavão que fossem lavrar e folgar na ditto ora e tempo em quanto estavam fechados como ditto he, e isto vio no ditto espaço que sérvio na ditto casa todas as semanas quando estavam nessa vila.⁷

A partir da denúncia de Isabel de Lamas podemos perceber que a matriarca da família Fernandes não só guardava os sábados como estava em companhia de suas filhas e parentes nesses momentos. Mesmo já estando suas filhas casadas e residentes em outros domicílios, se dirigiam à casa de sua mãe para o encontro no sábado, e mantinham as práticas aprendidas com sua progenitora, em suas casas, como na denúncia contra Inez Fernandes, citada anteriormente.

Entre os filhos de Branca Dias e seu marido Diogo Fernandes, foram denunciados seis, de um total de onze descendentes. Na maior parte das denúncias que envolvem Branca, suas filhas estão diretamente envolvidas. Funcionava, em sua residência, uma escola de ensinar meninas a cuidar da casa, pertencendo a essas meninas as denúncias mais detalhadas sobre os hábitos que envolviam a mesma, fazendo-nos se perguntar até onde ia a preocupação da matriarca

⁷ Isabel de Lamas contra Branca Dias e suas filhas Inez, Violante e Guimar Fernandez, e Bento Dias Santiago, idem, p. 181- 183.

em esconder suas práticas judaicas. Em denúncia de Maria Lopes a Branca e suas filhas, a mesma diz:

E denunciando disse que averá trinta e sinquo annos sendo ela moça de oito annos pouco mais ou menos [...] hia aprender a coser e lavrar a casa de Diogo Fernandes e sua molher Branca Dias cristãos novos, com huã sua filha chamada Ines Fernandes [...] e sua molher Branca Dias que nos mais dias de semana costumava fiar, dobar e sarilhar, e nas tardes de sextas feiras, e nos sabbados inteiros folgava e sua mestra sem fazer nada de trabalho, e a dita sua mestra Ines Fernandes e outra sua irmã Beatriz Fernandes [...] e no ditto tempo avia tambem em casa outras moças pequenas, irmãs da dita sua mestra as quais tãobem nas ditas tardes das ditas sextas feiras e sabbados inteiros não trabalhavão nem lavravão nem cosiam [...] respondeo que nas ditas sextas feiras a tarde mãodava a ditta Branca Dias sempre alimpar os candeeiros e por lhes torcidas novas e lançar-lhes azeite limpo.⁸

A prática de limpar os candeeiros e lhes colocar azeite novo também se relacionava ao *Shabat*, a esse respeito Assis escreveu “As duas lâmpadas do Shabat são acesas como sinal do início da guarda do sábado, e representam as duas referências sobre a data no Decálogo” (2012, p. 297).

Foram denunciadas vinte e sete, e confessas cinco cristãs-novas nas Denúncias a Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, entre muitas denunciadas por seus maridos, filhos, filhas e enteados. Nestas, mães e filhas são denunciadas em conjunto ou em separado e algumas das mulheres que se confessaram, diziam ter exercitado tal prática por verem suas mães ou avós a praticarem.

Uma das denúncias mais detalhadas contra uma cristã-nova por práticas judaicas é a de Barbara Castelhana, contra

⁸ Maria Lopes contra Diogo Fernandes, sua mulher Branca Dias, suas filhas Inez Fernandes, Beatriz Fernandes, Felipa da Paz, Isabel Fernandes e Andressa Jorge e seu filho Jorge Dias da Paz, Idem, p. 149- 153.

sua madrasta Branca Mendes. A denunciante morou com sua madrasta dos cinco aos treze anos de idade, e detalhou práticas como alimentação, luto, entre outras, de Branca Mendes. Afirmou:

vio que quando morria alguma pessoa em sua casa como foi quando morreo hum negro chamado Gonsallo e outro Fernão, e outros, e assi quando morria alguma pessoa na villa mandava lançar fora toda agoa dos potes que em casa avia, e depois de os defuntos enterrados mandava vazar os potes perguntada alguãs vezes pelos filhos que erão meninos porque a mãodava vazar respondia que não era bom beber aquela agoa por que morreo tal pessoa, [...] e assim mais vio que quando Vilante Dias cristaã nova mãi da ditta sua madrasta que com ellas morava das portas a dentro morreo, a ditta sua madrasta depois dela morta a lavou toda, e antes de lavada lhe cortou as unhas das mãos e dos pes e as embrulhou em hum pano novo que por ella denunciante mãodou buscar o qual atilho das unhas lhe meteo na mão e assim a amortalhou e quando a dita sua mãe morreo mandou também lançar fora a agoa dos cântaros de casa [...] e assim vio mais que nos oito dias ou semana seguinte depois da morte da velha não comerão a ditta sua madrasta e suas irmãs e irmão carne, senão peixe e mandando o pai della denunciante cozinhar carne a não quizerão comer senão peixe, e assim vio mais que sempre a ditta madrasta guardava os sabbados sendo dias de trabalho e nelles não fiava nem cosia, nem fazia outros serviços que era costumado fazer nos dias da semana.⁹

Podemos perceber que diversas foram as acusações feitas por Barbara Castellana contra sua madrasta, como a prática de jogar fora a água dos canteiros, quando morria alguém em casa. O costume de jogar fora a água dos potes quando morria alguém no interior do lar está ligado à pureza da casa. A esse respeito escreveu Elias Lipiner:

⁹ Barbara Castellana contra Branca Mendes, *idem*, p. 99- 103.

O monitório de 1536 determinava que fossem denunciados ao Inquisidor, como judaizantes as pessoas que “*derramavam e mandavam derramar a água dos cântaros e potes quando alguém ou alguma morre,*” [...] O costume de vaziar fora a água dos cântaros por morte de alguém em casa era considerado pelos Inquisidores como principal rito judaico, e por meio dele costumava a população de cristãos velhos identificar os cristãos-novos (1977, p. 59- 60).

Atentemos também para a atitude de dizer a seus filhos que não era bom beber aquela água, ou seja, repassando aos mesmos um costume judaico, mesmo estando Branca Mendes dentro da casa de um cristão-velho e sobre o olhar vigilante de sua enteada. Se a denunciada explicou ou não aos seus filhos a origem do costume, não sabemos, mas imaginamos que é uma prática provavelmente aprendida com sua mãe, pois o sinal de luto judaico, ou *shivva*, que é o período de luto de sete dias dos judeus (ASHERI, 1995) é seguido por todas as suas irmãs e irmão.

E também suspeita a atitude de Branca Mendes, de cortar as unhas dos pés e mãos do cadáver de sua mãe, “*embruilhar*” em um pano novo e guardar. Pois segundo Assis, está presente no monitório de 1536 como prática judaizante e trata-se de uma antiga superstição judaica que recomenda não jogar fora o aparo das unhas, senão, guardá-los (2012, p. 208). Fazendo-nos novamente indagar com quem a denunciada aprendeu tal prática.

A matriarca Gracia Fernandes seria denunciada por seu filho Gaspar do Casal, por não comer coelho nem enguia, e, em seguida, o filho do mesmo denunciaria sua mãe e irmãs, Isabel do Casal, Maria e Luisa do Casal, também por não comerem enguia. Os denunciantes justificam o costume de suas parentas, como sendo um ato de nojo, e não de prática judaica. Mas nos perguntamos se seria mesmo um ato de “*nojo*” que todas as mulheres da família, desde a avó até as

netas, não comessem o mesmo alimento que era proibido entre os judeus.¹⁰ O neto de Gracia Fernandes, ao denunciar sua mãe e irmãs vai assim dizer:

e que vio alguãs vezes não lhe lembra quantas nem em que dias aver em casa coelho e enguias, pera comerem e comendo-se em casa a ditta sua mãi nunca o quis comer nem comeo, dizendo que não comia coelho nem enguia por que lhe tinha nojo. E outrosi vio que sua irmã que óra está casada com Ignacio do Rego fregues da Varzea sendo solteira em casa também não comia enguia avendo a pera de se comer em casa [...] vio que suas irmãs maiores de doze annos, Maria e Luiza solteiras que estão em casa do ditto seu pai tão-bem avendo em casa enguia pera comer a não comiam, dizendo todas que não comiam enguia por que era peixe feo e nojento.¹¹

O ato de não comer coelho ou enguia, está ligado à tradição judaica, o judaísmo permite que apenas peixes com barbatanas e escamas de fácil limpeza sejam consumidos, e também o consumo de carne pelos judeus está sujeito a determinadas regras: só é permitido o consumo de animais de sangue quente e que tenham os cascos naturalmente fendidos, são os animais *Kosher*, mas os animais considerados *tref*, não são comestíveis, entre eles os coelhos (ASHERI, 1995, p. 112- 115).

Francisco Soares, também denuncia sua mãe Maria Alvares e sua irmã Guiomar Soeiro por jogarem fora a água do pote após a morte de uma escrava¹², Guiomar Soeiro iria se confessar, ainda no tempo das graças, e diria que mandou

¹⁰ Gaspar do Casal contra sua mãe Gracia Fernandes e sua irmã Isabel do Casal, idem, p. 147- 148.

¹¹ Antonio Leitão contra Gaspar do Casal e Gracia Fernandes, seus paes, Isabel do Casal, Maria e Luisa suas irmãs, idem, p. 153- 154.

¹² Francisco Soares contra sua mãe Maria Alvares e sua irmã Guimar Soeiro, idem, p. 373- 374.

“vazar fora a água dos potes” e que havia aprendido isso com sua mãe Maria Alvares, vai dizer:

E confessando disse que depois de ser casada, haverá ora oito anos, lhe morreu em sua casa uma negra brasileira chamada Cecília e depois de a levarem a enterrar, logo como a levaram mandou ela confessante vazar a água dos potes da cantareira da sua sua câmara, de que ela confessante bebia, e mandou trazer água fresca da fonte. [...] E perguntada mais, disse que a dita sua mãe sempre, tôdas as vêzes que lhe morriam escravos da porta a dentro em casa, mandava botar a água fora dos potes e trazer água nova da fonte, e que quando morriam alguma pessoas brancas, como eram suas irmãs ou outras algumas, não lhe lembra se mandava então botar a água fora também, e que o sobredito fazia por ser mulher nojenta, e que a ela confessante lhe não morreu em casa ninguém outrem mais que a dita Cecília.¹³

Também sua irmã Branca Ramires, iria se confessar, ainda no tempo das graças, pela mesma prática herética, e diria:

E depois dêle morto, estando êle inda em casa, antes de o levarem a enterrar, ela mandou vazar fora a água dos potes da cantaneira da sala, donde ela confessante bebia. [...] respondeu que antes dela casar, estando em casa de seu pai e mãe, viu uma ou duas vezes que morrendo em casa escravos a dita sua mãe, Maria Alvares, mandou lançar água fora dos potes, dizendo que tinha nojo e asco daquêles defuntos, e que dali lhe ficou a ela confessante fazer o mesmo.¹⁴

As irmãs confessantes se justificaram como não sabem que era prática judaica jogar fora a água dos potes, e que só o fizeram por nojo e não por “cerimônia”. Fosse verdade

¹³ Confissão de Guiomar Soeira, filha de Simão Soeiro, Cristão Novo, na Graça, idem, p. 108-109.

¹⁴ Confissão de Branca Ramires, Cristã Nova que tem parte de Cristã Velha, na Graça, idem, p. 106-108.

ou mentira que as irmãs não sabiam que esse era um costume judaico, elas o faziam por tê-lo aprendido com sua mãe, e essa muito provavelmente o herdou de seus antepassados judeus.

Percebemos então, a partir das pistas deixadas pela documentação, o papel essencial dessas mulheres para a manutenção da Lei de Moisés, repassando determinados costumes do judaísmo a seus filhos no interior de seus lares, e sendo insistentemente denunciadas no período em que o Visitador chegou a Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, pelas pessoas com que conviveram por toda sua vida.

REFERÊNCIAS

- ASHERI, Michael. **O judaísmo vivo:** as tradições e as leis dos judeus praticantes. 2^oed. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- ASSIS, Angelo Adriano Farias de. **Macabeias da colônia:** Criptojudaísmo Feminino na Bahia. São Paulo: Alameda, 2012.
- PRIMEIRA, Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil:** Denúncias e confissões de Pernambuco 1593-1595. Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. 509+158p. Il. (Coleção Pernambucana – 2^a. Fase, 14).
- LIPINER, Elias. **Santa Inquisição:** terror e linguagem. Rio de Janeiro: Documentário, 1977.
- NOVINSKY, Anita W. O papel da mulher no cripto-judaísmo português. In **Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres.** O rosto feminino da expansão portuguesa. Congresso Internacional. Lisboa, 1994. Lisboa, 1995, pp. 549-555.
- SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e. **Modos de Pensar, Maneiras de Viver:** Cristãos-Novos em Pernambuco no século XVI. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- VAINFAS, Ronaldo. Moralidades Brasileiras: Deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

EUSÉBIO DE CESARÉIA; UM BISPO APOLOGISTA EM DEFESA DA FÉ E DOS VALORES CRISTÃOS

Silvanio de Souza Batista
(UFCCG)¹

Este artigo analisa as obras *História Eclesiástica e Vida de Constantino* de autoria do bispo palestino Eusébio de Cesaréia. Tem como objetivo principal destacar o caráter apologista² de sua escrita, com ênfase para a narrativa sobre o imperador Flávio Constantino I, bem como para a importância de Eusébio de Cesaréia enquanto escritor cristão que contribuiu para a história do cristianismo dos primeiros séculos.

Entende-se aqui o sentido de fonte na esteira de Antonio Celso Ferreira, e seu texto, fonte fecunda, que assegura “a ampliação do repertório das fontes históricas e a metamorfose do próprio conceito de fonte inseriram-se no crescente movimento de renovação da historiografia no século XX, ocorrido primordialmente na França, mas com repercussões

¹ Silvanio Souza Batista. Graduando do programa de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG). Membro Bolsista do Programa de Educação Tutorial de História – PET-História-UFCCG e do Grupo de Pesquisa em Estudos Culturais da UFCCG.

² O termo apologista se refere aos escritores do Mundo Antigo que, em sua grande maioria, tinham as obras encomendadas por figura célebres, a exemplo imperadores, cujo principal objetivo era a exaltação de suas obras e feitos governamentais, assim como pessoais.

em vários outros países, incluindo o Brasil³". O recorte espacial se detém aos domínios territoriais do Império Romano, concentrando-se nos anos de 306-337, período do governo de Constantino.

Eusébio nasceu em Cesaréia, na Palestina, por volta do ano de 260-265 d.C. Foi escravo antes de ser discípulo de Pânfilo, tendo alcançado a liberdade por concessão de seu mestre⁴. Ele possui uma quantidade considerável de trabalhos publicados, desde as obras que estão sendo estudadas neste artigo às de caráter exegeta, teológico e históricas etc. Até o ano de 339, Eusébio viveu em sua cidade natal, Cesaréia, e faleceu pouco tempo depois da morte do imperador Constantino (ocorrida em 337), com quem teve uma amizade bastante profícua e duradora⁵.

O bispo de Cesaréia é considerado o primeiro autor a escrever uma obra como a História Eclesiástica e fundar o gênero de história religiosa.⁶ Ele tentou fazer, através do seu trabalho infatigável, uma história total das "origens" do cristianismo que, para ele, se iniciou com a narração do mito judaico de criação da terra⁷, perpassando por várias temporalidades – período do cativo dos judeus no Egito, passando pelos profetas⁸ e o período apostólico⁹ – chegava até o seu

³ FERREIRA, A.C. **Literatura**: a fonte fecunda. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T.R. de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 61-91.

⁴ Eusébio. Eusébio, Bispo de Cesaréia, 265-340. **História eclesiástica/ Eusébio de Cesaréia**; São Paulo: Paulus, 2000. (Patrística; 15). Eusébio.

⁵ Marvilla, Miguel. **O Império Romano e o Reino dos Céus**: a construção da imagem sagrada do imperador em De Laudibus Constantini, de Eusébio de Cesaréia (séc. IV d.C.) / Miguel Marvilla. – Vitória: Flor&Cultura, 2007.

⁶ Momigliano, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru, SP: EDUSP, 2004.

⁷ Eusébio. HE 1.1.4.

⁸ Eusébio. HE 1.3.6.

tempo, tentando quantificar e narrar os principais eventos ocorridos no mesmo. Vejamos:

A sucessão dos santos apóstolos, assim como o intervalo de tempo entre o Salvador e nós; a numeração de tantos e tão importantes eventos no curso da História Eclesiástica; quantos nela mencionados presidiram e governaram com destaque as dioceses mais ilustres; em cada geração, quantos foram deputados para ministrar a palavra divina oralmente ou por escrito [...] Sou, de fato, o primeiro a empreender tal iniciativa, atravessando paragens ínvias e ainda não trilhadas¹⁰.

Eusébio de Cesaréia se destacou enquanto historiador eclesiástico pelo seu método de erudição histórica e de trabalho com as fontes. Ele deu ênfase à documentação factual, ou seja, enquanto a tradição antiga – Heródoto, Tucídides¹¹, etc – produzia as suas histórias dando mais ênfase ao que se havia visto e ouvido, o bispo de Cesaréia lançou mão de documentos escritos. Para Heródoto, a narrativa histórica deveria ser projetada a partir do recuo a poucas gerações anteriores ao fato narrado e no alcance daqueles que teriam participado da vivência do fato, articulando a isso o movimento retórico.

Eusébio seguiu um caminho diferente: os vários documentos aos quais teve acesso – cartas eclesiásticas e imperiais, editos, testemunhos de mártires etc –, foram utilizados para compor as suas histórias, passando a ser elemento vital para a consecução de sua empreitada: “Colherei nesta espécie de prado espiritual as passagens mais apropriadas dos

⁹ Eusébio. HE 2. 1.14.

¹⁰ Eusébio. HE 1.1.1-3.

¹¹ Della Torre, Robson Murilo Grando, **A atuação pública dos bispos no principado de Constantino**: as transformações ocorridas no Império e na Igreja no início do século IV através dos textos de Eusébio de Cesaréia / Robson Murilo Grando Della Torre. Campinas, SP, 2011.

autores antigos, tentando reuni-las organicamente numa descrição histórica".¹²

Devido ao seu pioneirismo na metodologia do trabalhar e manusear as fontes influenciando e constituindo escolas de inúmeros escritores dos séculos posteriores – Sócrates Escolástico, Teodoreto de Ciro, Sozomeno¹³ etc –, e também à escrita da história eclesiástica, o bispo de Cesaréia foi colocado na condição primeira de iniciador da história dos pais da Igreja.

Segundo Eusébio, a obra *História Eclesiástica*, cuja primeira parte (os sete primeiros livros) foi escrita antes do governo de Constantino, e a segunda (os três últimos) a partir da perseguição de Diocleciano, e onde o bispo narra os fatos ocorridos até por volta do ano de 324, quando ainda não tinha acontecido o Concílio de Nicéia¹⁴, é um trabalho mais completo que as suas Crônicas anteriores; "Nas Crônicas que

¹² Eusébio. HE 1.4.

¹³ Momigliano, P. 193.

¹⁴ Este Concílio ocorreu na cidade de Nicéia, no ano de 324, e teve como principal elemento de discussão a controvérsia ariana. Dois grupos constituíam o centro acalorado do debate. Os que defendiam a trindade, tendo como expoente máximo Alexandre, bispo de Alexandria e seu seguidor, Santo Atanásio, que, no Concílio, desempenhou um papel mais nos bastidores, todavia indispensável para a vitória da causa da doutrina. E, do outro lado, o grupo era formado pelos mais eruditos, que teve como figura central o bispo Ário de Alexandria, difusor do arianismo – ideia que apregoava que o pai e o filho não possuíam a mesma natureza de formação, ou seja, o Deus pai teria formado o filho posteriormente – juntamente como outros bispos conhecidos da época, como é o caso de Eusébio de Nicomédia, Paulino de Tiro, Narciso de Nerônias e o próprio Eusébio de Cesaréia. Para obter mais detalhes sobre o Concílio, vide Eusébio, Bispo de Cesaréia, **Vida de Constantino**. Editora Gredos, 2010. 3.4-24. Como também a introdução do livro: Santo, Atanásio, 295-373. **Contra os pagãos; A encarnação do verbo; Apologia ao imperador Constâncio; Apologia de sua fulga; Vida e conduta de S. Antão**. São Paulo, 2002. – (patrística; 18).

elaborei anteriormente, fiz um resumo de acontecimentos, dos quais agora me proponho da uma descrição bem completa¹⁵”.

Robson Murilo Grando Della Torre em seus comentários sobre a História Eclesiástica e sua diferenciação das Crônicas afirmou:

Na verdade, esta afirmação está correta apenas em parte, pois Eusébio se ocupa apenas de história posterior à Encarnação nesta segunda obra, concentrando-se sobre a história imperial romana, sobre o fim da independência do povo judeu e principalmente, como já sugerido no título, sobre a história do cristianismo entendido como igreja¹⁶.

A obra *História Eclesiástica* também enfatiza a cópia da carta imperial pela qual se concedeu bens às igrejas para que elas, além da sua estrutura física, tivessem bens materiais para a sua manutenção e expansão. Trabalha o tratamento diferenciado que os bispos recebiam do imperador, como é o caso das isenções de vários tipos de impostos que eram inerentes aos cargos públicos, chegando os bispos a ter um status social e político comparável aos dos senadores romanos, visto que estes também gozavam dos mesmos privilégios.

Também destaca os benefícios que o imperador trouxe para os súditos do poder romano, a exemplo de muitos cristãos que receberam indenizações pelos maus-tratos e perseguições que sofreram ao longo do período que antecedeu a sua vitória.

Quanto à obra *Vida de Constantino*, constitui-se num panegírico produzido com o intuito de exaltar e louvar a figura do imperador romano, encomendado logo após a morte do soberano em 337, pelos seus filhos Constantino II, Constâncio

¹⁵ Eusébio. HE. 1.1.6.

¹⁶ Della Torre, 2011. P.116.

II e Constante I. O objetivo maior da referida obra seria a realização de uma apologia aos atos e atitudes tomadas por Constantino durante o seu governo, neste caso, dando destaque especial para os seus atos beneméritos em relação aos cristãos, assim como aos seus grandes feitos, fosse na guerra, derrotando os seus inimigos – Maxêncio, Licínio – ou na política, tornando o império novamente forte, pois conseguiu unir a parte ocidental com a oriental, tornando, com isso, o império mais coadunado do ponto de vista administrativo, político e militar.

Eusébio não deixou de narrar a conversão de Constantino: nos momentos que antecedia a batalha da ponte Mílvio, Constantino teve uma visão ao entardecer, onde viu um troféu em forma de cruz com o dizer “*Com éste vence*”¹⁷. Um pouco mais tarde, já noite, o Deus cristão lhe aparecera em sonho: “*Em sueños vio a Cristo, hijo de Dios, com el signo que apareció em el cielo*”¹⁸, ordenando-lhe que reproduzisse o símbolo que viu no céu, pois ele serviria como um bastão de proteção em suas guerras contras os inimigos.

Ouvindo a voz em sonho, Constantino não teve dúvidas e chamou artesãos capazes para fazer a reprodução do símbolo e, após explicá-los o que tinha visto, ordenou que o fizesse todo em ouro e pedras preciosas, a quem o bispo de Cesaréia afirma ter visto com os seus próprios olhos pelo favor de Deus: “*Em certa ocasión, el mismo emperador, y eso por especial favor de Dios, nos deparo el honor de que contempláramos con nuestros ojos*”¹⁹.

¹⁷ Eusébio, Bispo de Cesaréia, **Vida de Constantino**. Editora Gredos, 2010.

¹⁸ Eusébio. VC. p.171.

¹⁹ Eusébio. VC. p.171.

Vida de Constantino também é uma obra bastante conhecida por conter vários documentos imperiais autênticos, totalizando quinze, como nos afirma Robson Murilo;

Essa obra é conhecida por conter diversos documentos autênticos (quinze no total) e diversas informações exclusivas que nos permite reconstruir a carreira política de Constantino e as principais transformações ocorridas nesse período das comunidades cristãs²⁰.

Sendo assim, ela está basicamente dividida em quatro livros, sendo a última parte um apêndice do que poderia ser um quinto livro, ficando apenas como uma extensão do mesmo. Um fator comum que pode ser encontrado em ambas as obras do bispo palestino é quanto às abordagens dos principais grupos religiosos que compunham o império, como é o caso dos judeus, dos tradicionalistas e dos cristãos.

Os judeus não eram bem vistos pelos cristãos, pois, na ótica da cristandade dos séculos posteriores, eles eram os assassinos de Cristo, aqueles que mataram o salvador de forma desonesta e inescrupulosa. Os tradicionalistas eram aqueles que destoavam os valores cristãos, os perseguidores que tantas vezes tentaram dar cabo da fé cristã e dos mártires.

Quanto aos cristãos, Eusébio tratou-os da melhor forma possível; o seu discurso apologético protetor ficou bem claro na maior parte de sua escrita. As únicas divergências e críticas que se vê aos cristãos se dão devido a querelas internas de bispos ou de infiéis que abandonaram a fé para seguir outra religião ou filosofia. Nota-se que a escrita eusebiana foi praticamente toda corroborativa em defesa da fé e dos valores cristãos.

²⁰ Della Torre, 2011. p. 42.

Portanto, a partir das discussões e abordagens inerentes ao Baixo Império Romano, 284-565 d.C., período esse em que se encontram inseridas as obras aqui analisadas resumidamente, conclui-se que elas possuem um valor histórico de extrema importância para o estudo da história do cristianismo antigo. Tal importância se dá, principalmente, no que tange à conversão de Constantino ao cristianismo e à legitimação dada a essa religião. Esse foi um período em que se vivenciou tanto a perseguição, como um resfolegar, culminado na oficialização da religião cristã que, aos poucos, foi ganhando espaço dentro do Império Romano, em maior medida com Constantino.

É preciso deixar claro que Galieno também favoreceu aos cristãos antes de Constantino, por volta do ano de 253 de nossa era. Embora ele não confessasse o credo cristão, reconhecia a existência da religião e não estava disposto a persegui-la. Perseguição esta sofrida pelos cristãos até o cristianismo alcançar o *status* de religião oficial de Roma em fins do século IV, sob o governo de Teodósio no ano 394.

REFERÊNCIAS

- Alencar, Rosane Dias de. **A construção da imagem do governante: uma análise das representações do Imperador Constantino (306-337 D.C.)** / Rosane Dias de Alencar. - Goiânia, 2007.
- Della Torre, Robson Murilo Grandó, **A atuação pública dos bispos no principado de Constantino: as transformações ocorridas no Império e na Igreja no início do século IV através dos textos de Eusébio de Cesaréia** / Robson Murilo Grandó Della Torre. -- Campinas, SP, 2011.
- _____. Della Torre, Robson Murilo Grandó. **O discurso de unidade cristã nos textos de Eusébio de Cesaréia.**
- FERREIRA, A.C. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T.R. de (org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009, p. 61-91.

Marvilla, Miguel. **O Império Romano e o reino dos céus: a construção da imagem sagrada do imperador em De Laudibus Constantini**, de Eusébio de Cesaréia (séc. IV d.C.) / Miguel Marvilla. Vitória: Flor&Cultura, 2007.

MAZZARINO, Santo. **O fim do mundo antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SILVA, Diogo Pereira da. **Os mecanismos de legitimação de Constantino I (306-325)** / Diogo Pereira da Silva - Rio de Janeiro, 2010.

_____. SILVA, Diogo Pereira da. **As abordagens historiográficas sobre Constantino I (306-337): uma revisão**.

Veyne, Paul. **1930- Quando nosso mundo se tornou cristão: (312-394)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Fontes:

Eusébio, Bispo de Cesaréia, 265-340. **História eclesiástica/** Eusébio de Cesaréia; São Paulo: Paulus, 2000. (Patrística; 15).

_____. Eusébio, Bispo de Cesaréia, **Vida de Constantino**. Editora Gredos, 2010.

Santo, Atanásio, 295-373. **Contra os pagãos; A encarnação do verbo; Apologia ao imperador Constâncio; Apologia de sua fulga; Vida e conduta de S. Antão**. São Paulo, 2002. - (patrística; 18).

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA¹

Jaqueline Leandro Ferreira
(UFCG)

A Teologia da Libertação - TdL foi, na América Latina, uma reflexão sobre o papel da Igreja Católica em um contexto marcado pelas fortes desigualdades sociais. Ancorada em um conjunto de obras e escritos produzidos na década de 1970, teólogos e clérigos passaram a pensar o evangelho a partir de um enfoque que ressaltasse a situação social dos países latino-americanos. A teologia da libertação surgia como resposta de uma sociedade caracterizada pelas disparidades sociais, pela opressão², pelo cerceamento das liberdades individuais, violação dos direitos humanos, etc. A Igreja Católica (na figura de alguns de seus clérigos), até então, indiferente aos problemas sociais desses países, passa por uma mudança substancial ao refletir sobre as lutas de libertação e, principalmente, sobre o abismo que havia entre a fé e a prática libertadora dos cristãos. "As primeiras elaborações da teologia da libertação se fazem quase em curto-circuito com as

¹ Trabalho desenvolvido como parte de uma pesquisa de conclusão de curso. A autora foi orientada pela professora Dra. Marinalva Vilar de Lima.

² É bom lembrar que as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo governo de ditaduras em alguns países latino-americanos, como no Brasil (1964), Bolívia (1971), Peru (1975), Argentina (1976).

exigências políticas da luta libertadora, estabelecidas por uma análise marxista da opressão” (CATÃO, 1986, p.82).

É importante sublinhar, contudo, que essas mudanças não se deram em um curto período de tempo. Alguns posicionamentos foram fundamentais e contribuíram, em maior ou menor medida, para se chegar ao desenvolvimento da Teologia da Libertação. Com a eleição de Leão XIII, como papa, em 1878, emergem novas reflexões quanto ao posicionamento da Igreja Católica frente às problemáticas seculares, e uma maior preocupação com a história dos homens e seus problemas sociais. A encíclica *Rerum Novarum*³ (1891), por exemplo, debate a inclusão da Igreja, ainda que de forma paulatina e tímida, nas relações com a sociedade, com homem e suas dificuldades. Ora, essa encíclica toca em uns dos pontos fundamentais desenvolvidos pela Teologia da Libertação nos anos 1970 do século XX.

Não quero, contudo, afirmar que a reflexão teológica elaborada na década de 1970 se desenvolveu a partir de um caminho direto com a *Rerum Novarum*, mas se faz importante destacar que uma reflexão deste cunho, que parte do mais alto grau da hierarquia católica, o papa, desenvolve uma influência notável no posicionamento de alguns clérigos e teólogos que, mais tarde, se debruçarão de forma intensa sobre essas problemáticas. Em se tratando especialmente de um contexto marcado por desigualdades e injustiças sociais, como é o caso da América Latina, tais reflexões deram margem a novas considerações sobre a Igreja e seu posicionamento no mundo secular: “Aquela carta pontifícia demonstrava o desejo da Igreja em ter uma presença mais positiva no mundo,

³ Em latim a encíclica *Rerum Novarum* significa “Das coisas Novas”. A Carta Encíclica *rerum novarum* do sumo pontífice papa Leão XIII, pode ser acessada através do site da Santa Sé disponível no endereço: <http://w2.vatican.va/content/vatican/it.html> Acesso: 02/05/2014.

expressando a orientação para que os católicos atuassem de maneira cooperativa na construção de um mundo justo (...)” (SILVA, 2008, p.73).

A importância da *Rerum Novarum*⁴ e de Leão XIII, neste sentido, se destaca pela percepção da necessidade de uma nova atitude da Igreja Católica frente ao mundo, enveredando-a em uma nova abertura, conclamando os cristãos a lutar contra as injustiças sociais. Sua significação é, notadamente, uma possibilidade de abertura de um novo horizonte para se pensar o envolvimento da Igreja com a questão social. Ressalta a necessidade de se perceber os problemas sociais a que homens e mulheres, especialmente aqueles menos abastados estavam submetidos. Neste sentido, o documento papal elaborado por Leão XIII remete ao interesse da Igreja sobre as questões que eram consideradas, até então, externas. Para além da preocupação com a alma, a encíclica *Rerum Novarum* atenta para os problemas da sociedade em que estava inserida a Igreja Católica.

O século XX, por sua vez, foi marcado por guerras e pela quebra de paradigmas. Neste contexto, o cristianismo sentia a necessidade de entender como a Europa pôde ter sido palco e objeto de desumanidades tão agudas. Ao cristianis-

⁴ É importante advertir que a importância aqui dada à Leão XIII e à encíclica *Rerum Novarum* não significa afirmar que esta tenha sido a primeira atitude de um clérigo ou da Instituição Católica a pensar problemas seculares. O fato de problematizarmos esse episódio, em especial, se faz por a encíclica *Rerum Novarum* fazer um apelo à defesa dos direitos dos trabalhadores, do combate às injustiças sociais, a convocação dos cristãos (leigos ou clérigos) a lutar pela questão social. Essas questões refletem muito do contexto social do final do século XIX. Segundo Francisco Catão (1986) “A publicação da *Rerum Novarum* abriu conscientemente um novo horizonte, convocando os cristãos a se debruçarem sobre a questão social. Na realidade, muitas iniciativas haviam sido tomadas nesse sentido durante todo o século XIX, mas não chegaram a encontrar em Roma um eco favorável” (CATÃO, 1986, p.21-22).

mo, inclusive, era reservado assumir certa responsabilidade pelo que aconteceu no passado europeu. De uma forma geral suas mais distintas correntes, sejam católicas, luteranas, calvinistas, etc., possuíam alguma culpa pela selvageria que acabara em 1945, já que a religião e seus ensinamentos de amor e respeito ao próximo falharam em impedir a guerra e seus horrores (SILVA, 2008, p. 80).

A partir de então, alguns episódios podem nos ajudar a problematizar o posterior desenvolvimento da Teologia da Libertação. Diríamos que, um dos mais relevantes foi a convocação do Concílio do Vaticano II⁵ pelo então papa João XXIII. Realizado entre os anos de 1962 e 1965. Esse Concílio pretendeu uma renovação da Igreja, discutindo os problemas da humanidade e o papel que a instituição católica deveria desempenhar no mundo moderno. Segundo Catão (1986), o Concílio abandonou explicitamente uma eclesiologia de poder pautado na hierarquia para adotar uma eclesiologia da comunidade, em que a igreja é percebida como a comunidade dos cristãos reunidos em todos os lugares do mundo. Entretanto é importante moderar a afirmação de Catão e questionar sobre a ideia de “abandono” de poder hierárquico. Pois bem, é importante salientar que, por mais que o Vaticano II tenha pensado a Igreja como pastoral e missionária, a estrutura hierárquica católica da Igreja de Roma pouco se

⁵ Quando da anúncio da convocação do Concílio do Vaticano II, se pensou que este seria uma continuidade do Concílio do Vaticano I (1870), convocado pelo papa Pio IX. Segundo Silva (2008) o Vaticano I, caracterizou-se pela reafirmação da unidade da Igreja católica frente ao mundo moderno. Foi nesse momento que foi definido a *infallibilidade papal* – o papa tornara-se infalível quando tomasse decisões dogmáticas, inquestionável. – a força da Igreja católica seria, então, reafirmada, especialmente contra a ciência e sua postura crítica em relação ao pensamento religioso. Neste sentido, o Vaticano I se fecha ao mundo moderno, diferentemente da tentativa feita pelo Concílio do Vaticano II.

modificou. Não estou negando que tais discussões não tenham possibilitado uma mudança substancial na sua forma teológica e prática, como pode ser observado nas Comunidades Eclesiais de Base e no próprio desenvolvimento da Teologia da Libertação, é importante perceber que, enquanto instituição, a Igreja católica mantém, de forma intensa, sua estrutura de poder.

Ao ser questionada sobre sua estrutura hierárquica a Igreja Católica se vê ameaçada, não é de se surpreender que, apesar da evocação do Concílio Vaticano II para uma maior abertura da Igreja ao mundo moderno, sua reação foi dura e inflexível a qualquer tipo de mudança que abale seu poder. Não por acaso, ao interrogar a forma hierárquica da instituição católica romana, frei Leonardo Boff, por exemplo, teve que enfrentar um processo doutrinário que culminou em penalidades e no seu posterior desligamento da Instituição. Ao propor em seu livro *Igreja: carisma e poder* (1982) uma nova forma de ser Igreja, mais participativa e comunitária e menos hierárquica, Boff sofreu duras censuras por parte da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro e de sua instância maior em Roma, a Congregação para a Doutrina da Fé⁶. O próprio Boff destaca na referida obra que, a partir do Vaticano II, teologicamente, o modelo de igreja

⁶ O documento de Recensão de Urbano Zilles, publicado inicialmente no *Boletim da Revista do Clero* e oficialmente assumido pela Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé, foi publicado, junto com a principal documentação concernente ao Frei Leonardo Boff sobre seu livro *Igreja: carisma e poder* (1981) e a Congregação para a Doutrina da Fé de Roma. A reunião desses documentos foi feita pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos e publicada em um livro sem comentários, contendo apenas os documentos. Ver mais em: MNDH, **Roma Locuta Documentos sobre o livro Igreja: carisma e poder** de Frei Leonardo Boff. Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Editora Vozes Limitada, Petrópolis. [s.d]

hierárquica e poderosa é superado. Entretanto adverte como práticas tradicionais vigoram dentro da instituição e como estas não se desmontam facilmente. O Concílio convocado pelo papa João XXIII elaborou uma compreensão teológica de autoridade mais comunitária e menos hierárquica, que possibilitasse uma maior participação da comunidade cristã, porém, os organismos de poder hierárquicos da Igreja, especialmente os que se desenvolvem no seu centro mantêm suas formas tradicionais de estrutura e poder.

Trata-se, na referida obra de Leonardo Boff (1981), de uma representação que entra em confronto com aquela postulada pela instituição romana, não à toa a repercussão da imagem construída pelo autor causa uma forte reação da Igreja Católica. Destacaríamos dois aspectos em especial: a representação de um Jesus Cristo como libertador, revolucionário, bem como a possibilidade de se apresentar uma Igreja em que a estrutura hierárquica, por séculos mantidos, não seria o cerne do poder nem manteria sua força e importância. De forma contrária, esse poder seria desenvolvido de forma comunitária e carismática⁷. Entendemos, assim, que Leonardo Boff constrói uma representação distinta daquela forjada pela Igreja de Roma, especialmente a partir da ressalva da figura de um Jesus Cristo histórico e libertador. Partilhamos da problematização de Roger Chartier ao afirmar que: “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas

⁷ Segundo Leonardo Boff: “Paulo detalha este modelo dizendo que a Igreja é um corpo com muitos membros, todos vivificados pelo mesmo Espírito e cada qual com sua função. Não existe nenhum membro não carismático, vale dizer, ocioso, sem ocupar um determinado lugar na comunidade: <<cada membro está a serviço do outro membro>> (Rm 12,5). Todos gozam de igual dignidade; não cabem privilégios que desestruturam a unidade do todo: <<o olho não pode dizer à mão: não preciso de ti; nem tão pouco a cabeça aos pés: não necessito de vós>> (1 Cor 12,21)” (BOFF, 1982, p. 238).

econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHAR-TIER, 1990, p.17).

Tomadas as devidas proporções, a Igreja, a partir do Vaticano II, se abre ao mundo moderno e ao modo de ser do cristão moderno: grande parte dos conciliares passaram a pensar a Igreja como uma comunidade de fiéis participantes de seu corpo e não apenas meros receptores de uma teologia oficial. Para proporcionar essa aproximação dos cristãos leigos e da Igreja, algumas práticas tiveram que ser repensadas. Por exemplo, a tentativa do uso de uma linguagem mais próxima, mais inteligível ao homem comum, que o levasse a compreender e interagir com o religioso proporcionando a possibilidade de diálogo e não apenas um direcionamento de mão única, no qual aquele que houve é simplesmente receptor de um discurso oficial.

Em 1968, em Medellín, Colômbia, ocorre a segunda Conferência Episcopal latino-americana, convocada pelo papa, Paulo VI⁸. A importância dessa Conferência para se entender o desenvolvimento da Teologia da Libertação se dá por dois motivos em especial: primeiro porque ela ocorre logo após o Vaticano II, ou seja, as reflexões levantadas no Concílio se farão presentes em Medellín; segundo, a realização de um encontro que pretende refletir sobre o papel da Igreja frente ao mundo secular, sendo realizado em um contexto marcado por fortes desigualdades sociais, peculiarida-

⁸ Os documentos referentes às Conferências Episcopais na América Latina (Aparecida, Medellín, Puebla e Santo Domingo) foram consultados no site da arquidiocese de São Paulo. Nesta pesquisa em especial utilizamos os documentos referentes à II Conferência Episcopal em Medellín e à III Conferência Episcopal em Puebla. Disponível em: <http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/documentos/celam> Acesso: 21/04/2014.

des políticas, etc., vai provocar um maior impulso no debate sobre o empenho na luta contra as estruturas injustas dessas sociedades. Nesta conjuntura, começam a se delinear as primeiras reflexões que, posteriormente, culminaram na elaboração da Teologia da Libertação.

A Conferência de Medellín encaminhou a atuação da Igreja a partir da promoção humana e da libertação. Assim, ela orienta a necessidade do envolvimento dos cristãos na luta contra a injustiça e a desigualdade. Sua realização pretendia pensar e interpretar as orientações do Vaticano II no contexto latino-americano. Neste sentido, apesar da presença de teólogos mais conservadores, aqueles com mais afinco progressista⁹ tiveram certa vantagem por dominarem mais as considerações que levavam em conta aspectos de justiça social. Segundo Brito (2010) “Durante a realização da Conferência, os teólogos mais progressistas, mais afinados com as interpretações dominantes do Vaticano II, normalmente formados na Europa ganharam vantagem no debate por dominarem melhor os entremeios dos documentos do Concílio” (Brito, 2010, p.82).

A III Conferência Episcopal latino-americana, que ocorreria em Puebla, em 1978 ganhou novos contornos. Com a morte de João Paulo I e a eleição do polonês João Paulo II se

⁹ Existe uma complexa discussão quanto ao uso dos termos progressista e conservador. Não é nosso objetivo ao utilizar tais expressões afirmar uma esquematização categórica quanto às suas significações, evidentemente estas possuem uma historicidade e representações plurais. Contudo, nessa pesquisa, tratando da Igreja Católica na América Latina, utilizaremos tais termos para mencionar *Progressistas* como sendo aqueles que se aproximam da Teologia da Libertação e por outro lado *Conservadores* para referirmo-nos aqueles grupos e clérigos que mantém uma posição contrária à transformação da estrutura de poder hierárquica da Igreja Católica, logo, são contrários às propostas daqueles ligados à Teologia da Libertação.

destacou, sob o início do pontificado do segundo, certo combate às correntes progressistas. Segundo Brito (2010) o grupo dos católicos progressistas latino-americanos ansiava pela realização da Conferência no ano de 1979, especialmente porque estavam previstas, para aquele ano, as eleições do CELAM¹⁰, e havia uma tendência que se elessem correntes progressistas no seu corpo. João Paulo II, na tentativa de conter o avanço de católicos progressistas, adianta a Conferência Episcopal para, assim, não coincidir com o comando desses últimos no Conselho Episcopal latino americano. Neste sentido, o pontificado de João Paulo II se caracterizou por um direcionamento ao lado dos conservadores.

Apesar da menor participação das alas progressistas – com o afastamento dos teólogos progressistas na elaboração final do documento de Puebla – a *Opção Preferencial pelos Pobres*, resultante do documento final, de certa forma, se caracterizava como um recurso mais harmonizador, satisfazendo progressistas e conservadores. De acordo com Brito (2010) o discurso inicial proferido por João Paulo II na Conferência em Puebla, apesar de fazer referência à justiça social, tentou afastar a ideia de uma Igreja vinculada à esquerda, leia-se, conectada com a Teologia da Libertação. Ainda assim, traços de uma Igreja progressista marcaram a III Conferência Episcopal latino americana, com a produção de um texto final ligado à opção preferencial pelos pobres.

A particularidade do desenvolvimento da TdL, se dá, especialmente, por partir de grupos de intelectuais, teólogos e clérigos ligados à instituição católica, sugerindo uma re-

¹⁰ CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano. Esse Conselho é um órgão de articulação pastoral da Igreja Católica latino-americana em comunhão com igreja universal romana. Criado em 1955 teve fundamental importância no auxílio e preparação de Conferências Episcopais nos países da América Latina. Para mais informações acesse o site oficial do CELAM: <http://www.celam.org/index.php> Acesso: 29/04/2014.

forma tanto na prática desta com os cristãos, quanto uma reforma estrutural. No Brasil a Teologia da Libertação ganhou contornos ainda mais acentuados na sua relação com a ideia de transformação social, engajados em um propósito libertador à luz da fé. Para entender as particularidades da TdL no Brasil, tentaremos esboçar algumas características que assinalaram sua forte presença e influência na Igreja Católica.

No campo religioso, especificamente, se pensarmos o desenvolvimento da TdL no contexto latino-americano, a contribuição de ideais revolucionários, como da revolução cubana (1959) e da presença de imagens como a de Che Guevara, associadas às expectativas de transformação social, em meio a uma conjuntura de desigualdades, produz uma reflexão profunda. Nessa esteira, a abertura promovida pelo Vaticano II e a realização das Conferências de Medellín e Puebla deram um maior fôlego para o desenvolvimento da Teologia da Libertação. A formulação inicial desta foi feita pelo peruano Gustavo Gutierrez com a publicação da obra *Teologia da Libertação: perspectivas*, no ano de 1971. Nesta obra o autor discute temas fundamentais que nascem da reflexão de uma doutrina sistematizada a partir do contexto latino americano, dentre estas; a Igreja dos pobres, a unidade dos cristãos e a abertura da Igreja ao mundo moderno.

O desenvolvimento da TdL conheceu sua face mais forte no Brasil. Isso porque algumas peculiaridades se fizeram mais presentes neste cenário, dentre elas a presença de uma esquerda católica, nos anos 1960, já forte em alguns movimentos como a JUC (Juventude Universitária Católica) e, posteriormente, a AP (Ação Popular). Especialmente a primeira teve uma marcante importância nessa conjuntura, pois representou um movimento pioneiro que teve à frente jovens universitários católicos abordando temas sociais através da articulação entre fé cristã e política. Segundo Michael Löwy

(1989) “A JUC dos anos 1960-62 representou a primeira tentativa, em todo o continente, de desenvolver um pensamento cristão utilizando elementos do marxismo. Trata-se, portanto, de um movimento pioneiro com surpreendente criatividade intelectual e política, que, apesar de seu fracasso imediato, lançou sementes que iriam germinar mais tarde - no Brasil e na América Latina” (LÖWY, 1989 p. 12).

Setores da Igreja também se faziam presentes em organizações sindicais rurais. Ademais a particularidade de uma esquerda católica no Brasil, especialmente tendo a JUC como um dos primeiros movimentos nesse sentido, se dá por esta ser anterior, inclusive, ao Vaticano II, às CEBs e ao golpe militar de 1964. Assim, quando do Vaticano II e o desenvolvimento de ideias libertárias e sociais chegaram ao Brasil, encontraram um terreno propício ao seu crescimento.

A reflexão posteriormente desenvolvida por teólogos e clérigos adeptos das discussões sobre a questão social, a justiça, os direitos humanos, a opção pelos pobres à luz da fé partem, portanto, de uma *práxis* (prática) libertadora anterior já presente na América Latina. O pensamento que norteou o conjunto de escritos elaborados pelos teólogos da libertação versavam sobre práticas de cunho social, na participação pastoral em sindicatos, questões rurais, questões sociais, direitos humanos, ou seja, na presença de um cristianismo da libertação. Assim, a TdL surge como possibilidade de expandir essas práticas a partir de uma reflexão teológica que desse um maior fundamento teórico sobre tais possibilidades.

Para Michael Löwy (1989) a afinidade do cristianismo e marxismo no Brasil pode ter se desenvolvido por alguns fatores de cunho histórico e estrutural. Particularmente a forte influência da igreja, e da cultura católica francesa no Brasil, notadamente, no processo de radicalização da JUC. A teologia desenvolvida, na França, no pós-guerra, representava um forte avanço na renovação do catolicismo, discutindo, inclu-

sive, muitos dos temas que foram posteriormente consagrados pelo Vaticano II. Além do mais, de acordo com o referido autor, a cultura católica francesa do século XX é caracterizada pela presença contínua de correntes socialistas. O diálogo com o marxismo no pensamento de alguns teólogos orienta uma abordagem, segundo esses teólogos, como o próprio Leonardo Boff, analítica, ou seja, a teoria de Marx seria utilizada como uma mera ferramenta para entender a sociedade e sua forma opressora que teria se desenvolvido a partir do capitalismo. Para esses teólogos essa utilização não colocaria o marxismo como o centro esclarecedor da sociedade, mas seria um suporte que proporcionaria uma visão do funcionamento da mesma através de suas estruturas de opressão, dependência e exploração.

É importante destacar que essa abordagem *analítica*, defendida por alguns teólogos, do pensamento de Marx é ressaltada como uma alternativa à forte pressão contrária a utilização deste autor por parte de Roma e dos seus representantes mais conservadores. De acordo com Löwy (1989), a relação entre marxismo e cristianismo é mais profunda. Mais do que uma ferramenta meramente analítica se vê nas elaborações dos teólogos da libertação a utilização de valores marcadamente marxistas, tais como: a utilização de aspectos comunitários, opções ético-políticas, a solidariedade com os pobres, as utopias de uma sociedade futura sem exploração e opressão. De forma mais profunda, a relação entre cristianismo e marxismo se mostra no estímulo de práticas que incentivam lutas populares de libertação, ressaltando assim a ideia característica do pensamento marxista de transformação social. Ora, é importante, contudo, destacar que a utilização do pensamento marxista pelos teólogos da libertação não

agrega inteiramente a visão marxista de mundo¹¹, mas essa aproximação se faz de forma mais combinada e coerente com o discurso religioso.

Neste sentido, o evangelho é reinterpretado a partir de uma nova hermenêutica que destaca a mensagem de Cristo como libertadora. O compromisso com os pobres a partir da leitura do evangelho, enfatizando a possibilidade e defesa do cristão como um sujeito ativo, capaz de conquistar sua libertação, de buscar a justiça. O homem necessitado, abordado pela Teologia da Libertação, é capaz de ser protagonista e conquistador da sua liberdade. De acordo com essa abordagem, a figura de Jesus Cristo e de sua mensagem foram destacadas de forma a ressaltar seu caráter libertador, sua mensagem revolucionária.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Um balanço de corpo e alma – Frei Leonardo Boff - *in*: **O que ficou...** Balanço aos 50. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

_____. **Igreja: carisma e poder.** 3ª edição editora: Vozes, Petrópolis, 1982.

_____. **Teologia do cativo e da libertação.** 5ª edição editora: Vozes, Petrópolis, 1987.

BRITO, Lucelmo Lacerda. **Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina.** Revista Espaço Acadêmico - nº 111 – Agosto de 2010.

CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação.** 2ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: perspectivas.** São Paulo: Edição Loyola, 2000.

¹¹ A Teologia da Libertação rejeita perspectivas marxistas incompatíveis com o cristianismo, como o ateísmo, o materialismo cosmológico, a crítica da alienação religiosa, etc.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Cristianismo na América Latina**, São Paulo, 1989.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da Costa. **Tensão e diálogo: relações diplomáticas entre a Ditadura Militar brasileira e o Estado do Vaticano. ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** - Londrina, 2005.

SILVA, Bruno Marques. **Fé, razão e conflito**. A trajetória intelectual de Leonardo Boff. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

SILVA, Severino Vicente da. Vaticano II - O Concílio dos Desejos. *in: História: cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil* / apresentado e organizado por Antonio Torres Montenegro et al. - Co-edição - Recife: Ed. Universitária da UFPE: Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

SOARES, Claudete Gomes. **Teologia da libertação no Brasil**: aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

**ARTES DE VER HISTÓRIAS
DAS CIDADES**

“MINHA MALVINAS QUERIDA, RELEMBRO A SUA INVASÃO”:¹ OCUPAÇÃO DO BAIRRO DAS MALVINAS – CAMPINA GRANDE – MARÇO DE 1983

Paula Sonály Nascimento Lima (UFCG)

Toda pesquisa tem uma história, e algumas apresentam o ponto de partida dos nossos questionamentos. Além de que estudar a história de uma localidade, estudamos nossa própria história e, como moradora do bairro, trago a vontade de “dar voz” a esta memória coletiva que muitos moradores não conhecem. Este desejo trouxe uma inquietação de conseguir conhecer melhor o bairro, buscando resgatar a história de como se desenvolveu a ocupação do Conjunto Deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz, popularmente conhecido como Malvinas². E este artigo é o início da tentativa de compreender como se processou a sua formação na perspectiva dos jornais, de como estes meios de comunicação divulgaram a “invasão do bairro”.

É nesta dimensão que se permite contar a história do bairro como forma de demonstrar o quanto o processo do

¹ Trecho retirado do hino das Malvinas, que existe desde 1987. (Para ver mais: LEMOS E SANTOS, 2009 e <http://www.youtube.com/watch?v=jAn0uVAQxR0> Acesso em 30/05/2014).

² O nome Malvinas veio do conflito militar que ocorria na mesma época da invasão, o das Ilhas Falklands, popularmente conhecidas como Ilhas Malvinas, localizadas ao extremo sul da América Latina.

que foi passado é importante para entender as conquistas vindas para o bairro, e pelo resultado que ganhou na atualidade, como por exemplo, mercados, bancos, restaurantes, polícia comunitária, e outras conquistas que foram sendo adquiridas com a criação da Associação de Moradores das Malvinas, fundada por Rivonise Sobreira.³ Portanto, a pesquisa do bairro das Malvinas foi concebida pelo destaque que representa o local para a cidade de Campina Grande enquanto um núcleo urbano que teve uma formação diferenciada. Um bairro que é considerado o maior e mais populoso de Campina Grande, com uma população de aproximadamente 38.713 habitantes, de acordo com o CENSO (2010), que antes de se constituir como um bairro era apenas um planejamento de casas populares e teve sua formação antecipada pela ocupação de pessoas, com lutas para conquistar o espaço.

Raquel Rolnik (2004) afirma, em seu livro *O que é cidade?*, que as casas e bairros de nossas cidades só podem ser construídos se obedecerem a certo padrão, completamente adaptado à ocupação capitalista da terra e à micropolítica familiar burguesa. O bairro das Malvinas, no entanto, teve uma ocupação diferenciada, trazendo lutas pela conquista das casas por populares e a tentativa de expulsão por serem acusados de desestabilizar o governo.

“RELEMBRO SUA INVASÃO”

O bairro em estudo nasceu juntamente com a vontade de deixar de pagar alugueis e ter um lugar melhor para morar, podendo ter uma casa própria. Essa situação de alugueis

³ MIGUEL, Agnaldo; SILVA, Francinete. **Especial Malvinas 24 anos de lutas e conquistas**. Campina Grande, mar 2007.

é uma evidência da periferização em Campina Grande que se torna evidente no final da década de 1970 e início da década de 1980, devido ao crescimento populacional, ao êxodo rural, que fez surgir as favelas. Este aumento populacional incide na questão habitacional. De acordo com Melo (1985, p.31) "O incremento do número de subhabitações em Campina Grande se deu, sobretudo, nos últimos cinco anos: até 1979, a cidade contava com apenas três favelas de maior expressão: Cachoeira, Pedregal e Jeremias". Na medida em que o tecido urbano se expande, gera desigualdades sociais marcadas por um padrão urbano excludente. E para a sobrevivência, as pessoas se instalam em espaços possíveis.

Portanto, a crise de moradia estava em alta, e uma forma do governo tentar minimizar este problema era construindo conjuntos habitacionais. No entanto, a carência de moradias, como a insuficiência dos programas governamentais de habitação social, ou melhor, neste caso, a ineficiência, gerou uma ocupação de populares. Era um conjunto construído com 3mil casas com a intenção de resolver os déficits habitacionais de populações de baixa renda, mas que não foi entregue pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), por não terem concluído a segunda etapa (de saneamento de esgoto, água e energia elétrica), que ficou parada por dois anos. Havia 15 mil pessoas inscritas para serem escolhidas para ganhar a casa.

Então, em 23 de março de 1983, o conjunto foi ocupado por pessoas de baixa renda que, em sua maioria, eram pessoas inscritas junto à CEHAP, como o jornal Gazeta do Sertão afirmava, no dia 27 de março de 1983:

O esperado aconteceu: cerca de 3 mil famílias de todas as classes sociais invadiram ontem o Conjunto "Álvaro Gaudêncio", situado no bairro de Bodocongó, e que ainda, estar por ser concluído. Os inconformados com a demora da Cehap na entrega das casas começaram a invasão no final da

tarde de anteontem, procurando as primeiras residências que ficam próximas ao Conjunto “Severino Cabral” (p.08).

O deslocamento delas está associado à má condição de moradia. Ao chegarem ao local, as famílias procuravam melhorar as condições que viviam, cansadas dos aluguéis altos que pagavam. Na reportagem do Jornal Gazeta do Sertão, percebe-se que a “invasão” já tinha sido constatada pelo Deputado José Luiz Júnior, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que foi pessoalmente ver o “desespero” de centenas de famílias para conseguir uma residência. Ele foi um dos primeiros parlamentares a denunciar que, em pouco tempo, aquele núcleo habitacional seria “invadido” (Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983, p. 08). Assim, pode-se perceber que já tinha uma expectativa, mesmo que pequena, de que pudesse acontecer a ocupação devido à demora da entrega das casas. Como mostra a imagem seguinte, a busca pelas casas começou a se tornar demasiada.



Imagem 1 - No interior do conjunto, a multidão disputando as casas desocupadas. (Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983, p. 01).

Mesmo paisagem do lugar que estavam ocupando não sendo convidativa para as pessoas, pois, o mato rodeava as casas, ruas sem pavimentação, não havia redes de transporte que atendessem à localidade, além de não haver energia elétrica, tampouco abastecimento de água, as redes de esgoto não estavam prontas, enfim, o local não tinha infraestrutura. No entanto, os ocupantes tinham a preocupação de ter uma casa própria, um local que o Governo prometera, mas que estava demorando a ser concluído. Como pode ser compreendido na imagem 01, eram muitas pessoas disputando as casas desocupadas, sendo a maioria pessoas que necessita-

vam parar de pagar alugueis, que queriam um lugar.⁴ Era um movimento movido diante da necessidade da população.

Ainda que as casas estivessem sem infraestrutura, as pessoas não iriam sair das casas, como era informado nos jornais,

As casas não têm qualquer infraestrutura, pois ainda faltam as instalações de água e energia elétrica, além de rede de esgotos. Mesmo assim, os invasores, que na maioria é isenta para receber residência naquele núcleo habitacional, garantiram que em hipótese alguma deixarão as casas. [...] Todas as 3 mil casas, algumas com rachaduras pelas paredes, foram ocupadas pela famílias que estão inscritas ou não na Cehap (Jornal Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983, p.8).

Ao afirmar que as pessoas não sairiam das casas, isto queria dizer que elas continuariam nas casas e muito menos que não haveria confrontos com o Estado. No entanto, a resistência das pessoas, mesmo com a mínima garantia de recursos, estava assegurando a posse da sua casa.

[...] Já está praticamente consolidada a **invasão** ao conjunto Deputado Álvaro Gaudêncio, construído pela Cehap em Bodocongó, **em decorrência da flexibilidade do aparato policial nos últimos dias**, que permitiu que aqueles que tinham assegurado a posse apenas com a presença física fizessem entrar no núcleo toda mobília. (Gazeta do Sertão, 03 de abril de 1983 – Grifo meu).

Trabalhando sobre os destaques na citação, dá-se para enveredar sobre duas perspectivas: o fato de que os jornais mencionavam a *invasão* como algo que era perigoso, trazendo uma imagem negativa. E sobre o policiamento por parte do

⁴Existiam também os aproveitadores que tiravam vantagem do momento para benefício próprio mediante a especulação imobiliária (LEMOS E SANTOS, 2009, p. 71).

governo para que a ocupação fosse cessada. Primeiramente, o termo invasão, em que:

Considerando-se a literatura científica sobre essa problemática urbana no Brasil, vamos encontrar com maior frequência o uso do termo invasão, sobretudo até os anos de 1980. Atualmente, notamos que esse termo vem sendo repensado, substituído pelo termo ocupação, especialmente quando ocorre em terreno público (ARAÚJO, 2006, p108).

São nas reportagens que eram transmitidas na época da ocupação do bairro que se percebe que o jornal utilizou o termo “invasão” de modo a criminalizar o movimento social, como se os moradores estivessem cometendo crimes tomando ilegalmente habitações populares. É com esta visão que Marchezan e Cortina afirmam que “toda invasão pressupõe uma ocupação, mas a recíproca não é verdadeira. Entre elas, há uma acentuação de força, ou de ilegalidade – a invasão evoca ilegalidade” (2004, p. 42).

Invasão, de certo, possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade, ou seja, algo contrário ao juízo de valor social, algo reprovável. A ocupação, por outro lado, ameniza essa ilegalidade e nos põe a par de uma posse legalizada de algo; significaria ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada.⁵

Sob essa concepção, a razão da ocupação aparece revestida de uma legitimidade social muito forte, cujo objetivo é a conquista da moradia para aqueles sem teto ou que estão em situação de risco, morando em área inundáveis, encostas, próximos a tubulação de gás. Uma legitimidade que também apela à função social da terra urbana, a partir de seu uso, destinado-a a moradia. Nesse sentido, o termo ocupação re-

⁵ Segundo, ALMEIDA, Guilherme de. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2697/Invasao-ou-Ocupacao> Acesso em: 08 ago. 2014.

veste-se de um apelo mais aceitável, denotando um caráter menos agressivo, que aquele sugerido pela palavra invasão (ARAÚJO, 2006, p109).

Assim, os jornais da época utilizavam o termo invasão para que os moradores fossem vistos como pessoas que adentraram em um local que não era permitido. Já os moradores tinham a visão de uma busca de moradia, como pode ser visto na entrevista da TV Itararé, a moradora Antônia Gomes que afirma “se eu não tinha onde morar, nem nada... ai vim e invadi, era tudo abandonado ai dentro do mato, só tinha cobra, só tinha rato, todo bicho ‘feroz’ tinha aqui dentro.”⁶ Seria possuir algo que foi abandonado, pois precisavam da moradia. Por isso, a minha utilização do termo ocupação.

Então, quando os moradores adentraram no Conjunto, cuja conclusão foi adiada pela CEHAP, não se pode aceitar plenamente o que os periódicos denominam de invasão, porque as palavras não se davam acidentalmente: havia discurso de interesse da mídia e do governo e o interesse de passar a imagem de que as pessoas eram intrusas e podiam ameaçar a segurança da cidade, vistos como perigo social.

Continuamente, podemos destacar o que o jornal também fala sobre a flexibilização da política, analisando que o Governo tenta resolver o problema da ocupação, cercando o conjunto por policiais para que não entrasse mais nenhum ocupante no local:

A polícia ficará no conjunto ‘Álvaro Gaudêncio’ até que seja resolvido o impasse entre os invasores e a Cehap, conforme garantiu ontem, o comandante geral da Polícia Militar, coro-

⁶ Vídeo do acervo de matérias do Programa Diversidade, da TV Itararé de Campina Grande (afiliada da TV Cultura), ano 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jAn0uVAQxR0> Acesso em 30/05/2014.

nel Benedito de Lima Júnior, que visitou pessoalmente o núcleo habitacional invadido, em companhia do comandante do II BPM, tenente-coronel Ednaldo Rufino (Gazeta do Serão, 31 de março de 1983, página 01).

Porém, a conduta não estava tão cordial como o comandante relatava à imprensa. Os ocupantes eram reprimidos, sem assistência social, uma vez que aquelas pessoas estavam sendo tratadas como prisioneiras, como divulgado pelo jornal. No dia 06 de abril de 1983, foi formado um comitê para reivindicar melhorias para o conjunto.

Quanto ao problema gerado com a ocupação das casas do Conjunto Álvaro Gaudêncio, o Comitê aprovou diversas denúncias praticadas contra os ocupantes (escavações de valas, reforçamento das cercas do arame farpado), configurando que o tratamento dado ao conjunto é verdadeiramente de um campo de concentração. Além disto, continua a proibição de entrada de carros no conjunto, mesmo quando transportando doentes. Qualquer reunião de moradores continua sendo proibida. [Comitê de Apoio aos Ocupantes do Conjunto Álvaro Gaudêncio e aos Camponeses de Alagoa Nova] (Jornal da Paraíba, 06 de Abril de 1983).

Esse comitê reunia grupos religiosos, líderes sindicais e comunitários campinenses além de estudantes universitários e integrantes da Comissão de Justiça e Paz da Diocese local que lutavam pelos direitos dos ocupantes, expondo as suas dificuldades. Este denunciava que esses moradores viviam em um campo de concentração por estarem cercados de policiamento que impedia a entrada de pessoas, e também, o descaso do governo de ajudar os ocupantes, proibindo as reuniões de moradores. Por isso, tentava um melhor tratamento por parte das autoridades locais para que se tivesse uma assistência social. Eram nessas autoridades que os ocu-

pantes ainda encontravam apoio para continuarem lutando pelas casas.

Também pode ser afirmado o comprometimento de grupos externos na entrevista do historiador Gervário Aranha⁷ dizendo que:

(...) muitos interlocutores externos se engajaram nessa mobilização... líderes comunitários, de comunidades eclesiais de base, gente da esquerda, do PT, que na época era bem atuante, do PCdoB, a imprensa fez toda a cobertura na medida de que houve essa repercussão, isso amordaçou um pouco a repressão, porque, afinal de contas, tinha que fazer essa repressão diante das câmeras, e nisso, o movimento foi ganhando força.

Essas mobilizações e reivindicações estavam inseridas na ação coletiva de todos os moradores, tentando alcançar mudanças sociais por meio de embates políticos, pois tinham seus valores e ideologias, e um motivo maior: uma casa própria. Além da tensão que estava em torno no bairro, com o cerco da polícia. A flexibilização se iniciou por volta do dia 03 de abril.

Mesmo com uma melhor abertura do cerco, os discursos guiavam a direção que se pretendia dar aos acontecimentos, que transmitiam o processo ocupacional como algo negativo, em que os jornais faziam menção como uma ameaça, como um perigo social, como pode ser percebido nesta publicação do Jornal Gazeta do Sertão:

Porcos e galinhas, além de gatos e cachorros, já se misturam com as milhares de pessoas que invadiram, há 11 dias, o Conjunto Álvaro Gaudêncio, em Bodocongó. Na maioria dos quintais, já é grande o número desses animais que estão contribuindo para aumentar a sujeira e provocar doenças, principalmente nas crianças, já que aquele núcleo habitacio-

⁷ Idem.

nal não possui ainda qualquer infra-estrutura para ser habitado, gerando perigo de epidemia” (Jornal Gazeta do Sertão, 06 de abril de 1983).

A imprensa tentava divulgar a imagem de que o Conjunto não tinha condições de habitação, as casas estavam sujas e sem água para a higiene pessoal. “A maioria dos ocupantes desconhece os perigos que os rondam, encantados com o sonho da casa própria” (Jornal Diário da Borborema, 03 de abril de 1983). Visto assim, mesmo com os discursos contrários ao movimento social, quando essas pessoas vieram em busca de moradias, elas adaptaram o lugar à sua necessidade, tentando modificar para ser um lugar mais confortável. Como afirmou Michel de Certeau (1994): “o bairro é uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação”. Ou seja, os moradores vão partilhando o cotidiano juntos, até conseguirem satisfazer o desejo deles, eles teriam efetuado as transformações de acordo com os seus interesses, que neste caso, é ter uma moradia, que deveria que ter sido concluída pelo governo. Afinal, “o bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social” (CERTEAU, 1994, p. 42).

A ocupação organizou os moradores devido ao lugar e papel que foram atribuídos a eles, pessoas que tinham que lutar para terem seu espaço. Isto trouxe táticas de resistência às regras do Estado, mesmo com todas as estratégias de repressão, os ocupantes conseguiram métodos para continuarem no bairro, ou seja, a ocupação foi uma transgressão às regras do Estado, desarticulando o planejamento urbano da cidade e do Conjunto, além de que os moradores conseguiram conquistar o espaço que desejavam. E quando os poderes políticos locais compreenderam que os ocupantes do con-

junto não iriam deixar as casas, foi feito o cadastramento dos mesmos junto à CEHAP:

Após cinco meses de conflito, o governo cedeu o direito das casas às famílias mediante pagamento das prestações das mesmas. No momento de regularização, foi constatado que a maioria dos ocupantes não teria condição para quitar as casas simplesmente pelo fato de serem moradores de rua ou não terem renda (SANTOS E DANTAS, 2009).

Foi em 1984 que o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal iniciaram, no Conjunto Álvaro Gaudêncio, a implantação de sua infraestrutura, inicialmente com energia elétrica e, posteriormente, com água encanada e construção de escolas estaduais.

O conjunto Álvaro Gaudêncio passou a bairro em 1987, através da Lei Municipal número 1.542, de autoria do então vereador Márcio Rocha, na administração do prefeito Ronaldo Cunha Lima, que sancionou a mencionada lei (MIGUEL e SILVA. 2007). Com o passar do tempo, o bairro foi sendo modificado, produzindo novas paisagens, ganhando novas formas e sendo reorganizado por seus habitantes, construindo uma identidade e uma memória coletiva que traz um sentimento de pertencimento e de conquista, como lugar de sua vida.

Por fim, este texto teve o norte de destacar o bairro das Malvinas como um espaço de lutas trazendo reflexões sobre movimentos sociais por moradia. Tentamos visualizar o quanto os moradores vivenciam, de modo singular, seu direito à moradia, em que a condição de invasores pode ser vista como uma identidade. Além de tentar compreender que a palavra, seja invasão ou ocupação, cria um tom poético pela forma de atender às necessidades individuais e coletivas dos moradores malvinenses.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme do Couto de. **Invasão ou ocupação?** Ensaio sobre a função social da propriedade. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1158, 2 set. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8882>>. Acesso em: 20 de junho de 2014
- ARAÚJO, Luciana Medeiros de. **A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no Conjunto Mangabeira, João Pessoa - Pb.** /João Pessoa, 2006.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar.** Petrópolis, RJ. 1996.
- Jornal Diário da Borborema, 03 de abril de 1983.
- Jornal da Paraíba - 06 de abril de 1983.
- Jornal Gazeta do Sertão - 06 de abril de 1983.
- Jornal Gazeta do Sertão - 27 de março de 1983.
- Jornal Gazeta do Sertão - 31 de março de 1983.
- LEMO, Elaine Melo de Brito Costa Lemos. SANTOS, Denise Guimarães dos. and CHAO, CHN., orgs. **De portas abertas para o lazer: a cultura lúdica nas comunidades de Bairro.** Campina Grande: EDUEPB, 2009. 184 p. ISBN 978-85-7879-026-4.
- CORTINA, Arnaldo. MARCHEZAN, Renata Coelho. **Razões e sensibilidades: a semiótica em foco.** Araraquara: Laboratório Editorial/FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.
- MELO, Luiz Gonzaga. **Habitação Popular em Campina Grande.** 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/CCHLA.
- MIGUEL, Agnaldo; SILVA, Francinete. **Especial Malvinas 24 anos de lutas e conquistas.** Campina Grande, mar 2007. Encarte jornalístico realizado pela Prefeitura de Campina Grande em comemoração ao aniversário das Malvinas.
- População de Malvinas** - Campina Grande - PB <http://www.brasil-sabido.com.br/populacao/campina-grande-pb/malvinas-17889.html>. Acesso dia 20 de maio de 2014.
- RONIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004. 3 ed.
- ROSA, Janete Pereira da. **Uma análise sobre o Processo de Formação do Bairro Novo "A" em Curitiba.** 1999. <http://tconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/10/UMA-ANALISE-SOBRE-O-PROCESSO-DE-FORMACAO-DO-BAIRRO-NOVO-A-EM-CURITIBA.pdf>
Acesso dia 20 de junho de 2014.

Vídeo do Acervo de matérias do Programa Diversidade, da TV Itararé de Campina Grande (afiliada da TV Cultura), ano 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jAn0uVAQxR0> Acesso em 30/05/2014.

O MÃO BRANCA E A TENTATIVA DE UMA HIGIENIZAÇÃO SOCIAL E MORAL NA PARAÍBA EM 1980

Jonathan Vilar dos Santos Leite
(UFCG)

Este artigo é fruto de cerca de dois anos de uma pesquisa realizada no Programa de Educação Tutorial de História – PET História, na qual tive acesso a arquivos locais de acervo jornalístico, processos crime do caso *Mão Branca*, além da realização de várias leituras sobre crimes, grupos de extermínio, ditadura, assassinos e metodologia sobre como utilizar as fontes na escrita da História.

Partindo de uma curiosidade que me cercava desde minha infância, quando um amigo me contava sobre os casos dos homens que se autointitulavam *Mão Branca*, já sentia vontade de saber cada vez mais sobre o caso. Quem eram? Quem matavam? Por que matavam? Durante muito tempo essas foram perguntas que ecoaram em minha mente, até o dia em que me tornei estudante de História e entrei o PET.

Tendo em vista que vivemos em tempos em que a violência tem assumido faces cada vez mais diversas, tornando-se mais frequente, devido ao próprio crescimento acelerado das cidades do Brasil – o que inclui, logicamente, Campina Grande – e dos variados debates que giram em torno do tema “violência urbana” – como a pena de morte, a redução da menoridade penal e temas relacionados às devidas punições àqueles que vão de encontro à lei para burlá-la. Este pequeno

artigo é desenvolvido com a intenção de pensar o aparecimento de esquadrões de extermínio em 1980 na Paraíba – considerado na época também como uma forma alternativa de combater o crime – e como os assassinatos eram justificados pelos justiceiros nessa tentativa de manter a cidade limpa de criminosos.

Grupos de Extermínio: do cenário nacional ao estadual

Os grupos de extermínio, ao que pode parecer, não surgem apenas no período de Ditadura Militar (1964 – 1985), mas suas aparições e ações na história do Brasil possuem longa data, que permeiam desde a Colônia à República sob diferentes formas (SILVA, 2004, p.10). O *Mão Branca* foi uma das marcantes manifestações desse fenômeno, que é o justicamento privado¹ no Brasil (e por que não dizer no mundo?).

Estes grupos surgem na total ilegalidade, embora, em alguns casos, sejam respaldados pelo Estado, por meios obscuros e discretos, justamente a partir de uma fragilidade, ineficiência ou ausência das instituições coercivas

[...] dado que as instituições responsáveis pela punição do delito não funcionam e não tem credibilidade perante a sociedade, tais instituições não são procuradas, como deveriam pela população. Daí surge um vazio constitucional onde se abre um vasto campo para a formação de novas instituições, informais, que agem contribuindo ainda mais para o crescimento da mortandade homicida no Brasil (NOBREGA JUNIOR, 2012, p.106).

¹ O justicamento consiste no ato ou efeito de justicar que segue fora das normas do processo legal, dado através de um “pré-juízo” formado desde antes de haver uma acusação formal.

Neste caso, o que ocorre é uma falha, seja da polícia, do ministério público, do sistema judiciário ou do sistema penitenciário que acaba por gerar brechas para a ação de grupos que fazem justiça com as próprias mãos para, segundo eles, fazer o que o Estado deixou de fazer.

O caso específico do *Mão Branca*, trata de um fenômeno de grandes proporções que se deu em vários estados do Brasil, existindo também em lugares do continente com diferentes facetas e *modus operandi*². No caso brasileiro, o *Mão Branca* surge na Baixada Fluminense e se expande para outros lugares como São Paulo, Distrito Federal, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte entre outros Estados durante o período da Ditadura Militar, em um cenário de muita violência e opressão em que temos não apenas o *Mão Branca*, mas também vários outros esquadrões como o *Mão Negra*, *Scuderie Le Cocq*, *Rosa Vermelha*, *Lírio Branco*, *Cravo Vermelho*, *Homens de Ouro* entre outros que se localizavam principalmente nas regiões Sul e Sudeste, agindo principalmente em estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Há algumas características comuns que dão perfil a quase todos estes grupos de justiceiros do período da Ditadura Militar brasileira: a motivação que os leva a cometer os

² Como a “Gangue Mão Branca” que agia principalmente em Manhattan, Estados Unidos e era composta por irlandeses. O grupo agiu entre 1905 e 1920, aproximadamente, em um cenário de disputa de contrabando em que o grupo de extermínio matava todos aqueles que fossem deduzidos ou traidores, além de fazerem extorsões. Para mais informações sobre o *Mão Branca* estadunidense ver: <http://artofneed.wordpress.com/2013/07/10/the-white-hand-gang/>

Outro lugar que também contou com a possível presença de um grupo de mesmo nome foi El Salvador que, segundo afirma o jornal Estado de São Paulo (Sexta-Feira, 23 de MAIO de 1980, p.06) estava sendo formado um exército Anti-Comunista formado por vários grupos, em que um deles seria o “Mano Blanca” que tinha como finalidade caçar todos os comunistas presentes numa “lista negra” e eliminá-los.

assassinatos e seus alvos. Para eles, o que serviu de justificativa para os assassinatos cometidos está atrelado a essa “falha” do Estado em promover segurança pública devida e efetiva e a violência deveria ser um problema sanado, senão pelo Estado, por eles mesmos, para eliminar seus alvos – “a corja da sociedade”, os ladrões, arrombadores, traficantes e quaisquer outros que ameaçassem o bem estar e segurança da sociedade.

O *Mão Branca* no Brasil começou a atuar na Baixada Fluminense pouco tempo depois que se instaura a Ditadura Militar e é motivo de muita controvérsia entre vários órgãos públicos e demonstração de reprovação às ações dos justiceiros através da imprensa, como é retratado no depoimento do Ministro de Justiça, Abrahim Abi-Ackel, que revela seu repúdio ao esquadrão da morte em questão³. Por outro lado, se havia aqueles que repudiassem os atos dos “bem-feitores”, havia também os que compactuavam com seus feitos, como é o caso do “homem de ouro” da polícia carioca, Mariel Mariscot, que além de achar válida a atitude do esquadrão, apoia também a pena de morte no país para sujeitos delinquentes⁴. Além disso, é de se perceber a própria maneira pela qual o jornal paulista se remete ao *Mão Branca* na mesma matéria da entrevista de Mariscot, em que dirigem-se aos justiceiros como “um grupo de extermínio de bandidos”.

Algo que pode ter corroborado com esse olhar de reprovação para com o *Mão Branca* campinense, deve-se ao fato de uma ação simultânea de vários grupos de extermínio atuando por todo o Brasil, construindo uma aterradora atmosfera de medo entre alguns setores da sociedade brasileira e, no

³ **Ackel reafirma combate.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 13 de Março de 1980, p.23.

⁴ **A favor da pena de morte.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 18 de Abril de 1980, p. 17.

nosso caso específico, paraibana, assustando vários populares. A partir daí, para ir de encontro às ações de justiça privado, surge em cena a figura da Igreja Católica com a Comissão de Justiça e Paz (que agiu não apenas no Sudeste, como em Campina Grande), estudantes da UNE (União Nacional dos Estudantes), além de vários intelectuais da época. Figuras como o promotor campinense Agnello Amorin, o bispo Dom Emanuel, o deputado e advogado Geraldo Beltrão e o Professor Sandro Meira da Universidade Federal da Paraíba deixaram sua opinião repudiando a ação do grupo de justiceiros que começavam a agir na Paraíba (inicialmente na cidade de Campina Grande) como relata o ex-jornalista policial da época, Ronaldo Leite (1997).

A higienização do *Mão Branca* sendo posta em prática na Paraíba

No dia 15 de abril de 1980, na cidade de Campina Grande - Paraíba -é feita uma ligação para a delegacia de polícia com um sujeito desconhecido anunciando que “mais um havia ido para o inferno”⁵. Surgia, na Paraíba, um grupo de extermínio inspirado no *Mão Branca* da Baixada Fluminense. O esquadrão paraibano contava com a figura de cinco policiais civis: Cícero Tomé da Silva (Supervisor da Polícia Civil), José Basílio Ferreira “Zezé Basílio” (investigador), Carlos José de Queiroz “Zé Cacau” (investigador), Antônio Gonçalves da Costa “Temporal” (investigador) e Francisco Alves (investigador) que trataram de elaborar uma espécie de “listão” que continha os nomes das futuras vítimas do

⁵ MELO, Clovis de. *Mão Branca’ matou ‘Beto Fuscão’ Este foi o primeiro de uma lista negra. Outros morrerão logo.* Jornal da Paraíba. Campina Grande. p. 07. Seg.15 de Abril de 1980.

quinteto⁶. O fato de cinco policiais estarem envolvidos diretamente com o caso não é mero acaso, muito menos foi a primeira vez que isso aconteceu no período da Ditadura Militar; na verdade, a participação de policiais em grupos de justiceiros foi algo bastante comum durante este período.

Com o passar do tempo, os integrantes saem da cidade e vão ao litoral na pretensão de realizar uma “limpeza” na sociedade Pessoaense, segundo Ronaldo Leite, repórter policial que acompanhou de perto o caso dos justiceiros na época (LEITE, 1997, p. 100-103). Entretanto é importante salientar que os 5 policiais civis foram processados e julgados apenas por 9 assassinatos – todos em Campina Grande – embora durante o período de ação do grupo tenham acontecido várias mortes misteriosas em João Pessoa e algumas em cidades menores do estado da Paraíba.

Independente do número de mortos – sejam os 9 mortos oficiais ou as dezenas de mortos segundo Ronaldo Leite, e muitas outras pessoas que viveram a época – há uma constante invariável neste fenômeno: o intento em promover uma higiene não só social como também moral na sociedade paraibana. Esta limpeza social defendida e empreendida pelo grupo de extermínio Mão Branca era realizada devido a uma crescente preocupação com o equilíbrio e com a harmonia da sociedade em que o grupo de matadores teria a tarefa de saneá-la e limpá-la, ou seja, higienizá-la (SILVA, 2004, p.66).

Na Paraíba e, mais especificamente, em Campina Grande, a ação destes justiceiros era justificada pelo crescente aumento da violência na cidade com o elevado número de furtos, assaltos e até assassinatos que afligia a sociedade campinense e preocupava os órgãos de segurança pública que se viam de mãos na cabeça por não poder dar cabo da

⁶ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. **O Listão**. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande - p-08- Seg. 14 de Abril de 1980.

situação visto que o corpo policial (militar e civil) local era diminuto, com poucos recursos e, devido a isso, eram impossibilitados de realizar um combate efetivo ao crime frente a tamanho desaparelhamento (LEITE, 1997, p. 13-14).

Esse aumento da violência urbana que afligiu o estado paraibano e principalmente a cidade de Campina Grande – foco inicial dos assassinatos do *Mão Branca* – deve-se a um crescente desenvolvimento urbano-demográfico e econômico ocorrido na cidade aumentando ainda mais os contrastes sociais, viabilizando o aumento de favelas e bairros de periferia com massas de pessoas desempregadas em muitos casos. Em contrapartida o corpo policial não aumentava de forma proporcional ao crescimento demográfico. Ronaldo Leite (1997, p. 13) aponta também que esse alto índice de violência, possivelmente, se deu pela ação de vários grupos de extermínio na parte sul do Brasil – com ênfase no Rio de Janeiro – que acabaram por aterrorizar muitos criminosos que migraram para a região Nordeste – terra natal de muitos deles, inclusive (LEITE, 1997, p. 17 e 18).

É importante ressaltar uma curiosa peculiaridade do esquadrão da morte, que diferente de outros esquadrões, o *Mão Branca* também possuía em seu listão: “dois advogados protetores de marginais”, “um PM de trânsito”, “Cabo Cabral”, “Sargento Deca”, “Galego fiscal”, “Três Policiais Civis”, “Um policial de araque” e “Um rábula militante no fórum”⁷. A presença destes homens marcados para morrer no listão dos justiceiros revela que, para além de uma higiene meramente social, havia o intento de se fazer também uma higienização moral contra policiais corruptos como é ressaltado por Hélio Bicudo em seu livro “Dos Justiceiros ao Esquadrão da Morte” (1988). Advogados que fizessem defesa

⁷ COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. *O Listão*. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande - p-08- Seg. 14 de Abril de 1980.

de criminosos, ou funcionários que não andassem dentro de código criminal, mas também moral, passavam grandes apuros nas mãos do *Mão Branca* já que os carrascos prezavam por uma sociedade mais honesta, correta e praticante de bons costumes. Na contramão do que pensa José Fernando Siqueira da Silva ao afirmar que os esquadrões da morte, ao promoverem essa higienização social, elegiam os pobres como principal alvo dessa política (SILVA, 2004, p.71) podemos perceber uma peculiaridade bastante distinta do grupo *Mão Branca* paraibano: aqui essa limpeza ou higienização não se dá apenas no campo do social, mas também do moral.

Vale enfatizar que o integrante Zezé Basílio era acusado também de extorquir de criminosos objetos furtados, como consta no guia de recolhimento do mesmo⁸.

Conclusão: Mão Branca, uma justiça malograda

Vimos que a prática do justicamento privado no Brasil não é atual, mas algo que deita raízes profundas na história de nosso país e que acabou assumindo uma forma bastante peculiar e singular durante a Ditadura Militar brasileira, que foi um período, por si só, muito marcante nas páginas da história desse país, somando a esse, caso dos grupos de extermínio que provocaram grande alarde em vários setores (mídia, opinião pública etc.).

Foi a partir da transmissão desses acontecimentos através da mídia impressa, dos processos criminais e das memórias inscritas e escritas pelo ex-jornalista policial, Ronaldo Leite que pudemos constatar as diversas subjetividades pre-

⁸ **Guia de Recolhimento de José Basílio Ferreira.** Emitido pelo Primeiro Cartório de Campina Grande - 1ª Vara. Fórum Afonso Campos em Campina Grande, 20 de Julho de 1988.

sententes em cada notícia e matéria publicada nas páginas de jornais, as tensões e sensibilidades manifestadas na sociedade paraibana da época.

Por fim, pudemos observar a experiência de uma tentativa malograda de trazer paz e segurança ao Estado da Paraíba por meios nefastos e questionáveis aplicados pelo *Mão Branca* que, assim como todos os outros esquadrões da morte na história do Brasil (atual ou não), não diminuem em nada os índices de violência, na verdade só contribuíram para o seu aumento.

REFERÊNCIAS

A favor da pena de morte. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo. P.17, 18 de Abril de 1980.

Ackel reafirma combate. _____. São Paulo. P.23, 13 de Março de 1980.

BICUDO, Hélio Pereira. **Do esquadrão da morte ao justiceiros.** São Paulo: Paulinas, 1988.

COSTA, Assis; RAMOS, Hugo. **“Mão Branca” cumpre promessa:** Moco-tó, Paraibinha e Queimadas foram executados com 20 balaços. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. p.05. Quinta-feira, 17 de Abril de 1980.

_____. **Marginais choram com medo do carrasco.** Coluna Opinião. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. p.04. 20 de Abr. de 1980.

_____. **O Listão.** Jornal Diário da Borborema. Campina Grande - p-08-Seg. 14 de Abril de 1980.

_____. **Polícia diz que a cidade está tranquila depois que o Mão Branca surgiu.** Coluna Opinião. Jornal Diário da Borborema. Campina Grande. p.04. 28 de Abr. de 1980.

<http://artofneed.wordpress.com/2013/07/10/the-white-hand-gang/>

<http://www.omartelo.com/omartelo23/materia2.html>

LEITE, Ronaldo. **A verdade sobre o carrasco Mão Branca.** João Pessoa: A União, 1997.

MELO, Clovis de. **‘Mão Branca’ matou ‘Beto Fuscão’ Este foi o primeiro de uma lista negra. Outros morrerão logo.** Jornal da Paraíba. Campina Grande. p. 07. Seg.15 de Abril de 1980.

NOBREGA JR, José Maria. **Homicídios no Nordeste**: dinâmica, relações sociais e desmistificação da violência homicida. – 1ª ed. – Campina Grande: EDUFPG, 2012.

SILVA, José Fernandes Ferreira. **“Justiceiros” e Violência Urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Luciana Estevam da. **Cidade e Violência**: Campina Grande na década de 1980 e as representações do “Mão Branca” nos jornais. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; p. 255. Volume 02, p. 250- 487; Volume 03, p. 491-745; Volume 04, p. 746-997; Volume 05, p. 998-1359 e Volume 06, p. 1360-1467. Ano de 1980.

O PERIÓDICO COMO FONTE NA PESQUISA HISTÓRICA: O PRIMEIRO CONTATO COM O DIÁRIO DA BORBOREMA NA PESQUISA SOBRE O TRABALHO EM CAMPINA GRANDE¹

Danilo Rodrigues Souza (UFCG)

Não é segredo algum que, para produção de um saber historiográfico, é necessária a utilização de fontes que irão respaldar nosso discurso. Para este ofício, nos valem dessas fontes que formam o chão do passado por onde pretendemos caminhar. Vestígios de uma época, espaço e sociedade que só temos noção de sua existência graças a estas marcas que permaneceram no tempo. Como um detetive que precisa das pistas para desvendar um crime, o historiador se vale de suas fontes para representar o passado.

Há alguns anos, mais precisamente entre o fim do século XIX e início do XX, a fonte tinha um caráter de verdade indubitável e oficial, que serviria para resgatar um passado glorioso de grandes homens e nações, um passado dignificante, sem espaço para pobreza, doenças e miudezas. Assim, a fonte se torna a prova objetiva e escrita que falaria por si só, sem nenhuma influência crítica ou subjetiva do historiador.

¹ Trabalho desenvolvido a partir do projeto PIBIC "Imprensa, trabalho e trabalhadores em Campina Grande-PB (1957-1980)", onde o autor foi orientado pelo Professor Dr. Severino Cabral Filho e financiado pela CNPq.

Um documento que fundamentaria o fato, dando espaço para a construção da ciência proposta neste momento como História, ciência que não pretendia menos do que a verdade absoluta. Mas hoje o historiador já tem consciência do relativismo de seu ofício. A história não possui mais a capacidade de produção de um discurso que abarque totalmente o passado que se pretende elucidar. Não há um resgate de uma época, nem a garantia de que esta seja completamente real. Mas há a certeza de que esse tempo reconstruído seja ao menos “possível”, abandonando assim a ideia de verdade e substituindo-a pela ideia de “verossimilhança”. Logo, o próprio conceito de fonte também acaba se modificando para caber neste novo modelo de produção. Se antes eram testemunhas neutras de um passado, as fontes hoje estão entregues às mãos treinadas dos historiadores que as desconstruem, as localizam no tempo e no ambiente de sua produção, iluminam os interesses por trás de sua existência e contextualizam-nas. Pois, “o fundamental em cada história abordada não é descobrir ‘o que realmente se passou’ [...] e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões” (CHALHOUB, 1986, p. 22) de um mesmo momento histórico.

Mas a mudança no conceito de fonte não se deu de um momento para outro. Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch sugerem que restringir ou expandir o conceito de documento é o mesmo que limitar ou ampliar os passados que podem ser representados por nós historiadores. O ponto de partida para a passagem desta fonte completa e inquestionável para a ideia que temos hoje de fonte histórica como um “documento/monumento”², produção de memória de uma deter-

² A expressão “documento/monumento” é utilizada por Jacques Le Goff no livro “História e Memória” onde ele esclarece que o principal dever do historiador é a crítica do documento independente de sua natureza

minada época, acontece com os primeiros passos da Escola dos Annales. Com este movimento, há uma transformação na maneira como os historiadores se voltam para sua própria disciplina.

Além das novas abordagens e perspectivas, há o que chamamos de problematização da história. Não apenas questionando as fontes que se pretende utilizar, mas também problematizando o passado a ser representado. Esse questionamento faz com que o historiador deixe apenas de narrar os documentos, distanciando-se do simples determinismo histórico que considera as fontes como documentos incontestáveis dos acontecimentos. Em sua terceira fase os historiadores vinculados à Escola dos Annales irão empregar com maior intensidade o que chamamos hoje de interdisciplinaridade. De acordo com Tania Regina de Luca, essa interdisciplinaridade causada pelos “aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, [...] traziam contribuições importantes” que acabavam forçando “o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar”. Algo que também impulsionou uma maior abrangência da noção de documento para o historiador. Com a possibilidade de trabalhar com novos objetos de estudo, o historiador acaba se valendo de novas fontes que tornam seu trabalho possível diante dos novos modelos de construção de discursos sobre o passado.

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de

(escrita, oral, sonora, etc.), documento este enquanto monumento, ou seja, perpetuador voluntário ou não de um passado. Isso é o que irá possibilitar que o historiador possa utilizá-lo na produção de sua representação do passado

hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos (LE GOFF, 1994: 540).

Dessa maneira, independente da perspectiva teórica utilizada, a escolha das fontes não deve ser guiada apenas pelo objeto e pelos objetivos da pesquisa, mas também pelo recorte temporal e pela problemática levantada. Além disso, deve-se considerar o documento como apenas mais “um” dos inúmeros discursos possíveis produzidos em determinado momento, pois, como qualquer produção humana, está sujeito às subjetividades da época, do autor e de suas intenções. Logo, cabe ao historiador identificar as minúcias e características que validem a autenticidade do documento e seu valor historiográfico para a pesquisa.

E entre as novas fontes, o jornal

É impossível negar que, ao longo da história, os periódicos, como meios de informação, viram-se impregnados por relações de dependência com pessoas ou instituições de poder, sejam estes de caráter econômico, político ou sociocultural. Dessa maneira, a imprensa acaba muitas vezes funcionando como intermediária na transmissão dos ideais dessas instituições e pessoas, promovendo seu poder na sociedade. Uma “instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos” (LUCA, 2005, p. 116). Logo, é natural que durante muitos anos a utilização da imprensa como fonte de estudo para pesquisas em história tenha sido menosprezada pela sua subjetividade, tendo seus discursos manipulados e “ma-

nobrados". Como mostra Tania Regina de Luca, "os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas 'enciclopédias do cotidiano' continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões" (LUCA, 2005, p.112). Mas com a Escola dos Annales há uma busca por novos horizontes de pesquisa, ocasionando também a possibilidade do historiador de se valer de novas fontes históricas. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, acaba sendo reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época. Mas é imprescindível o cuidado que o historiador deve ter ao manejar esta ou qualquer outra fonte em sua pesquisa.

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] porque um monumento é em primeiro lugar uma roupa, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1994: 548).

O documento histórico oriundo da imprensa não pode ser considerado o reflexo da realidade, mas o lugar onde há a representação do real. Logo, ao se trabalhar com notícias de jornais deve-se ficar atento à subjetividade dos redatores e do corpo editorial responsável pelo material trabalhado. Ora, todo autor está ligado à sua classe social e seu momento histórico, portanto aí reside a impossibilidade de sua imparcialidade, pressuposto básico que conduziu uma vez à pesquisa positivista. É exatamente neste aspecto que os Annales se diferenciam ao compor uma interpretação e análise, alterando desse modo o conceito de documento. Essa subjetividade normalmente é influenciada quando se pensa no público-

alvo e nas funções sociais propostas pelo texto já que os meios de comunicação de massa determinam a construção da realidade dos seus públicos.

Sendo assim, todos esses aspectos fazem com que o pesquisador acabe recorrendo a outros tipos de documentos no intuito de responder mais claramente seus questionamentos. Questionamentos estes que devem ser mantidos em posição de destaque durante a pesquisa: "Quem eram as pessoas que tinham interesse ou acesso a esta leitura? Qual o discurso político e ideológico do editorial de determinado periódico?" Além desses questionamentos, a análise de aspectos físicos e condições técnicas de sua produção como, por exemplo, como se dá disposição interna das reportagens do periódico, é imprescindível na hora de abordar essa fonte. Mas apesar de todo o trabalho e atenção necessários, as qualidades e peculiaridades do periódico o tornam único e extremamente útil como fonte histórica. A mais destacável delas é a própria periodicidade, na qual os jornais acabam se constituindo em verdadeiros arquivos do cotidiano, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos em questão. Outra é a disposição espacial da informação no impresso, permitindo a visualização de um acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo. Também torna mais fácil o entendimento de um cotidiano social em determinado recorte temporal, suas principais preocupações e interesses, além de outros fatores que norteavam o imaginário daquele momento.

Algo que também deve ser considerado é que, ao acompanhar determinado jornal, se torna mais fácil visualizar a ocorrência de transformações na sociedade. É importante sempre ter em mente que não adianta isolar um fato e analisá-lo fora de seu contexto, precisamos atentar para as esferas sociais, políticas e econômicas nas quais o objeto de estudo está inserido. Nada melhor que uma fonte que acaba

se tornando o resumo diário, semanal, quinzenal, etc. dos principais interesses de determinado lugar. Mais do que isso, observar os motivos pelos quais determinados interesses ganharam destaque pela imprensa, enquanto outros permaneceram silenciados por ela.

Da sede ao pote: expectativas e realidades na pesquisa produzida no Diário da Borborema

Reconhece-se hoje que boa parte das grandes obras da historiografia foram pesquisadas e desenvolvidas em arquivos das mais variadas origens. Sejam repartições públicas, arquivos particulares, arquivos cartoriais, ou de qualquer outra instituição ou máquina estatal, estes ambientes ainda despertam os interesses de muitos historiadores. Na verdade, é difícil encontrar profissionais desta área interessados em desenvolver uma vida acadêmica sem que ainda não tenham frequentado um arquivo. Seja pelo entusiasmo dos aspirantes a historiador ou por incentivos financeiros das bolsas científicas, estes alunos se aventuram por entre as pilhas de papéis velhos na esperança de encontrar “o documento” que se tornará a pedra fundamental de sua pesquisa. Mas para que ocorra um aproveitamento total destes ambientes, seja em suas capacidades historiográficas, seja no desenvolvimento das pesquisas desses alunos, é necessário que haja, por parte dos cursos, um maior cuidado na preparação destes futuros historiadores ao ambiente muitas vezes hostil do arquivo.

Tal demanda nem sempre é bem correspondida pelo que as grades curriculares dos cursos de História oferecem. Em sua maioria, as disciplinas centram seus programas na fundamental discussão historiográfica, deixando, porém, de dar

maior atenção às fontes documentais que nortearam essa produção (BACELLAR, 2005, p.23-24).

Mas, para além da necessidade de orientação, há também a necessidade do próprio contato com o arquivo. Ver e tocar as fontes históricas, documentos “guardiões do passado”, monumentos que resistiram ao tempo e trazem consigo discursos de outrora, dia após dia, lidos, analisados, fichados. Isto é o que irá forjar as habilidades de pesquisa do historiador. Claro que orientação e leitura prévia sobre arquivos e pesquisa auxiliam bastante no processo, mas o entusiasmo em pôr a “mão na massa”, além da simples prática, estimula o historiador a prosseguir com seu trabalho. E, ao mencionar estímulo, pretendemos aqui esclarecer que a pesquisa em arquivos não é fácil. A realidade nem sempre atende a todas as nossas expectativas inocentes sobre um local ideal e adequado de trabalho para o pesquisador ou de preservação das fontes e o acesso a elas. Os arquivos, muitas vezes chamados de “arquivo-morto”, acabam sendo confundidos com depósitos de documentos e papéis velhos sem nenhuma função aparente. Não é de se estranhar que muitas vezes esses arquivos sejam localizados em quartos escuros, úmidos e pequenos. Com esta visão, se percebe o desafio que a pesquisa pode se transformar. Funcionários problemáticos, burocracias desnecessárias, documentos mal organizados e mal preservados, falta de estrutura para o trabalho de pesquisa, além do constante risco de desenvolver doenças respiratórias. Mas isso, de acordo com Carlos Bacellar, não deve esmaecer o verdadeiro brilho que a pesquisa nestes arquivos pode atingir.

Portanto, o historiador tem sempre pela frente o desafio de permanecer por meses, quando não por anos, nesses ambientes pouco acolhedores em termos de conforto e de condições de trabalho, mas em um esforço que quase sempre le-

vará a alcançar resultados muito gratificantes. Encontrar os documentos que servem ao tema trabalhado é uma sensação que todos que passaram pela experiência recordam com prazer, e os move a novamente retornar à pesquisa (BACELLAR, 2005, p. 49).

Desta maneira, o trabalho e o empenho nestes arquivos sempre vêm acompanhados de uma pesquisa bem-sucedida. Não se deve desanimar com os arquivos desorganizados ou com a dificuldade em se encontrar determinado documento, pois, como diria Marc Bloch (citado por Le Goff), “não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses” (LE GOFF, 1994, p. 548).

Logo, a pesquisa ganha ânimo a cada folha de jornal virada e marcada com um singelo marca-texto que, por algum indício, recorda o momento no qual ele foi colocado ali naquele volume. Folhas datilografadas que a muito não se vê, permeadas por manchas amareladas, anotações formadas por garatujas que nem o mais bem treinado paleógrafo conseguiria transcrever, bilhetes de linhas de ônibus que não mais existem. Sinais que os próprios pesquisadores que ali trabalharam deixaram para trás, sem perceber, vestígios daqueles que se propuseram a elaborar outras representações sobre o passado para o qual estamos nos voltando agora.

Representações de um passado que chega a nós por imagens escuras e desbotadas, que exigem certa paciência em determinar o que realmente se encontra ali; também nos forçam a questionar o motivo de tantos outros símbolos não estarem presentes. Títulos de reportagens produzidos por editores que visivelmente não seguraram a língua no momento de desmerecer os criminosos e “meliantes” fichados pela polícia, fotografados e comumente destacados nas últimas folhas do Diário. Propagandas de um mundo novo, de

produtos que chegam aos campinenses pouco a pouco, juntamente com as empresas que aqui se instalaram durante os anos: carros em seus diversos modelos e funções, caracterizados pelos seus “horse power” de potência, deviam fazer inveja a qualquer um que não os possuísse; eletrodomésticos que simbolizavam progressos modernizadores, suscitando desejos e desafiando o poder aquisitivo dos campinenses mais abastados (não era qualquer um que poderia adquirir uma televisão de marca alemã ou um fogão a gás encontrado até então apenas nos estados mais ao Sul do país); propagandas de materiais e ferramentas de uso rural são constantemente encontrados entre as reportagens, o que nos faz pensar até que ponto a cidade de Campina Grande era predominantemente urbana.

Das dificuldades – que teimam em aparecer durante toda e qualquer pesquisa – para além das resistências diárias, há ainda as resistências que a própria documentação impõe ao nosso trabalho, dentre elas a deterioração de volumes mais antigos, tornando-se frágeis para o manuseio e perigosos para a saúde diante dos fungos que ali podem existir. Mas nada que instrumentos corretos de trabalho e proteção como pinças, lupas, luvas e máscaras não possam amenizar o esforço e maximizar os resultados da pesquisa. De alguma forma, trabalhar por entre os papéis desse arquivo se torna algo extremamente prazeroso ao passo que encontramos novas possibilidades de trabalho diante dos *insights* proporcionados pela rápida leitura das reportagens ali dispostas. Ao abarcar diferentes esferas da sociedade, são muitas as possibilidades abertas ao historiador para a produção de diferentes discursos a partir de um mesmo periódico.

Assim, a cada folha amarelada alcançada, encontramos novas possibilidades que se abrem para pensarmos sobre o passado. São histórias aparentemente pequenas, mas interessantes e importantes, riscadas pelas linhas do estranhamento,

que nos chamam a atenção, nos fazem viajar por um tempo que só existe ali graças àquele jornal. Essa experiência de pesquisa nos leva a refletir sobre a nossa contemporaneidade na medida em que tendemos a compará-la a esse passado tão próximo de nós, nos levando a imaginar como determinadas coisas mudaram tanto, mas, ao mesmo tempo, como o nosso tempo e os nossos meios nos permitem trazê-las aos debates acadêmicos e historiográficos dos quais desejamos participar hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, pode-se perceber que o periódico, é uma valiosa fonte histórica ao se analisar as propostas e perspectivas que a Nova História propõe. Na análise dos cotidianos e de suas transformações, dos interesses e do imaginário de determinada sociedade, o periódico não deixa a desejar perante outras fontes da mesma época. Mas claro que, como é de se esperar dos historiadores de hoje, a eficiência máxima destes documentos só pode ser atingida no momento em que há um questionamento, uma dúvida. Deve-se utilizar a fonte com a certeza que aquilo é apenas mais um discurso dentre todos os possíveis. Uma representação daquele determinado tempo. Afinal, como nos alerta Bacellar:

[...] é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental [...] Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador! (BACELLAR, 2005, p. 63).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da História. **X Encontro Estadual de História**. 26 a 30 de julho de 2010. Santa Maria - RS. Disponível em [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimprensaanpuh-rs\[1\].pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimprensaanpuh-rs[1].pdf). Acesso em 03 jan. 2013.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Anales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e História. 5ª reimpressão. São Paulo: Schwarcz, 2012.
- KARNAL, Leandro e TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (organizadoras). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto- Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In **Estudo Históricos**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995, Vol. 8, nº 16, p. 279-290.
- _____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

IGUATU NOS ANOS 1970: PEDRO LIMAVERDE E O CINEMA

*Naiara Leonardo Araújo*¹

Ei-la: - Iguatú!... Os coqueirais agitam
Os altos leques, quando sopra o vento,
Como se fossem azas que palpitam,
Em donde anseio, pelo firmamento!....

Cidade branca das areias!... Gritam,
por ti, as vozes do pensamento;
e, nos meus olhos que as estrelas fitam,
há tela, em luz, do teu deslumbramento!

Em taça azul e fria, a “Bastiana”
ao caminheiro mata a sêde insana;
um pouco certo o teu “Bugi” lhe dá...

O Jaguaribe – teu Jordão, perpassa,
teu nome unindo à tua grande raça
num batismo de força ao Ceará!...²

“Ei-la: - Iguatú!”, poesia escrita por uma estudante de nome Lúcia Maria que nos apresenta um pouco dessa cidade, distante aproximadamente 380 km da capital do estado do Ceará, Fortaleza. Cidade banhada pelo rio Jaguaribe e inúmeras pequenas lagoas (a exemplo da Bastiana), Iguatu é uma palavra indígena que se remete à suas águas e sua qua-

¹ Graduada em História pela UFCG. Mestranda em História Cultural pela UFPE. Bolsista CNPq.

² Gazeta Iguatuense, 29 de setembro de 1949 (arquivo privado).

lidade. A terra da água boa está situada na região centro-sul do estado e sua localização geográfica lhe favoreceu no contato com instrumentos modernizadores, bem como uma maior efervescência econômica e cultural desde muito cedo.

No início do século XX é inaugurada a estrada de ferro, no ano de 1910³. Marco importante na cidade, sua chegada permitiu maior rapidez no escoamento da produção de algodão, principal produto de comercialização no município. E com ela vieram também os cinemas, os quais se instalaram no referido espaço ainda nos anos 1920. Aqui nos dedicaremos a discutir sobre esses cinemas inaugurados e atuantes em Iguatu, focando, principalmente, na década de 1970, momento em que observamos o funcionamento de dois cinemas, o Cine Alvorada e Cine Coliseu.

O primeiro espaço de cinema com exibição diária fixa surgiu no ano de 1924⁴. O chamado Cine-Theatro Iguatu perdurou na sociedade iguatense até a década de 1950-60, tendo mudado por algumas vezes de proprietário e de nome, passando a se chamar Cine-Theatro Guarany. Provavelmente os equipamentos obsoletos, a mudança do passeio público para um outro espaço e a concorrência com um novo espaço de cinema, dito mais moderno, tenha ocasionado o seu fechamento. A partir do ano de 1952, o passeio público se fixava na praça Cel. Belizário, mais próxima da estação e o Cine Sá era dito como o mais moderno cinema da época, posteriormente denominado de Cine Alvorada.

O Cine Alvorada concorreu com outros espaços de cinema ao longo de sua existência - Cine São José e Cine da União, por exemplo. Mas devido ao gênero de filme ali exibido, e/ou outros fatores, sua permanência na sociedade não

³ NOGUEIRA, Alcântara. **Iguatu - Memória Sócio-Histórico-Econômica**. 2 ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1985 (edição revisada).

⁴ NOBRE, F. Silva. **O Ceará e o Cinema**. Rio de Janeiro, 1989.

se abalava. O Cine Alvorada ainda atuou por algum tempo juntamente com o Cine Coliseu, inaugurado em 1973, vindo a fechar no final desta década. Seu fechamento, no entanto, não se deve à existência de outro espaço de cinema, mas a diversos elementos, dentre eles a crise econômica pela qual a cidade passava com a queda da exportação do algodão, o fechamento de inúmeras fábricas na cidade, a chegada da TV pública em confronto direto com o cinema, etc.

Assim, o Cine Alvorada encerra suas atividades no final da década de 1970, enquanto que o Cine Coliseu aguentou ainda até a primeira metade da década de 1980. Uma história de funcionamento constante desses espaços na cidade que chegou em 1924 e durou até o início dos anos 1980. O cinema cessava e novas propostas não mais conseguiriam se manter, a exemplo do Cine Asa Branca, tentativa efêmera, construído no início da década de 1990.

Aqui, portanto, tomamos os anos 1970 e esses espaços de lazer, Cine Alvorada e Cine Coliseu, como cenários e palcos inspiradores de práticas, flertes e gosto ao trabalho de atuar, produzir. Assim, foi em relação direta com esses espaços de cinema que um garoto, empenhado em conhecer os mestres do *western*, adquire o sonho de ser ator e fazer cinema.

PEDRO VAI AO CINEMA

A presença do cinema na sociedade de Iguatu foi sentida não somente nas mudanças de práticas, estética e no uso de novos vocábulos. Serviu também como fonte de inspiração para futuros atores, para aqueles que almejavam se tornar cineastas ou trabalhar em algum cargo de produção cinematográfica. Alguns não ultrapassaram o momento do sonho, seja por falta de condições financeiras, seja por falta

de patrocínio estatal para produções regionais, ou pelo surgimento de outros interesses. Aqui encontramos a história de uma pessoa que sonhara em atuar no cinema e acabou fazendo mais, atuando no teatro, escrevendo roteiros de curtas-metragens, atuando também no cinema e em seus curtas dirigidos e produzidos por ele.

Seu nome é Pedro Gomes de Araújo Neto, mas como nome artístico adotou Pedro Limaverde. Nasceu no ano de 1954, na capital cearense, Fortaleza, pois seu pai, Péricles Gomes de Araújo, natural de Iguatu, se encontrava, no momento, assumindo o mandato de Deputado Estadual. Tão logo o mandato de seu pai terminou, a família retornou para Iguatu, local responsável por seus primeiros estudos. Lá permaneceu até sua adolescência e depois se mudou para Fortaleza com a pretensão de entrar para a Escola de Teatro. Em paralelo a tal atividade artística, Pedro Limaverde também era modelo fotográfico⁵.

⁵ VERDE, Wilson Holanda Lima. **Iguatu**: pelos novos caminhos da História (dando nova vida ao que vi, ouvi, li, falei, me disseram). Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011, p. 280.



Foto: Pedro Limaverde⁶

Quando concluiu seu curso começou a participar de grupos amadores de teatro, depois no Teatro Profissional. Mudou-se ainda para cidades como Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo, nas quais buscava trabalhos no teatro e passava também a atuar em algumas produções cinematográficas, especialmente situadas em São Paulo, no início dos anos 1980.

No campo teatral, como afirma Lima Verde, alguns de seus trabalhos mais significativos foram: *Rio de Cabo a Rabo* (Rio de Janeiro, 1979), *Dos seios da mãe gentil* (Grupo Prisma,

⁶ Jornal De Fato, edição nº 02, 15 de julho de 1984.

de Curitiba), *O Jogo do Jogo* e *O Robô Bobo de Bobby* (peças de texto infanto-juvenil do alemão Volken Ludwig), dentre outras. Ainda em termos de atuação, encontramos filmes produzidos em São Paulo que contaram com sua participação, a exemplo de *Estrela Nua*⁷ (José Antônio Garcia e Ícaro Martins, 1985) e *Os Bons Tempos Voltaram Vamos Gozar Outra Vez*⁸ (Ivan Cardoso e John Herbert, 1984)⁹. Ao que tudo indica filmes patrocinados, ou com certificado de censura, pela Embrafilme, pertencente ao cenário Paulista de produção cinematográfica, justamente num momento em que boa parte do que ali se produzia era denominado de *Cinema Marginal*¹⁰, o qual ficaria nacionalmente conhecido com o estilo *Porno-chanchada*.

⁷ Longa metragem de gênero dramático, inspirado de obras do Nelson Rodrigues e Clarice Lispector, lançado no ano de 1985. O filme foi produzido pela Olympus Filmes Ltda., dirigido por Ícaro Martins e José Antônio Garcia. No elenco, Carla Camurati, Selma Egrei, Pedro Limaverde, dentre outros. (Fonte: <http://www.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=023408&format=detailed.pft>).

⁸ Filme de gênero comédia/erotismo, produzido pela Cinearte Produções Cinematográficas e dirigido por John Herbert e Ivan Cardoso. O filme, lançado em 1985, tem no elenco Carla Camurati, Alexandre Frota, Pedro Limaverde, dentre outros (Fonte: <http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=023100&format=detailed.pft>).

⁹ Fonte: WWW.cinemateca.gov.br, acessada em novembro de 2013.

¹⁰ Não confundir com o Cinema Marginal, outro momento de produção cinematográfica dentre a historiografia nacional de cinema. Aqui, o uso da expressão Cinema Marginal se refere à marginalização em que o espaço de troca de ideias de produção das ditas pornochanchadas estava inserido. Assim, muitos críticos de cinema da época e pessoas de classes mais abastadas não apenas consideravam o cinema ali produzido como marginal, como também a rua do Triunfo, em São Paulo, e o bairro no qual estava inserido assim ficara conhecido.

Nos jornais e entrevistas realizadas não deixamos de observar a referência ao seu nome, suas atuações, bem como seus momentos de infância e adolescência na cidade. Alguns relembram o Pedro brincalhão, divertido, acompanhado por diversos amigos, o estilo popular. Outros ainda mencionam suas desavenças familiares e as dificuldades porque teve de assumir por conta de sua escolha profissional e sexual. Nos jornais, já nos anos 1980, ele é lembrado como ator iguatuen- se de sucesso no circuito Rio-São Paulo. No jornal *De Fato* encontramos uma entrevista realizada com ele na época de suas férias. A matéria começa trazendo dados de sua vida e carreira:

Com suas raízes fincadas em Iguatu, Pedro Gomes de Araújo Neto, 29 anos, ator e modelo fotográfico que usa o pseudônimo de Pedro Limaverde, nasceu em Fortaleza, mas viveu grande parte da sua infância e adolescência em Iguatu, onde residem seus pais (...). No momento está fazendo em São Paulo o que mais lhe fascina: o cinema. Assim é que Pedro Limaverde está trabalhando no novo filme de José Antônio Garcia e Ícaro Martins: “A Estrela Nua”, ao lado de Carla Camurati, Renata Sorah e Ricardo Petraglia. Sob a direção de John Herbert, Pedro Limaverde também está trabalhando paralelamente no filme “As Primas”¹¹.

Na sequência, a entrevista se desenrola e a primeira pergunta feita ao ator é em que momento ele começou a se interessar por teatro. Pedro Limaverde informa então que sua primeira vontade fora o cinema, pois adorava frequentá-los, no tempo de sua infância, para assistir aos *westerns*, em especial os italianos, denominados *western spaghetti*. Giuliano Gemma era seu grande ídolo do cinema, o qual se posicionava ao lado de seu ícone no campo musical, Roberto Carlos. Pedro Limaverde relembra o tempo de sua infância,

¹¹ Jornal De Fato, edição nº 02, 15 de julho de 1984 – Iguatu, Ceará.

momento em que morava na cidade de Iguatu, local também onde seus primeiros contatos com a sétima arte deve ter acontecido. Lembranças de suas experiências com o cinema que também se atrelam ao espaço físico-urbano da cidade, o *Cine Alvorada* e a Praça Cel. Belizário, a esse momento popularmente denominada de Praça da Bandeira, e o *Cine Coliseu* provavelmente frequentado nos curtos intervalos de férias tidos ao longo de cada ano.

Pedro Limaverde afirma que optou por estudar teatro porque os cursos de cinema existentes no Brasil formavam apenas técnicos e diretores. Ele queria mesmo atuar no cinema. Em seguida comenta um pouco sobre seus trabalhos, esses que já mencionamos acima. Respondendo à pergunta sobre quais conselhos daria a uma pessoa iniciante no meio artístico, o ator se posiciona de maneira pessimista, ou expressando as dificuldades porque teve que passar, ao afirmar que “fazer arte no Brasil é um ato de heroísmo. (...) Para os que realmente assumiram seguir a carreira, acho que o melhor passo é fazer escola e ir se equilibrando. Isso se não for afilhado de nenhum poderoso”.

Ao que parece, a notoriedade política de seu pai não o auxiliou muito no caminho artístico, principalmente ao observarmos alguns relatos sobre o desagrado de sua família. Inclusive, assunto que não é deixado de lado pelo entrevistador, ao indagar sobre como o ator enxerga a contribuição da televisão para o movimento gay. O ator responde com base nos trabalhos que realizou e em como o Brasil começa a mudar sua percepção sobre o assunto.

Nos questionamos também se essas especulações a respeito de sua sexualidade não teriam sido mais fruto de certos papéis feitos por ele, os quais chegavam ao público numa mescla de ator e personagem incorporados em uma única

peessoa¹². Para tomarmos um exemplo, citamos o filme *Estrela Nua*. Baseado em obras dos escritores Nelson Rodrigues e Clarice Lispector, que também têm cenas inspiradas em clássicos do cinema, como *Persona*, do cineasta sueco Bergman, conta a história de uma estrela de cinema depressiva, em fim de carreira, em paralelo à ascensão de uma nova estrela. De um lado Ângela, que morre em um acidente de carro antes de concluir a dublagem de seu filme, e do outro, Glória, a jovem recém-contratada que passará a dublar as falas da estrela e sofrerá tanto com a história do filme quanto com as lembranças de Ângela.

Pedro Limaverde encara o personagem Miguel que parece não ter relação direta com a história. Suas primeiras aparições são de pouca expressão, como técnico na produção do filme ou servindo mesas no restaurante onde as atrizes vão almoçar. Depois, ele aparece numa briga com o produtor do filme, na rua. Nas festinhas na casa das atrizes, lá está ele, agora com algumas falas e num banho de piscina com outro rapaz, ambos pelados. Por fim, no prazo final para a conclusão do filme, a história se repete e Glória também morre de um acidente de carro, deixando que a última fala a ser dublada seja pronunciada por Miguel.

O CINEMA DE PEDRO

As atividades artísticas de Pedro Limaverde não se reduziram apenas à atuação. Ele relata ainda, na entrevista ao jornal iguatense, adorar escrever, e tal gosto pode ter sido o pontapé inicial para a produção de alguns curtas-metragens. Escrita do roteiro, direção e produção, além de atuar em um

¹² MORIN, Edgar. **As estrelas**: mito e sedução no cinema. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

ou outro papel em seus curtas. Apesar de realizar tantas atividades na produção, seus curtas ganharam prêmios em festivais dos mais diversos locais do Brasil, do Festival de Cinema do Ceará a festivais em Teresina, Brasília, dentre outros. Aqui ressaltamos o curta *Simplesmente Oneide*, vencedor de prêmio no III Festival de Cinema do Ceará, no ano de 1993.

Simplesmente Oneide conta a história de uma esposa adúltera que planeja o assassinato do marido, Clóvis, para poder ficar com todos os seus bens. O plano é descoberto por seu cunhado, ao encontrar o seguro deixado pelo irmão, e pela amante de Clóvis, que investigando a vida de Oneide descobre as suas traições. Oneide, que se apaixonara por um de seus amantes, sofria mais com a partida deste do que com a morte do marido, ou com a notícia de que a amante do falecido estava grávida. Ela vai à procura do amante e o encontra com outra mulher, indo embora caminhando pela calçada sozinha, até se encantar com outro homem que cruza o seu caminho. O curta escrito e dirigido por Pedro Limaverde, conta também com sua atuação, pois ele é o homem que observa todos os passos de Oneide, sem ser percebido por ela. Quase sempre aparecendo para a câmera de costas, ou apenas sua sombra, seu rosto e corpo só será revelado nos últimos instantes, quando Oneide se encontra solitária em sua casa. Lá, o personagem interpretado por Limaverde encontra um lugar que lhe acolha, um seio para repousar.

Outros curtas ainda produzidos por ele foram *O Mergulho*, *Onde Estás o Coração* e *Mamãe Parabólica*, todos contando também com sua atuação. Nesta pesquisa, tivemos acesso a esse material que se encontra no Museu da Imagem e do Som Francisco Alcântara Nogueira, bem como uma entrevista com ele, um *video book* e entrevistas com as atrizes que trabalharam com ele, realizadas em homenagem à sua memória quando da sua morte. Apesar das poucas informações encon-

tradas sobre seu trabalho, além de filmes em que atuou e desse material presente no museu, observamos em sua entrevista que seu curta *Mamãe Parabólica* foi premiado no festival de Brasília, na categoria melhor roteirista.

Já *O Mergulho* foi selecionado para festival de cinema na Bahia, em 1994, e *Onde Estás Coração*, seu último trabalho, foi premiado como melhor vídeo de ficção no 11º Rio Cine Festival, e no III Festival de Vídeo de Teresina, no ano de 1995. Ainda, no blog da família Lima Verde, o artigo referente à vida deste ator acrescenta alguns prêmios recebidos em prol de sua atuação, como o prêmio FUNDACEM e o prêmio Mambembe, todos para melhor ator coadjuvante¹³.

Pedro Limaverde morreu em 1995. As causas de sua morte são postas em oculto quando Lima Verde fala, biograficamente, sobre o Pedro Gomes de Araújo Neto. Em seu livro (2011) ele coloca “vitimado de grave enfermidade” (p. 281). Também a mesma afirmativa é encontrada no blog da família. Entrevistados relatam, no entanto, que a causa de sua morte foi a AIDS e alertavam ainda que, para sua família, esse é assunto delicado¹⁴. Nesse caso, percebemos como a história oficial tratou de moldar e inscrever, deixando em oculto aquilo que pudesse ser visto como ameaça à história da família, em prol de uma biografia capaz de torná-lo um poeta, escritor, ator, cineasta e, sobretudo, herói das artes saído de Iguatu, membro de família abastada.

O esboço de sua trajetória no campo das artes, bem como de sua declarada paixão pelo cinema ter impulsionado-o para a atuação, é um exemplo particular da cidade de Iguatu.

¹³ <http://fotoslimaverde.blogspot.com.br/>, acessado em dezembro de 2013.

¹⁴ O acesso aos membros da família ainda vivos, sua mãe e seus irmãos, foram se mostrando de difícil realização, pois a primeira se encontra em estado de saúde debilitado ao passo que o segundo não concordou em colaborar.

Numa cidade em que boa parte do século XX contou com participação de cinemas, em alguns momentos funcionou dois ou mais ao mesmo tempo, exibindo as estrelas de cinema e inspirando a diversas pessoas para se engajarem no trabalho com as artes cênicas de maneira geral. Da cidade, ele se torna o exemplo que atuou mais ativamente no teatro e cinema, mas não esquecemos também aqueles que alimentaram o cenário local, fazendo pequenas atuações e imitações para divulgar ao público o novo filme em cartaz.

O João Cambota era o faxineiro do Cine Alvorada, mas entre uma varrida e outra de calçada, enquanto as pessoas passavam em busca de seus trabalhos, ele contracenava com sua vassoura e recriava as cenas que assistira na telona. Sua vassoura ia de um crocodilo que tenta atacá-lo à uma donzela jovem e charmosa em que ele agarra pela cintura e corteja. Assim, brincando de ser ator, o João Cambota divertia as pessoas e ganhava alguns trocados com sua arte. Apesar de ambos terem rumos diferentes em suas vidas, uma coisa os aproximava, o gosto pelo cinema e a partir dos filmes recriarem situações, inventarem histórias e performances.

**OUTRAS ARTES DE
ESCREVER HISTÓRIAS**

LUGAR DE MULHER É NA HISTÓRIA: O USO DO APRENDIZADO DA OFICINA "IMAGENS E SUBJETIVIDADES NA ESCRITA DA HISTÓRIA" NO ESTUDO SOBRE O FEMININO

Janaína dos Santos Maia
UFCG¹

O texto apresentado deve parte do seu nascimento aos debates empreendidos no mini-curso/oficina *Imagens e Subjetividades na Escrita da História*². Motivado pelo conhecimento adquirido sobre as possibilidades de escrita e pesquisa nos domínios da história, a partir da análise das fontes, nos sentimos amadurecidos o suficiente para enveredar pelos caminhos da garimpagem histórica e elegermos a fonte com a qual ambicionaríamos responder aos questionamentos propostos em nossas pesquisas. Em se tratando do nosso caso, temos nos periódicos o principal aporte para a análise das

¹ Bolsista egressa do programa Pet História da UFCG.

² No ano de 2011, em uma reunião semanal do grupo PET História da UFCG, os integrantes definiram que iriam estudar as fontes históricas. Em um grupo de pouco mais de doze estudantes de história, lançou-se, para seis destes, o desafio de apresentar ao público acadêmico um mini curso sobre fontes históricas. Ao falarmos sobre periódicos, relatos orais e musicais, literatura, internet e tantas outras modalidades de fontes, concluiu-se o plano da oficina *Imagens e Subjetividades na escrita da História*, atividade que perduraria nos anos seguintes buscando pesquisar as possibilidades de o historiador trabalhar com as diversas fontes.

questões relacionadas ao feminino e aos discursos que se edificaram ao longo do tempo a respeito desta categoria de gênero.

Da revista para a História: O estudo sobre o feminino nos periódicos semanais

Isto, paginas e paginas, columns e columns. Si se falla da mulher é para mandal-a fazer doces. Da alma, do espirito, da educação não se trata. A mulher nasceu para ser mãe." Este é o chavão com que cabeças vasias de ideias enchem (5) papeis impressos. Não será tempo do nosso jornalismo despetar e desviar os olhos das arcas do thesouro voltando-os para o povo que anda por ai completamente imbecilizado? (Ercília Nogueira)

A citação, acima foi publicada no ano de 1924 pela feminista Ercília Nogueira Cobra³. A partir de sua fala, passa a ser fácil compreender que mesmo partindo dos primeiros anos do século XX, Ercília tem uma clara orientação a respeito da importância exercida pelos periódicos voltados para o público feminino e da influência que estes são capazes de exercer a partir da vinculação dos discursos presentes em suas páginas.

Os periódicos aos quais a autora se refere passaram a circular no Brasil no início dos anos 1900, tendo a sua diagramação semelhante às revistas de grande influência que circulavam nos centros europeus. Os títulos destas publicações eram os mais variados, tendo entre estes, *O Malho* (1904), *A Avenida* (1903) a *Fon Fon* (RJ,1907), *O Cruzeiro* (1928) e tantos outros títulos aos quais os editoriais da atualidade

³ Feminista atuante no Brasil dos anos de 1920, responsável pela publicação de obras como, *Virgindade Anti-Higiênica - Preconceitos e convenções hipócritas e Virgindade Inútil e Anti-Higiênica Novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens*.

(*Veja, Cláudia, Nova, Boa Forma, Contigo, Caras*) herdaram a maioria das suas características.

A inquietação demonstrada por Ercília Nogueira e tantas outras feministas em sua época parte do fato de as revistas as quais ela faz referência, não priorizarem o senso crítico do seu público, pois, ao invés de abordar assuntos relacionados ao movimento em prol da redefinição do papel da mulher diante da sociedade brasileira, notava-se, segundo a feminista, um padrão de periódicos no qual somente assuntos triviais do cotidiano, ao exemplo de receitas culinárias, produtos estéticos e conselhos amorosos passavam a ser abordados em suas páginas.

A partir de colocações semelhantes às que foram postas por Ercília, notamos o quanto as publicações em forma de revista podem trazer ao historiador que se interesse pelo estudo de gênero, mais especificamente na área dos estudos femininos, uma clara análise de como, ao longo dos anos, no Brasil, a mídia impressa funcionou como um dispositivo capaz de difundir uma série de discursos a respeito do que se convencionou acreditar ser o padrão ideal de feminilidade.

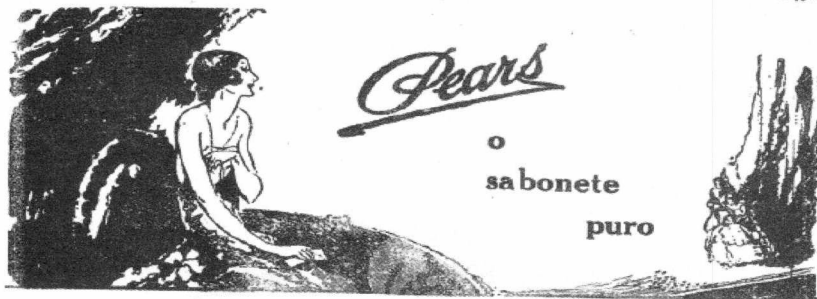
Utilizemos como exemplo, o estudo do periódico *Fon Fon*. Esta publicação circulou no Brasil entre os anos de 1907 a 1958, destinava-se ao público geral, em especial ao feminino, por trazer em suas páginas as últimas novidades sobre moda, cinema e arte, dando enfoque também aos acontecimentos sociais e políticos do Brasil, em especial, aos do Rio de Janeiro. Ao nos detalharmos na leitura desta revista, em especial, nos números referentes ao ano de 1930, percebemos, em suas páginas, uma série de discursos enaltecendo a conduta feminina tradicional, ou seja, a valorização da mulher recatada e submissa em contraposição ao novo perfil de mulher emergente naquela época, o qual seria o da mulher que trabalhava fora de casa, e exigia para si, direitos antes destinados somente aos homens. Exemplifiquemos esta colo-

cação analisando uma, das muitas imagens que circularam no Brasil no ano de 1930 através da revista Fon Fon.

25 - 1 - 1930.

FON . FON

- 71 -



*A senhora que frequenta a sociedade
embelleza sua pelle com Pears*

Revista Fon Fon, Ano XXIV, nº 3, 08 de Janeiro de 1930, pag. 71

Analisando a imagem trazida nesta propaganda, percebemos o quanto os idealizadores do anúncio exposto tinham o intuito de trazer o ideal da “senhora da sociedade” o qual consistia em um padrão enaltecido de uma mulher embelezada, perfumada e conformada com a sua atribuição. No momento de análise na estrutura da referente publicação, percebemos que, ao decorrer de suas páginas, o modelo ideal de mulher a qual almeja, ou tem visibilidade social continua a ser exposto através de contos, crônicas e conselhos editoriais. A partir desta colocação, passa a ser correto afirmar que o corpo editorial tanto dos periódicos que circularam no Brasil no início do século XX, quanto os que foram publicados em outras épocas, apresentam, em suas páginas uma série de discursos internos, objetivando com estes, atingir um determinado público e com isto também influenciá-lo, dando seguimento ao que Michel Foucault em *A Ordem do Discurso* denominou como o tecer de uma malha discursiva.

Foi justamente pelo fato de os periódicos não serem uma fonte histórica dotada de neutralidade que, durante algum tempo, os impressos foram relegados ao status de “não históricos”, em especial na passagem entre os séculos XIX e XX, tempo em que o método histórico consistia na análise de documentos considerados como extraoficiais e dotados de informações verídicas, não havendo, com isto, espaço para a análise de documentos vistos como algo de natureza tendenciosa (LUCA, 2011).

Com a chegada dos anos 1970, e com o aprendizado trazido pela Escola dos Annales percebeu-se que, em se tratando de história, nenhum documento analisado em prol de nos trazer uma interpretação acerca do passado podia ser visto como neutro e verdadeiro, pois até mesmo os documentos oficiais são permeados por uma série de discursos que são sobrepostos a outros, obedecendo assim a uma ordem discursiva, a qual segue uma escala de relações de poder (ALBUQUERQUE, 2009). Assim, uma gama de historiadores passa a voltar a sua atenção para a análise dos periódicos não apenas como um veículo informativo ou de entretenimento de um período, mas como uma possibilidade de interpretar o pensamento de uma sociedade numa dada época a partir das informações com as quais era composto o seu cotidiano e também suas mentalidades.

Em se tratando do feminino esse movimento não foi diferente. Sendo uma área de estudo de grande destaque nos anos 1980 no Brasil, os questionamentos relacionados ao modelo patriarcal de família que consistia na mulher, tanto na condição de esposa, filha ou em outra categoria, como um ser dependente e moldado pelo discurso do masculino, passaram a ter nos periódicos impressos um meio para responder a uma série de indagações relacionadas aos mecanismos com o qual foi possibilitada a construção da imagem da mulher como um indivíduo social que deveria ter uma conduta con-

dizente a um determinado padrão difundido através de discursos médicos, jurídicos e midiáticos. Neste ínterim, pesquisas como a da historiadora Joana Maria Pedro, a qual se dedica a analisar a forma como as identidades de gêneros são construídas em revistas de circulação nacional, ou da Carla Bassanezi, que apresenta, em seu estudo, as formas como as revistas voltadas ao público feminino foram um padrão para a mudança comportamental entre o masculino/feminino, são exemplos do quanto, no Brasil, as fontes impressas serviram como um instrumento de grande potência para, em parte responder ou, porque não, suscitar uma série de questões, que inevitavelmente sempre vem até nós, sobre o passado.

Estudos das fontes históricas: uma breve consideração

Ao retornarmos do nosso passeio pelo universo das fontes históricas, que em nosso caso se deteve na discussão sobre a possibilidade de se utilizar os periódicos impressos no estudo do feminino, deixamos em aberto aqui um grande parêntese em relação às mais diversas possibilidades de se escrever a história, mesmo que esta se volte para o campo dos estudos femininos, ou avance por outros caminhos. Atentamos para isto pelo fato de o aprendizado adquirido na oficina *Imagens e Subjetividades na escrita da História* ainda hoje se apresentar para nós como algo contínuo e capaz de nos fazer até mesmo questionar os caminhos pelos quais devemos trilhar no momento em que nos submetemos e também nos arriscamos pelo ofício da escrita histórica.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (org). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- FOUCAULT, Michel, **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 02 de Dezembro de 1976. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- LUCA, Tania Regina de. *Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: **Fontes Históricas**. Org. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto. 2011. p.111-153.
- MACENA, Fabiana. **Madames, mademoiselles, melindrosas: representações femininas na Revista *Fon Fon* (1920-1930)**". Viçosa, UFV.
- PEDRO Maria Joana. **A Nova História das Mulheres no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2012.
- RAGO, Margaret. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs), **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.
- _____. **Do cabaré ao lar**. Rio: Paz e Terra, 1985.

O QUE OCORRE QUANDO UM HOMOSSEXUAL SE SUICIDA? SENSIBILIDADES NOS ESTUDOS DE GÊNERO

Paulo R. Souto Maior Júnior¹
(PPGH-UFPE)

"Vó, eu tomei chumbinho, eu tomei chumbinho, me ajuda". Estas foram as últimas palavras ditas por ti, Iago, no aflorar da tua adolescência, quando se deu a tua partida. Tu devias estar um tanto desorientado, desesperado, aturdido ao decidir fazer o fim de si mesmo, deixar-se, ir embora para nunca mais voltar. Sejam os familiares, ou os garotos agressores da escola, do bairro, não te teriam mais por perto. Encontrastes a possibilidade de fugir do teu martírio diário. Por que já não tinhas mais força para resistir? Ou a morte seria o último e grande ato de resistência?

Sabe, às vezes a vida é semelhante à história. As "coisas" estão lá, mas a gente pode inventar, recriar, atribuir novos significados e, sobretudo, entender. Meu pequeno garoto, imagino o quanto não tentaste fazer da tua vida uma obra de arte. Fico pensando no que te passava à cabeça no caminho percorrido toda manhã rumo àquela escola na periferia

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente desenvolve uma pesquisa sobre o dispositivo de confissão da homossexualidade no Brasil, sob orientação do professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Endereço eletrônico: paulosoutom@gmail.com

de São Paulo. Certamente tu sentias afeição por algum garoto e esperavas ansiosamente o anoitecer, quando podias devanear tantas coisas: como ser aceito, ser respeitado e, simplesmente, ter o direito de "ser/estar" o que bem lhe convir. Inclusive, Iago, esse direito de poder "ser/estar" homossexual, de se tornar aceito na sociedade só foi possível com os primeiros passos do movimento homossexual no país que emergiu em 1978, no fim da Ditadura Militar no Brasil, esse assunto que seria tema de alguma avaliação que virias a fazer na escola. Pois é, você nem pensava em vir ao mundo, mas veja, como lá, nos anos 1970, já se lutava inclusive contra o preconceito da sociedade, este mal a te acometer constantemente.

Catorze anos é a temporalidade da tua vida, de 1995, quando chegaste, a 2009, quando da tua partida. Mas eu falei em chegar... Iago, infelizmente, o emprego deste verbo pode se referir ao ser mais um. Serias mais um a aprender a passar pela vida atuando como um morto, um pária, um traidor e talvez por isso merecesses um tratamento tão cruel. Por resultado, tirastes a própria vida. O número de suicídios de homossexuais é significativo no Brasil e há divergências entre a própria imprensa sobre noticiá-lo, ou não. Foste mais um e aqui se pode incluir o número crescente de suicídio de homossexuais no país. Somos o país que mais mata por homofobia. Vou te falar mais sobre isso um pouco mais tarde.

Na escola, como sofrias! Não?! Eles estavam lá, ávidos em mostrar a masculinidade juvenil, necessitando de um outro para se sobressair, de um oposto para se afirmar. Eis, Iago, o modelo construído a fim de servir de guia de conduta da sociedade ocidental, a heterossexualidade compulsória; isto é, a construção do modelo heterossexual é perpassada pela existência de uma categoria que possa ressaltá-lo enquanto correto e normal. Por aí, a homossexualidade foi cri-

ada como anormal, errada, suja, promíscua, indecente e demais estereótipos.

Podia ser só mais um dia ouvindo piadas e precisar fingir que não era contigo, não dar ouvidos, não atribuir importância. Podia ser só mais um xingamento, mas não foi. Soube que eles te bateram e te jogaram na lata do lixo. Havia revolta, Iago? Revolta de si por não conseguir ser aceito? Revolta deles, por te tratarem daquela forma? Revolta da escola por dizerem à tua mãe que nada tinham a ver com isso? Revolta de não conseguir modificar teus trejeitos, teus sonhos, teus afetos?

Agora que te fostes, resta-nos narrar a película deixada por este gesto de coragem, gesto heroico, gesto de esgotamento, gesto que parece gritar, "não aguento mais". Grito que vem como reação. Reagiste às agressões verbais, às agressões físicas, reagiste a uma vida em que muitas vezes foi preciso desfrutar enquanto morto simplesmente por não poder dizer sim à existência.

O que nós, historiadores, podemos fazer com essa tua vida? Podemos devanear um pouco da tua condição, olhar o horizonte e questionar o que te levou a tomar essa posição tão corajosa; diagnosticar os sentidos de uma trajetória marcada por dor e insatisfação. Apesar de ires, ficamos com o teu corpo, este signo sugestivo para indagar, como fez Michel Foucault (2009), o que estamos fazendo de nós mesmos?

Essa história narrada, aqui, aponta elementos para refletir a associação entre solidão e estudos de gênero. Sei que tu te sentias sozinho, menino. A solidão na modernidade foi estudada por Richard Senet (1981), que a divide em três tipos: pode se dar sob as garras do poder; medo em decorrência daqueles que possuem o poder; quando se é diferente das pessoas "normais" e, por isso, excluído.

Michel Foucault, Iago, tinha desejos semelhantes ao teu, era chegado a rapazes. Este filósofo estudou as técnicas de

dominação na modernidade relacionando-as às técnicas do *self* que "impõe uma série de obrigações verdadeiras: descobrir a verdade, ser iluminado pela verdade, contar a verdade. Todas elas são importantes para a constituição ou transformação do *self*" (FOUCAULT, 2008).

Mas esse desejo que provavelmente sentias era minimizado por outro, o desejo que regula as práticas sexuais definindo masculino e feminino, atribuindo papéis de como ser homem e como ser mulher. Os corpos contrários a este regime são os corpos abjetos, estudados por Judith Butler (2010). São abjetos: incomodam os padrões tidos como normais na sociedade pelo fato de não se identificarem com essa normalidade, historicamente demarcada. Refletir sobre esses corpos é, primeiramente, conferir uma legitimidade que eles não obtiveram na sociedade. Mas é igualmente reconhecer que o desmerecimento deles se dá em virtude dos corpos que importam sendo, os primeiros, destinados aos locais das invisibilidades. A abjeção, garoto, está muito distante da potência produtiva do que pode um corpo, este território de possibilidades infinitas no entender de Espinosa (2012).

Alguns estudos têm interpretado o corpo, enquanto espaço primeiro do sentimento de repúdio devido a traços homossexuais, leia-se, afeminação. O corpo fala, vê, faz ver, manipula, disfarça, brinca, chora e cala. O corpo esconde identidades, aflora outras tantas. O corpo é o signo de que algo não vai bem, não é, ligo? Um homossexual reconhece seu "desvio" da norma recorrentemente pelo olhar de estranhamento, de repulsa ou de ódio lançado sobre o seu corpo, quando não por palavras, por agressões que marcam a consciência; raramente, se esvaindo da memória, elas ficam como

sinal de lembrança, quase involuntária, a medir ações, atos e gestos em dados lugares².

Provavelmente teu corpo tivesse elementos oscilatórios que não conseguias controlar, uma luta diária entre masculinidade e afeminação. Era urgente vigiar os passos e os gestos com propostas a fugir do último e a chegar ao primeiro, a identidade masculina, mundo sonhado, mundo ao qual se tentou pertencer, mundo a fechar-lhe a porta, mundo a dizer-lhe não.

Dáí se torna possível compreender a dupla biografia do homossexual, entendes? As tentativas de não deixar transparecer o que os outros pensavam de ti... Esse modelo é perpassado por várias identidades, observou Erving Goffman (1988), quando não se atende às expectativas do outro que pode ter suas verdades abaladas com, por exemplo, as características homossexuais. Para a vida, no estado de exceção, de negação dos direitos a determinados grupos, a manipulação da identidade parece ser necessária porque mina a violência simbólica sofrida por homossexuais.

Iago, fico pensando na vida que vivias na escola. Sobre essa vivência, tua avó, Dona Maria Benedita Marim disse:

As crianças xingavam muito ele, batiam nele, né?!, falavam que ele era gay. Às vezes... já chegaram a colocar ele dentro da lata do lixo. Aqueles latão de lixo... Eles colocam ele dentro da lata de lixo e ele veio todo sujo para casa. Ele já não tava mais querendo estudar, que ele tinha, não sei... receio. Ai Vó não sei porquê eles me batem. Eu falava "por que eles te batem?" Não fiz nada, ele falava. Ai eu dizia: mas isso tem um fundamento, conta pra Vó. Não, não é nada, não fiz nada, não sei porque eles me batem. Ai a mãe dele foi lá no Anchieta (escola) vê quem é que batia nele(...). Aí eles fala-

² Essas reflexões podem ser consultadas em: ERIBON, Didier. Reflexões sobre a questão gay.

vam palavra pesada: você é isso, você é aquilo, você é aquilo outro³.

Lemos, nas palavras da tua avó, o falar sobre um passado, um menino no passado, ou melhor, perdido no passado. Por ser a entrevista audiovisual, percebemos a feição triste, melancólica, da senhora Marim ao rememorar o teu sofrimento. Talvez a dor dela seja maior por saber que muito pouco foi feito para mudar a tua situação na escola. A memória é seletiva, sabe, e o falar também. Então, se a tua avó escolheu falar da situação de descrédito que sofrias na escola é porque há, aí, um incômodo. Isso se dá porque a escola é o espaço do educar, do gestar, do ensinar, da tentativa de compreensão das diferenças. Porém, no caso da tua escola, e da maioria das escolas deste país, parece não haver o ensinamento desses assuntos, tão caros à vida e à formação social e cidadã dos indivíduos.

Dizem por aí que a escola é o espaço de transformação. Teu exemplo nessa instituição, garoto, barra esse modelo. Esta geografia parece se afastar da construção de mundos melhores; se torna a arquitetura do medo, do receio, dos passos controlados atentos a um possível requebrado, a um desvio das condutas ditas normais, bem como de insegurança.

Após tua partida, um jornalista, em matéria para o Programa Profissão Repórter, da Rede Globo, entrevistou a diretora da tua escola. Ao ser interrogada se teus responsáveis procuraram a escola para tratar das agressões dirigidas a ti, constantemente, a diretora foi categórica, "não, nunca procuraram". Mas uma de tuas tias, de quem falas, em tua carta de despedida, que a ama demais, disse que a escola não se im-

³Esse depoimento pode ser conferido em: <https://www.youtube.com/watch?v=E0AuiymZlms>. Acessado em 15 de junho de 2014.

portava. O espaço escolar era motivo de insegurança e receios, ligo? Não era só para você...

Maria Castañeda (2007), para além das formulações apressadas do seu estudo⁴, coloca a dificuldade do homossexual em levar para a casa a agressão ouvida naquela manhã... Interromper o jantar com esse assunto significa suscitar dúvidas quando na realidade o desejo é que a dúvida vá embora e deixe espaço para os gostos e gestos ligados à heterossexualidade.

Eu quero destacar, menino, que as agressões que sofras, diariamente, estão localizadas em um estado historicamente conhecido pelo exercício de práticas homossexuais. Mais que isso, a tua cidade, São Paulo, realiza a maior parada gay do mundo. São tantas pessoas nas ruas comemorando o dia do orgulho gay, não é? Você teve vontade de ir alguma vez... que importa? Há só possibilidades para evitar o que já foi...

A mídia já veicula, desde os anos 2000, aspectos positivos relacionados à homossexualidade. O investimento no casamento gay, por mais que não concorde por acreditar que gere a normatização da homossexualidade, ligo, é um claro denominador desse avanço. Algumas novelas já traziam essa temática. Acredito que assistias *Paraíso Tropical*, de 2007, e *Páginas da Vida*⁵, de 2006. Sonhavas com aquela possibilidade de existência? Ali, em ambas as tramas, haviam personagens gays aceitos na sociedade. Sim, era ficção. Mas Oscar Wilde, isso mesmo, o que escreveu *O retrato de Dorian Gray*, já dizia, a vida imita a arte mais do que a arte imita a vida.

⁴ Estou me referindo a um dos seus livros: CASTAÑEDA, Maria. A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas família e seus terapeutas. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

⁵ *Paraíso Tropical* e *Páginas da Vida* foram novelas que trouxeram casais de homens. Em ambas os dois viviam juntos.

Tantos homossexuais se identificaram com essa trama e, igualmente, com a tua partida. Na realidade, quando soube do teu caso, me lembrei muito das formulações do filósofo Michel Foucault (2009) em torno da biopolítica, ou seja, da função da sociedade em gestar um corpo, em normatizar o corpo. O que sentias com os ataques homofóbicos que sofrias se aproxima da biopolítica, o governo da vida. Ora, eras tratado dessa forma porque não te adequavas ao padrão modelo de conduta da sociedade: a heterossexualidade.

Acredito que devias ter certo jeito feminino, Iago, pelo modo como sua família fala das agressões que sofrias. Se isso ocorria é porque tens todo o direito de conjurar atos performativos com o teu corpo. Mas não te entendias, e prova disso foi te colocarem na lata do lixo. É que esse jeitinho sabe, afeta a masculinidade deles, os colocava em uma fronteira, os amedrontava por causa do modelo como o ser homem, ser menino é construído na nossa cultura, superior ao feminino e a todos os outros; eles não aceitam quaisquer possibilidades a incomodar sua reputação, seu local de superioridade, sua exuberância, demonstração do viril, seja nos assuntos que trata, no modo como fala, o que fala, como anda, como se comporta e tudo isso são instâncias aprendidas na nossa cultura, Iago. Não sofras se por acaso tuas tentativas não deram certo. Há coisas na vida que não escolhemos, são como as ondas do mar, estão sempre ocorrendo, em maior ou menor grau, se recriam sempre, jamais são as mesmas.

Talvez foste mesmo invisível. A professora se contradiz ao dizer que a situação era discutida na escola, ao passo que a tia diz o contrário. Possivelmente fosse um problema menor, só mais um *gayzinho* querendo chamar a atenção na escola. Evidentemente isso ocorreu Iago, porque as políticas educacionais ainda não estão bem equipadas para tratar desses temas fronteiriços na educação. A escola está muito longe de ser uma instituição que convide à liberdade, pelo menos

quando se trata de pensar teu caso, pois ela não se posiciona: peca por omissão e desatenção. Mas se a escola pensava assim, a consequência da sua omissão foi trágica. Foi preciso que não estivesses mais ali para que, provavelmente, tenha havido uma reflexão crítica sobre o papel do professor da sociedade.

Infelizmente, Iago, mesmo com as vitórias que a questão homossexual vem conquistando no Brasil desde o fim dos anos 1970 muito ainda está por ser feito. O teu suicídio é o exemplo vivo de como a cultura brasileira enfrenta temas ligados à homossexualidade em uma temporalidade muito recente, há cinco anos atrás. O que eu desejei nesse texto-carta, Iago, foi te trazer para este mundo, o mundo da história sexuada, um mundo que merece notar e anotar casos como o teu, a fim de frear e fazer refletir a maneira como a sociedade vem enfrentando questões ligadas às diferenças sexuais.

Iago, lamentavas dançar tão devagar nos caminhos da heterossexualidade? Lamentavas não conseguir ir contra os teus sonhos, desejos, vontades? Falastes disso algumas vezes para tua avó, querendo entender o porquê deles, os colegas, te baterem. Talvez em algum momento, na escola ou no caminho de volta para casa, tenhas sussurrado socorro, um socorro mudo, sem coragem de sair de dentro de ti. Ou talvez tu tenhas gritado de alguma outra forma, valendo-se de algum gesto, mas ninguém ouviu o teu sussurro, ninguém poderia pensar no que virias a fazer. Embora tivesses tido motivos para chorar, sempre, foste um menino alegre, mesmo com a vida exigindo o engolir do choro. Demorava a aparecer uma ajuda. Em algum momento essa ajuda se efetivou fora do ambiente familiar?

Cansado, sem dúvida esgotado, decidistes pegar escondido o chumbinho na despensa da casa e te debruçastes no muro. Buscavas a coragem do ato ou o alívio no morrer?

Quanto tempo levaste planejando isso? Imagino a saudade que já sentias quando encerrastes a carta dizendo que amava muito a mãe, a tia e a avó. Quanta dor, hein, menino! Deixar na (in)certeza do nunca mais a mãe e demais familiares. Logo elas, o remate do amor. Tu as amas demais, não? Quiseste não somente deixar de sofrer, mas deixá-las de sofrer com a tua dor, o modo como os outros se referiam a ti.

Isso é mais do que uma carta de despedida, é mais do que palavras, é uma declaração porque quando tua partida se deu, algo também se foi em mim e em diversas pessoas chegadas a esses desejos. É também uma declaração pessoal do sentir e do pesar por mais uma vida que se vai em condições difíceis. Eu só te conheci porque tu morreste. Quase uma vida dos homens infames... Desde lá, muitas lágrimas rolam quando lembro de ti e dos teus sinais de solidão. Pergunto-me se fazias alusão à morte. Tantas perguntas sem resposta para esse ato de coragem, semelhante ao que fez Gilles Deleuze, filósofo da vida. O que fiz aqui é o que a história pode fazer às vezes, um desabafo de vidas abjetas.

E naquele 2009 se deu o dia da tua morte. Talvez, quem sabe, semelhante ao modo cantado por Gin Wigmore: *“Lay down your broken head/I can see you cry away your life/Fall like you fell from grace/Soft, but sweetly say/This is my dying day/And if you don't mind/I would like to/Fly/Fly far away/That's all I wanna do is/Fly far my way/That's all I'm gonna do/On my dying day/Live/Like you never have/Take in all you can/Before the wind decides/To lead like a Mother pleas/Don't let go of my hand/On my dying day/And if you don't mind/I would like to/Fly/Fly far away/That's all I wanna do is/Fly/Fly in my own way/Where nobody can touch me/Nobody can/I'm flying/Flying my own way/That's all I want to do/On my dying day”*⁶

⁶Tradução: Deite sua cabeça quebrada/Eu posso ver você chorar longe de sua vida/Caem como você caiu da graça/ Suave, mas docemente diz/

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Cuerpos que inportan**: sobre los limites materiales y discursivos del sex; Paídos: Buenos Aires, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: volume 2, o uso dos prazeres. São Paulo: Graal, 2012.
- _____. **História da Sexualidade**: volume 1, A vontade de saber. São Paulo: Graal, 2012.
- TANIS, Bernardo. **Circuitos da Solidão**: entre a clínica e a cultura. São Paulo: Casa do Psicólogo: FAPESP, 2003.

Este é o meu dia de morrer/E se você não se importa/Eu gostaria de/Voar/Voar longe/Isso é tudo que eu quero fazer é/Voar para o meu caminho/Isso é tudo o que eu vou fazer/No dia da minha morte/Viva/Como você nunca viveu/Pegue tudo o que puder/Antes que o vento decida/Para conduzir como argumentos de uma mãe?/Não deixe para ir da minha mão/No dia da minha morte/E se você não se importa/Eu gostaria de/Voar/ Voar longe/Isso é tudo que eu quero fazer é/Voar/Voar à minha maneira/Onde ninguém pode me tocar/Ninguém pode/Eu estou voando/Voando do meu próprio jeito/Isso é tudo que eu quero fazer/No dia da minha morte. Disponível em: <http://letras.mus.br/gin-wigmore/1731953/traducao.html>. Acessado em 13-05-2014

AS REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO A PARTIR DE LEITURAS DA HISTÓRIA CULTURAL AMERICANA

Paulo Montini de Assis Souza Júnior
(UFCG)¹

Valber Nunes da Silva Mendes
(UFCG)²

Surgindo como um novo método de escrita da História, em meio a tantos outros já tradicionais na academia, a História Cultural, em sua vertente norte-americana, estabeleceu, a partir das obras *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural Americana* (1984) e *O Retorno de Martin Guerre* (1983), um novo olhar para as fontes, em conjunção com novos diálogos com estudos antropológicos, resultando em métodos inovadores para se trabalhar com a história à época. Robert Darnton e Natalie Zemon Davis, autores, respectivamente, das já citadas obras, acabariam por trazer ao campo historiográfico a presença da emergente Antropologia Simbólica, em contraponto ao até então método estabelecido por Lévi Strauss (a Antropologia de caráter estruturalista). Estudiosos como Clifford Geertz e Mary Douglas influenciariam, por meio de seus conceitos, tais autores, tão significati-

¹ Aluno de graduação do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande.

² Aluno de graduação do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande.

vos para este campo. A partir dessa percepção, iniciamos um estudo em que procuraremos mostrar a recepção destas perspectivas antropológicas pelos historiadores expoentes da Nova História Cultural. Em seguida, nos dedicamos à análise da maneira pela qual Natalie Davis e Robert Darnton retrataram o cotidiano em suas obras em meio a todas as transformações marcantes às quais esta nova perspectiva de escrita da história se fundamentou.

Robert Darnton e o início da História Cultural Americana

Robert Darnton já era um historiador conceituado no meio acadêmico quando decidiu, na segunda metade da década de 1970, dedicar-se à escrita de *O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural Americana*. O livro, considerado o marco inaugural do que se convencionou chamar de Nova História Americana, tornou-se também grande sucesso não apenas no meio dos historiadores, mas também entre os cientistas sociais.

Professor na Universidade de Princeton desde 1968, Darnton estava em contato constante com um dos já admirados nomes da Antropologia em seu ambiente de trabalho: o professor Clifford Geertz. Por meio de uma amizade consolidada, Darnton (até então admirado por trabalhos dedicados à história do livro e da prática de leitura na França iluminista) e Geertz conduziram, ao longo de 25 anos, um seminário em conjunto na Universidade de Princeton. A admiração de Darnton por Geertz não era à toa: o antropólogo havia publicado, em, 1973 uma obra que acabaria por revolucionar o método de estudo e análise no campo da Antropologia. *A interpretação das culturas* foi considerada, por toda sua posterior influência, uma das grandes obras do meio antropológi-

co, por um novo método que Geertz introduziu e desenvolveu constantemente ao longo do livro: a *thick description*, ou descrição densa.

Apropriando-se de uma ideia pertencente inicialmente a Max Weber, na qual este comparou a cultura de um indivíduo a “teias” que se ligavam ao mesmo, Geertz afirmou que o estudo da cultura, pelo fato das análises desta terem se tornado, ao passar dos anos, cada vez mais específicas, deve ser feito a partir de análises etnográficas intensas, densas. Desta forma, é famoso o exemplo o qual Geertz usa inicialmente, ao apropriar-se, mais uma vez, de uma situação formulada por outra pessoa (desta vez do filósofo inglês Gilbert Ryle), no qual é feita uma rápida análise acerca de uma simples ação: o piscar de olhos entre garotos. Ao levar em conta que um dos meninos pisca pelo fato de ser acometido de um tique nervoso, um segundo garoto pisca para comunicar-se com um amigo e um terceiro piscaria por malícia, vemos que:

O caso é que, entre o que Ryle chama de “descrição superficial” do que o ensaiador (imitador, piscador, aquele que tem o tique nervoso...) está fazendo (“contraíndo rapidamente sua pálpebra direita”) e a “descrição densa” do que ele está fazendo (“praticando a farsa de um amigo imitando uma piscadela para levar um inocente a pensar que existe uma conspiração em andamento”) está o objeto da etnografia (GEERTZ, 1989, p. 17).

Assim, Geertz compreendia que o objeto de análise (ou objeto antropológico) seria uma hierarquia de estruturas que permitiriam, a partir da observação e interpretação de um comportamento ocorrido, diferenciar o tique nervoso de suas imitações. Desta maneira, esta descrição densa, microscópica e com características peculiares, permitiriam, ao observador-estudioso, uma maior compreensão do contexto analisado.

Acometido por esse sistema de análise geertziano, Darnton passa a empregar a influência obtida do amigo em algumas obras suas. Em seu livro *O Iluminismo como Negócio* (1996) percebe-se o uso dessa descrição densa formulada por Geertz, na qual Darnton demonstra todo o longo caminho pelo qual a *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert percorreu até ser publicado, entre edições piratas, contrabando, propaganda mentirosa e outros métodos poucos convencionais utilizados para se fazer, anunciar e vender o livro. Mas é de fato em *O grande massacre de gatos* que se nota a influência de Geertz. Ao fazer uso também do simbolismo (uma marca antropológica), Darnton constrói uma trama conduzindo o leitor a entrar no cotidiano de trabalhadores de uma gráfica de Paris, que, em 1730, chacinaram gatos, em um ato simbólico, como em um julgamento (no qual os gatos, por sua vez, corresponderiam aos patrões). Dessa maneira, a descrição densa é utilizada de tal forma que conduz o leitor à análise do período e dos grupos sociais ali presentes, o que mostra porque matar gatos seria tão prazeroso aos trabalhadores desta oficina a ponto de causar uma diversão intensa.

Natalie Zemon Davis e Robert Darnton - A História Cultural Americana

A produção historiográfica da Nova História Americana em seus dois singulares expoentes, Natalie Zemon Davis e Robert Darnton, revela uma aproximação que estes autores possuem na abordagem de uma História Social da Cultura, revelando os traços e contornos que dão as formas da cultura francesa durante os séculos XVI, XVII e XVIII, respectivamente. Davis recepiona a influência da antropologia pretendida por Mary Douglas, enquanto Darnton tem uma aproximação com a perspectiva antropológica presente na

figura de Clifford Geertz³, o que faz com que suas obras mergulhem nos cenários do cotidiano, nas práticas consideradas mais sutis como os gestos, posicionamentos e mentalidades para construir o interior de determinados fatos, problematizando as circunstâncias que condicionaram e fizeram com que os atores sociais, que estão em cena, se ‘movimentassem’ de determinada forma.

Construindo uma História baseada nas interpretações que os documentos podem suscitar, estes autores adentram no íntimo dos personagens para tentar capturar quais os sentidos que decorrem nas situações históricas específicas. O universo simbólico é lido e relido, concatenado com outros momentos históricos, buscando no arcabouço dos costumes, a ocorrência dos episódios históricos.

A autora americana, Natalie Zemon Davis, presente no rol dos historiadores com uma visão marxista renovada, como Eric Hobsbawm, Edward Palmer Thompson e Raymond Williams, fomentou diversos livros que incorporavam a ideia de formar uma “História vista de baixo”⁴, preocupada em analisar os aspectos sociais de classes inferiores. Mas a partir de suas influências no que se refere à aproximação com a Antropologia Social, proposta por M. Douglas, a descrição dos aspectos culturais é usada para demonstrar não apenas

³ Acerca desta aproximação entre História e Antropologia, verificar nas referências bibliográficas, o texto de autoria de Gervácio Batista Aranha, que mapeia com mais clareza os diálogos que são realizados por estas disciplinas. ARANHA, Gervácio Batista. “A nova história cultural e a antropologia: perspectivas e convergências”. In DANTAS, Eugênia e BURITI, Iranilson (orgs.). **Metodologia do ensino e da pesquisa: caminhos da investigação**. João Pessoa: Ideia; Campina Grande: EDUFPG, 2008.

⁴Lista com as principais obras de Natalie Zemon Davis, disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Natalie_Zemon_Davis>

disparidades sociais, mas também questões relativas às mentalidades, comportamentos e atitudes (DESAN, 1992, p.67).

Alguns de seus livros, como por exemplo, estudos referentes às mulheres na sociedade francesa (Culturas do povo, 1971); religiosidades no começo da Idade Moderna (Sociedade e cultura na França moderna, 1975); a classe campesina na França do século XVI (O retorno de Martin Guerre, 1983), se caracterizam por serem obras – que apesar de possuírem enfoques distintos – atreladas à dimensão do cotidiano referente aos diversos setores, sejam sociais, econômicos, políticos, religiosos e jurídicos, são abordados para apresentar o universo cultural das práticas e símbolos de classes populares, ou de setores ‘marginalizados da história’, como o estudo voltado para as mulheres na História.

Em uma de suas principais obras, *O retorno de Martin Guerre*⁵, é perceptível uma ‘densa descrição’ dos cenários cotidianos, que adentra nos pormenores e detalhes da História. Devido às lacunas documentais, Davis utiliza um método de escrita ancorado na noção do “campo do possível”, justificando a presença de advérbios como: “é possível que, talvez, podemos supor” entre outros. Embora este recurso tenha sido deveras criticado por outros autores mais tradicionais⁶,

⁵ Esta obra foi baseada em relatos escritos da época [século XVI], os quais tratam da história de um impostor, Arnaud de Tihl, que tomou o lugar de Martin Guerre, aproveitando-se da ausência misteriosa deste, assumindo sua personalidade como esposo, trabalhador e membro da comunidade do Languedoc na França.

⁶ A historiadora Ana Paula Vosne Martins tem um artigo em que destaca a trajetória historiográfica de Natalie Zemon Davis, apontando dentre alguns aspectos, as críticas que foram embargadas à escritora norte-americana, como por exemplo, Carlo Ginzburg que faz ressalvas ao seu método de escrita, no que tange à forma da “escrita do possível”. Disponível em: <people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Ana_Paula.doc> Acesso em: 17 de Maio de 2014.

todas as suas suposições estavam embasadas nos limites que a documentação poderia suscitar.

No outro expoente desta tendência na escrita histórica, está Robert Darnton, que mesmo especialista nos estudos sobre a História do livro na França do século XVIII, entende que a aproximação entre História e Antropologia tem sido profícua para os historiadores sociais, pois estes voltam para os sistemas de significações, que abordam a forma como os símbolos possuem significados inscritos nas ações dos atores sociais e não são dados apenas a partir de uma ordem social (ARANHA, 2008, p.44).

Esta noção adotada por Darnton, também próxima à perspectiva cultural simbólica de Geertz propõe, nos estudos do autor americano, entender a forma como os símbolos geram uma rede de significações construída culturalmente. O exemplo mais contundente deste argumento está no seu livro "*O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*", do qual o próprio autor menciona:

É o que está dito em *O Grande Massacre de Gatos*, baseado em episódios aparentemente insignificantes da história francesa. Eu estava seguindo os passos de uma antropologia simbólica, influenciado por nomes inspiradores como Clifford Geertz, Victor Turner, Mary Douglas, e, sobretudo, Evans-Pritchard.⁷

Por isso, assumindo esta posição em que "a cultura, esse documento de atuação" (GEERTZ, 1989, p.20), Darnton faz uma leitura dos fatos, descrevendo-os densamente, a par-

⁷ Trecho da entrevista concedida por Robert Darnton durante a Flip (Feira Literária Internacional de Paraty), concedida à Lilian Moritz Schwarcz e Luciano Figueiredo, na qual argumenta sobre suas produções anteriores e situação de arquivos eletrônicos na atualidade. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/robert-darnton>>. Acesso em 08 de Junho de 2014.

tir da condição dos trabalhadores fabris na França pré-revolucionária, adentrando no universo das práticas, comportamentos e rituais promovidos por estes, até a consumação do massacre, analisando toda a dimensão simbólica que envolve a matança de gatos na França e em toda Europa.

Portanto ao corroborar uma série de interpretações do universo simbólico daquele fato, o autor fez com que alguns historiadores criticassem sua posição, questionando se todos os envolvidos na trama do acontecimento tinham realmente o entendimento e a noção das significações que aquela “revolução simbólica” causaria no patrão, na patroa, no cotidiano da fábrica, enfim no lugar em que estavam situados.

Apesar das limitações que são apresentadas, tanto nas obras de Davis como de Darnton, e até mesmo considerando as diferenças no estudo das temáticas presentes nas respectivas obras, cabe considerar que ambos os autores americanos estão intimamente ligados, no sentido de adotar um método de escrita embasado na concepção da Antropologia Cultural Simbólica, e que, por esta posição, buscam demonstrar de maneira fidedigna e verossímil, todos os elementos que compõem o cotidiano de um passado, apontando para os significados que estão incrustados na cultura popular.

A História Cultural E suas breves incidências no Brasil

Mais do que a inovação metodológica e do estilo de escrita, *O grande massacre de gatos* e *O retorno de Martin Guerre* acabaram por surpreender por outro motivo: o sucesso fora do campo acadêmico. A obra de Davis, principalmente, alcançou uma popularidade devido ao lançamento, um ano antes, do filme homônimo dirigido por Daniel Vigne e com a presença do astro francês Gérard Depardieu. Todo esse con-

texto de popularidade acabaria por expandir todo o legado historiográfico criado por Darnton e Davis para além dos Estados Unidos e, inevitavelmente, alguns historiadores brasileiros passaram a utilizar essa nova metodologia para escrever história.

Mas a influência desse novo estilo proposto por Darnton e Davis não foi tão sentida na historiografia brasileira. Bastante criticada, mesmo em seu período de auge por alguns métodos que seus adeptos utilizavam, a Nova História Cultural, também não passou incólume no que se refere às críticas pela historiografia brasileira, muitas vezes pelo fato de os historiadores desse ramo se utilizarem, em alguns casos, da invenção de fatos quando era impossível de se encontrar fontes seguras para determinado período.

Desse modo, é bastante restrito o número de historiadores adeptos do método da Nova História Cultural Americana. Um dos grandes nomes na historiografia brasileira que segue esse estilo é o da professora da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e da Universidade de Lisboa, Júnia Ferreira Furtado. Orientada por Robert Darnton, na Universidade de Princeton, em seu Pós-Doutorado no início deste século, a obra em que fica mais visível o estilo característico de seu orientador é *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, lançada em 2003.

Outra autora que não poderia deixar de receber menção neste trabalho é a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, que tem, na sua trajetória historiográfica⁸, muitas semelhanças

⁸Há um artigo de Ricardo Aguiar Pacheco que descreve a trajetória historiográfica percorrida por Pesavento. Neste trabalho, o autor consegue identificar que, ao longo do tempo de escrita, houveram algumas mudanças, junções e adaptações que Pesavento realizou para dar novos sentidos e novos enfoques aos seus trabalhos. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_4_Ricardo_de_Aguiar_Pacheco.pdf. Acesso em: 28 de Junho de 2014.

com o processo que Natalie Davis realizou. Ambas têm um posicionamento teórico marxista, o que fez com que seus estudos tivessem um caráter social, em que se adentrava – tal “movimento” também realizado por Edward P. Thompson – no enfoque dado aos sujeitos, reconhecendo-lhe os nomes e suas posturas sociais. Além disto, Pesavento caminhou no mesmo rumo que Davis no sentido de que se aproxima para uma História Social da Cultura, atrelando e interligando esses dois aspectos em contato com outros enfoques de análise, dentre eles político, econômico e jurídico. Em seu livro *Os sete pecados da capital* (2008), esta preocupação sociocultural é pontua. No referido livro, a autora destaca sete casos de lendas urbanas – sete mortes que envolvem sete mulheres – que povoam o imaginário coletivo do centro citadino portoaletre, mostrando como essas estórias narradas de geração em geração habitam nos moradores e incidem em (des)crenças, medos, superstições e significações; ao mesmo tempo que não perde de vista o reconhecimento dos indivíduos, a estratificação social dos personagens e os ciclos econômicos presentes no recorte espacial trabalhado.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Gervácio Batista. “A nova história cultural e a antropologia: perspectivas e convergências”. In DANTAS, Eugênia e BURITI, Iranilson (orgs.). **Metodologia do ensino e da pesquisa: caminhos da investigação**. João Pessoa: Ideia; Campina Grande: EDUFCEG, 2008.
- DARNTON, Robert **O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da história cultural Francesa**. Rio de Janeiro: Global, 1988.
- DESAN, Suzanne. “Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Zemon Davis”. In HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Junia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito** (3a. reimpressão.). 4a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura". In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.

Lista com as principais obras de Natalie Zemon Davis, disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Natalie_Zemon_Davis> Acesso em: 15 de Maio de 2014.

MARTINS, Ana Paula Vosne. "**Reflexões sobre narrativa e pesquisa histórica à luz do livro 'o retorno de Martin Guerre', de Natalie Zemon Davis**". <people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Ana_Paula.doc>

PACHECO, Ricardo Aguiar. Uma resenha para Sandra Jatahy Pesavento. **Revista de História e estudos culturais**. Vol. 6, nº 2, Ano VI.

PESAVENTO, Sandra Jatahy Pesavento. **Os sete pecados da capital**. Porto Alegre: Editora HUCITEC, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e FIGUEIREDO, Luciano. Robert Darnton. **Revista de História**, 26 out. 2010. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/robert-darnton>> Acesso em: 08 mai. 2014.

MICRO-HISTÓRIA: PERSPECTIVAS PARA SEUS USOS NA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DE PORTO VELHO

Ana Carolina Monteiro Paiva
(UFCG)¹

“O historiador tem que romper com as fronteiras da universidade, tem que ter um papel social para comunidade em que vive, tem que buscar uma contribuição para algo”. Não foram essas mesmas palavras com as quais a professora Juciene Ricarte Apolinário contava sua jornada no mundo da história durante a aula da disciplina de História da Paraíba I, todavia a ideia é a mesma. Buscando contribuir para a visibilidade de uma cidade que teve um processo de formação intenso, este artigo possui como objetivo analisar a teoria-metodologia da corrente micro-histórica dialogando com os acervos documentais existentes na cidade de Porto Velho, clareando caminhos que incentivem os estudiosos a releituras sobre a história dos porto-velhenses.

Os primeiros debates sobre *micro-história* surgiram na Itália, nos anos 1970, através da revista *Quaderni Storici* com intelectuais como Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg que deram seus primeiros passos rumo a uma pesquisa histórica, discutindo sobre as noções globalizantes da historiografia e chamando atenção para a necessidade da

¹ Graduanda de História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Integrante bolsista do PET- História UFCG.

redução da escala de análise, na defesa do papel dos agentes históricos individuais como forma de diminuição das ambiguidades e das discrepâncias nos contextos históricos. Com todo um conjunto metodológico que auxilia a pensar e escrever história, a micro-história não se institucionalizou como uma escola, mas tornou-se uma corrente, um processo metodológico que pode ser utilizado por qualquer historiador sem este ser necessariamente rotulado como um micro-historiador. Dessa forma, esta corrente ultrapassou as fronteiras da Itália e, na década de 1980, já estava inserida no âmbito historiográfico geral.

Revelar aspectos históricos marginalizados, que ficavam ocultos na história geral e quantitativa dominante por muito tempo nos meios acadêmicos, os procedimentos de pesquisa, os obstáculos documentais e as construções interpretativas são as propostas que visam colocar o sujeito na história, dar voz ao que estava silenciado. Não mais uma imparcialidade, agora o ponto de vista do pesquisador torna-se uma parte intrínseca do relato, que leva o leitor a se sentir parte do processo de construção da história, a estabelecer um diálogo com o autor, com o acontecimento, é uma comunicação do documento com o leitor e vice-versa. É trazer o leitor não apenas para dentro do mundo da história que está no livro, mas mostrar que aquele mundo está presente nele também. Uma relação na qual passado, presente e futuro estão ligados na corrente interminável da história.

Essa metodologia é baseada na de redução da escala de observação, em uma análise microscópica de um estudo intensivo do material documental e de uma busca intensa por fontes.² Os fenômenos já estudados e compreendidos assu-

²Por mais que o método de redução de escala tenha sua importância dentro dos processos metodológicos, *não* significa dizer que a micro-história é *apenas* a redução em escala.

mem outra interpretação quando se altera a escala de observação, sendo possível extrair aspectos invisíveis através desses novos olhares. Com isso, contribui para a possibilidade de compreensão de determinados eventos e preenchimento de lacunas históricas. Assim, o historiador se apega às mínimas evidências que a documentação fornece na ânsia de fornecer vida a personagens esquecidos e revelar enredos e sociedades ocultados pela historiografia.

A partir do contato com essas fontes, um ponto interessante é a adoção ou a adaptação do método da “*descrição densa*” de Clifford Geertz (2008), que consiste em descrever e interpretar os discursos contidos nas fontes em uma perspectiva micro (analisando pequenos eventos, figuras), só que - e aqui entra o diferencial da micro-história - relatando diferentes versões sobre determinado objeto que variam o discurso de acordo com o posicionamento social, circunstâncias e interesses. Outro aspecto é o método indiciário de Carlo Ginzburg (2007), em que seu uso pode ir da *descrição densa* a uma *especulação desenfreada* do tipo novelesco, já que recheia o texto com indagações. Isso porque, através desse método, o historiador faz uma série de questionamentos às fontes que se utiliza, partindo de indícios, questionando não apenas o que está registrado, comprovado, mas também as possibilidades. Ou seja, um método verticalizante de processos marginais.

Esse caminho, longe de aparentar ser meramente especulativo, se revela como um processo de erudição: há todo um trabalho de filologia, paleografia, antropologia na relação com o documento, e, além disso, requer um domínio da escrita de maneira a tornar a narrativa envolvente. Mesmo utilizando essa metodologia de redução de escala, não há uma dissociação do sujeito ou evento (micro) do contexto em que o objeto está inserido, o que acontece é uma inversão do pensamento dominante que parte do contexto (macro) para o objeto (micro).

Quando se escolhe trilhar um caminho utilizando o método da micro-história como partida pode-se retratar o contexto social do início da cidade de Porto Velho, o contexto de vivência dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (E.F.M.M.) através da vida de um trabalhador daquele período, pesquisando os registros desse homem, inventários, processos crime, jornais da época, entrevistando seus descendentes; ou seja, filtrando todo o material que faz referência ao trabalhador que pode não ter desempenhado um papel tão importante no âmbito da construção como um engenheiro, mas que estava inserido naquele contexto e, logo, detém parte da história.

Visto isso, podemos elencar alguns enredos escritos a partir dessa nova concepção, alguns sobre a história de uma região, uma comunidade, até mesmo sobre um único acontecimento, como Emmanuel Le Roy Ladurie (1997) que abordou em *Montaillou, povoado occitânico de 1294 a 1324* sobre a vida e morte, trabalho e sexo, religião e costumes em uma aldeia do início do século XIV, de maneira que seu enredo não conta uma estória direta, mas vagueia pela cabeça das pessoas que viveram naquele local.

Com Carlo Ginzburg (2006) temos o livro *O queijo e os vermes* que, ao relatar a vida de um moleiro do norte da Itália do início do século XVI, baseia-se em apenas um ou dois processos da Inquisição para revelar a perturbação intelectual e psicológica naquela comunidade, provocada pela Reforma Protestante.

O retorno de Martin Guerre, da autora Natalie Z. Davies (1987) trata-se da história de um impostor que se fez passar pelo marido de uma camponesa do sul da França, mantendo o disfarce por cerca de três anos até ser descoberto quando o verdadeiro Martin Guerre aparece. Aqui há um caso interessante: neste livro, a autora não encontrou a documentação primária do processo movido contra o impostor, dando as-

sim vasta munção aos críticos para a questão de ser uma obra de ficção, contudo, sua pesquisa estava solidamente ancorada em relatos diretamente ligados aos fatos, incluindo o do juiz do processo e outras fontes. Essas dificuldades na pesquisa para coletar e confrontar informações acontecem e fazem parte da rotina de um historiador. Situações como esta exemplificam o cuidado que o historiador deve ter com as especulações do método indiciário, para que não desqualifique sua narrativa e a leve para um simples enredo de literatura ficcional.³

Saindo do cenário internacional, no Brasil a micro-história não teve uma recepção calorosa devido à diferença de correntes históricas, uma vez que na década de 1980-90 predominava o pensamento marxista entre os historiadores brasileiros. Mesmo assim, ocorreram ressonâncias dessa corrente em algumas academias, com poucos livros que se poderiam classificar como obras micro-históricas, embora muitos façam incursões de tipo microanalítico em trabalhos de história cultural. De acordo com Ronaldo Vainfas (2002), talvez o primeiro livro com características dessa corrente - sem querer, segundo a própria autora - teria sido Laura de Mello e Souza (1986) em *O diabo e a terra de Santa Cruz*. Com Plínio Gomes (1997) trata-se do estudo sobre Hennequim, uma espécie de Menocchio luso-brasileiro, no livro *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição*. E, encerrando o cenário nacional, Luiz Mott (1992) com a biografia de uma ex-escrava, ex-prostituta e visionária no Brasil colonial que reúne todos os ingredientes da micro-história: *Rosa Egípcia: uma santa negra no Brasil Colonial*. Mas o que Porto Velho tem de atrativo para esse estudo? Quando se fala em Porto Velho, falamos dela sempre a partir do ponto de

³ Entende-se por ficção ato ou efeito de fingir. Coisa imaginária; fantasia, criação. (AURÉLIO, 2000).

sua locomotiva. Como se antes fosse o caos, partimos sempre no trem da Madeira Mamoré para contarmos a história da região (MENEZES e LINO, 2003. p. 02).

Isto porque devido ao Tratado de Petrópolis assinado entre a Bolívia e o Brasil em 1903, o Acre foi anexado ao Brasil e este se comprometera a construir uma estrada de ferro que transportaria os produtos bolivianos da região (principalmente a borracha) até os portos amazônicos com acesso ao Atlântico. Inicialmente o tratado visava a construção de uma ferrovia iniciando no pequeno povoado de Santo Antônio, porém os navios não tinham como atracarem lá devido às condições do rio, o que levou o desembarque a ser transferido para um pequeno porto. Neste porto se iniciou a cidade de Porto Velho, atual capital do estado de Rondônia, uma cidade projetada por Percival Farquhar⁴ com um projeto inicial que proporcionou uma fábrica de gelo, água encanada, energia elétrica, o hospital da Candelária com 300 leitos, e os dois jornais editados em inglês no meio da floresta. A própria empresa fundada por Farquhar foi inicialmente responsável pela construção da estrada de ferro: uma equipe comandada por 876 americanos, com apoio de outras 51 nacionalidades: alemães, negros barbadianos, chineses, hindus, espanhóis, italianos, gregos. Homens que enfrentaram condições climáticas intensas devido à mata fechada, doenças (febre amarela, febre hemorrágica e malária), embarcações tragadas pela fúria das correntezas, péssimas condições de trabalho, salário irrisório por um serviço pesado em condições desumanas que beiravam à escravidão, terreno hostil que empurrava as locomotivas para o abismo e conflitos não

⁴ Percival Farquhar (1864-1953) foi um empresário norte-americano responsável pela exploração de empreendimentos ferroviários não apenas no Brasil, mas também na Rússia. Foi a principal figura à frente da construção da E.F.M.M.

apenas com os indígenas, mas também entre os operários, entre os quais alguns se detestavam e não se misturavam uns com outros⁵. Assim foi de 1903, ano em que as primeiras tentativas de construção foram iniciadas, até 1912, ano de inauguração dos primeiros trechos.

Entretanto, até o ano de 1972, com a desativação total da estrada de ferro, o sofrimento continuava com as inúmeras tentativas de construção, reconstrução e revitalização. Atualmente, presente como um símbolo de tempos passados de poder, esperança, sofrimento, a E.F.M.M. faz parte do imaginário dos porto-velhenses através de lendas, lembranças daqueles que vivenciaram os tempos da construção e que hoje se reúnem na praça em meio aos vagões para trocar memórias, refletir em silêncio ou mesmo só para ouvir a sirene que até hoje soa, indicando o início e término de um dia de trabalho na construção.

Porém, não é apenas através de recordações pessoais dos descendentes de trabalhadores que ali vivem que se lembra a história da fundação da cidade, muitos são os centros de documentação que guardam registros de diversos tipos referentes a esse período da história de Rondônia. Centros que por muito tempo, sem iniciativa de governo ou prefeitura estavam desativados, jogados ao descaso. No que se refere aos jornais, temos o *The Porto Velho Times*, o primeiro jornal publicado, estadunidense, impresso em inglês no dia 04 de julho de 1909 para os engenheiros. O segundo é o *The Porto Velho Marconigram*, lançado em 1910 também em inglês para os operários estadunidenses. Esses dois jornais traziam em suas edições informativos sobre a construção da estrada e eventos cotidianos que ocorriam no canteiro de obras. Já o primeiro jornal impresso em português foi *O município*, em

⁵ Esse momento da história foi narrado na obra *Mad Maria*, de Márcio Souza (2002).

1915. Esse jornal foi comprado pelo superintendente de Porto Velho, o médico Antônio Augusto Tanajura, dois anos após sua criação, que em 1919 muda de nome e passa a se chamar *Alto Madeira*. Considerado o primeiro jornal da cidade de Porto Velho e o mais antigo do Norte, ainda está em atividade sob a administração do jornalista Euro Tourinho. As edições desses três jornais, juntamente com alguns mapas e registros geográficos sobre a região encontram-se disponíveis no Arquivo Geral do Estado de Rondônia, localizado no antigo prédio da administração da E.F.M.M., atualmente revitalizado e transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN sob a superintendência de Mônica de Oliveira, com material disponível para pesquisa.

Encontra-se também material no Centro de Documentação Histórica do TJ/RO, que possui um acervo raro de documentos principalmente que confirmam a presença da justiça na região desde 1912. São documentos de dezenas de livros das atividades cartoriais e do juízo e milhares de processos, que proporcionam aos pesquisadores inúmeras oportunidades de leituras não apenas das atividades da justiça, mas de outras áreas de estudo e análise: memórias, ata da primeira audiência pública realizada na comarca de Santo Antônio, ofícios, transcrição de documento do arquivo público do Mato Grosso⁶, documentos referentes às questões judiciais da ferrovia do termo judiciário de Porto Velho, transcrição de documentos de concessão de licença para funcionário da comarca de Guajará-Mirim na década de 1930, o segundo processo mais antigo autuado na comarca de Porto Velho em

⁶ Geograficamente o que antes era um pedaço do Amazonas de uma grande porção de terras do Mato Grosso passou a ser o Território do Guaporé (1947), após Território Federal de Rondônia (1956) onde hoje conhecemos por Estado de Rondônia, criado em 1982.

1914, processo da comarca de Santo Antônio do rio Madeira que trata sobre questões das mulheres, processos crimes.

Ora, vimos que processos da inquisição, inventários, processos crime e documentos da justiça foram a base documental para desenvolver pesquisas de grandes nomes da Itália e do Brasil. Uma licença de um funcionário da E.F.M.M. pode revelar muita coisa. Um processo que trata das questões das mulheres, ou apenas de uma mulher, tem a possibilidade de revelar o contexto em que estas eram submetidas. Nilza Menezes (2003) deixa claro que livros de registros de 1913 a 1916 da Comarca de Santo Antônio e livros de registros da Comarca de Humaitá mostram registros de casamentos, e processos entre homens de diferentes nacionalidades que levando a vida na aldeia, entravam em conflito e acabam por cometer crimes.

Assim eles aparecem plasmados nos processos judiciais, são uns nomes, alguns dados pessoais e depois jogados como em uma máquina de triturar, desaparecendo no tempo. (...) Carlos de Figueiredo, português, exercia a profissão de guarda-livros, vivia na localidade de Porto Velho e impetrou hábeas corpus em favor de Manoel Almeida, também português, que era encarregado da garagem da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e foi acusado pelo desaparecimento de peças da Companhia Madeira-Mamoré (MENEZES, 2003. p. 05).

Apenas em seu artigo, fora o Carlos de Figueiredo, ela cita mais de 20 nomes de trabalhadores que estão nessa documentação disponível para pesquisa. São fontes históricas que, por mais que tenham sido produzidas no século passado e tenham cerca de 100 anos de uso e estudos, se revitalizam a cada olhar do pesquisador, pois são fontes inesgotáveis de conhecimento, a cada olhar se reinventam. Não sabemos ao certo o quão utilizadas foram. Algumas, com as

primeiras edições do Alto Madeira, passaram a ser disponíveis para o público apenas em 2014, pois, infelizmente, os recursos são escassos quando assunto é preservação dos registros históricos.

Com isso, é de suma importância a parceria da sociedade com os centros de estudos e pesquisas, como a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que proporciona uma tomada de consciência dos porto-velhenses por sua história, pois “ [...] o documento não está vinculado à instituição que o armazena, mas a todos nós, os usuários, componentes de uma sociedade que busca, no seu passado, lições que sirvam para guiar os nossos passos no presente e no futuro” (DOS SANTOS, 2002. p. 38). São sujeitos que ficam presos nas fontes históricas à espera de poder contribuir para o cenário histórico de sua cidade. Aqui a micro-história se apresenta como um caminho para essa libertação.

REFERÊNCIAS

- Centro de Documentação Histórica de Rondônia – CENDOC
Disponível: <www.tjro.jus.br/menu-cendoc-historica> Acesso em: 29 de jun. 2014
- DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. São Paulo: Luz e Paz, 1987.
- DE LIMA, Henrique Espada. Micro-histórias e além: uma conclusão. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- DE MENEZES, Esron Penha. **Retalhos para a história de Rondônia** Vol. 1 – Manaus: PMPV, 1980.
- DOS SANTOS, Jocyléia Santana. O jornal – fonte de pesquisa histórica. (P 38) **Revista Fontes**. Centro de Pesquisa Histórico-Cultural do Tocantins. V. 1 (2002) – Palmas: Unitins, 2002.

- GEERTZ, Clifford. Um descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Schwarcz, 2006.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou, povoado occitânico de 1294 a 1324**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UESP, 1992.
- MENEZES, Nilza. **Do Porto Cale ao Porto Velho**. Primeira Versão - Ano II, nº 127, Volume VIII. Porto Velho: Editora Universidade Federal de Rondônia, 2003.
- MENEZES, Nilza. LINO, Célia. **Rondônia: vestida para tirar fotos**. Primeira Versão - Ano II, nº 127, Volume VIII. Porto Velho: Editora Universidade Federal de Rondônia, 2003.
- NARCISO, Makchwell Coimbra. **História e ficção: uma análise sobre o papel que a narrativa exerceu no debate em relação ao conhecimento histórico**. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20\(50\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2008/doc%20(50).pdf)> Acesso em: 09 de mar. 2014.
- SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 2002.